

“A que cada ano
que passa estamos
esgotando os
recursos renováveis
da Terra cada vez
mais cedo. Em que
condições
deixaremos o
planeta para as
futuras gerações?”

Mario Sergio
Cortella

UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Faculdade Unificada do Estado de São Paulo - v.6 n.1 – janeiro 2024 – Mensal

Modo de acesso: <http://revista.unificada.com.br/>

e-ISSN: 2675-1186

Data de publicação: 31/01/2024

1. Educação 2. Formação de professores

CDD 370
CDU 37

Renato Moreira de Oliveira – Bibliotecário – CRB/8 8090

Responsável Intelectual pela Publicação
Faculdade Unificada do Estado de São Paulo - FAUESP





UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da FAUESP

v.6 n.1 – janeiro de 2024 – Mensal

Bibliotecário Renato Moreira de

Oliveira – CRB/8 8090

e-ISSN: 2675-1186

Editoração: SL Editora

Supervisão: Neusa Sanches Limonge

Publicada em: 31/01/2024

DIREÇÃO

DIREÇÃO ACADÊMICA

Prof: MSc Claudineia Lopes

DIREÇÃO FINANCEIRA

Prof: Esp: Sylvia Storniollo

COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Prof: Msc. Sônia Q. dos Santos e Santos

CONSELHO EDITORIAL

EDITORA-CHEFE

Prof: Msc. Sônia Q. dos Santos e Santos

Prof: MSc Claudineia Lopes (FAUESP)

Prof: Esp: Sylvia Storniollo (FAUESP)

Prof. Dr. Marcos Rogério Costa (FAUESP)

Prof. Dr. Gladson Cunha (Fabra/PUC-Rio)

Prof. MSc. José Ivanildo (FAUESP)

Prof. MSc. Marcos Roberto dos Santos
(FAUESP)

EDITORIAL

A divulgação científica é o meio de popularizar o conhecimento produzido nas faculdades e universidades mundo a fora. É também uma forma de interação entre os espaços acadêmicos, muitas vezes, percebidos como espaços elitizados e distantes da realidade pública.

Pensando nessas duas situações é que nós, da FAUESP, estamos apresentando a sociedade brasileira a Revista UNIFICADA, um periódico acadêmico de circulação mensal voltado para a divulgação ensaios, relatórios de pesquisas e artigos científicos num viés multidisciplinar.

Sendo o nosso objetivo divulgar, tornando público o conhecimento produzido por diversos meios e em diferentes perspectivas científicas, apresentamos artigos que englobam as áreas da Educação, Literatura e Direito.

Nós da FAUESP entendemos que a educação não é apenas um meio de desenvolvimento pessoal, porém, que educar vai além da formação do aluno. Educar significa agir na transformação da realidade em que nos encontramos, de modo que possamos cumprir a nossa Missão:

“Educar, produzir e disseminar o saber universal, contribuir para o desenvolvimento humano, se comprometendo com a justiça social, a democracia e a cidadania¹ além de promover a educação¹ visando o desenvolvimento sustentável do país”.

Boa leitura!

Dr. Gladson Cunha - Membro do Conselho



SUMÁRIO

A RELEVÂNCIA DAS BRINCADEIRAS NO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS

ANA LUCIA DE ASSIS BASTOS..... 05

A RELEVÂNCIA DAS BRINCADEIRAS NO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS

ANA LUCIA DE ASSIS BASTOS..... 15

CONSIDERAÇÕES RELAVANTES ACERCA DO ENSINO DE ARTES COM FOCO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

ANA LUCIA DE ASSIS BASTOS..... 27

A CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO CURRÍCULO ESCOLAR

GISLAINE LANDIM DA SILVA 37

A CONCEPÇÃO DE ESCRITA E A PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM

JAQUELINE IRIS GOMES DE SOUZA..... 59

A CONCEPÇÃO ARTÍSTICA NO AMBIENTE EDUCACIONAL E AS VIVÊNCIAS PEDAGÓGICAS NOS ESTUDANTES

LUCIANE MARQUES 67

A EDUCAÇÃO NORTEIA OS ESTUDANTES PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

LUCIANE MARQUES 76

ALFABETIZAÇÃO

VANESSA SANTANA JARDIM..... 88

A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

JOSE ROBERTO DE SANTANA..... 103

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

JOSE ROBERTO DE SANTANA..... 110

DIREITOS DA CRIANÇA NO PROCESSO EDUCATIVO

JOSE ROBERTO DE SANTANA..... 118



UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Faeusp

e-ISSN: 2675-1186

A RELEVÂNCIA DAS BRINCADEIRAS NO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS

BASTOS, Ana Lucia de Assis - FAEUSP

Resumo

A respeito da cultura indígena brasileira é necessário saber, ou melhor, ter entendimento que passagens de uma cultura para outra devem ser consideradas em conformidade com eras culturais, ou seja, cultura oral, escrita, impressa, veiculada às massas, mídia e digital. O objetivo do presente instrumento é analisar o âmbito do ensino da arte indígena brasileira atrelada as tecnologias digitais com menção às artes visuais, corporais e musicais no desenvolvimento educacional. O presente projeto versará sobre 3 eixos temáticos previamente determinados, arte indígena brasileira, tecnologias da educação e artes (visuais, corporais e musicais), e os métodos empregados versaram sobre a realização desta pesquisa com abordagem qualitativa. Sua descrição procedimental é bibliográfica. Em âmbito geral, a aplicabilidade do ensino de artes em ambiente virtual de aprendizagem como pertinente ao currículo deve ter duração anual. Desta forma, os conteúdos midiáticos apresentados para os adolescentes nos anos finais do ensino fundamental II podem criar ambiente direcionado no ensino de Artes.

Palavras-chave: Arte. Indígena. Tecnologias.

Abstract

Regarding Brazilian indigenous culture, it is necessary to know, or rather, understand that passages from one culture to another must be considered in accordance with cultural eras, that is, oral, written, printed culture, broadcast to the masses, media and digital. The objective of this instrument is to analyze the scope of teaching Brazilian indigenous art linked to digital technologies with reference to visual, corporal and musical arts in educational development. This project will cover 3 previously determined thematic axes, Brazilian indigenous art, educational technologies and arts (visual, corporal and musical), and the methods used were about carrying out this research with a qualitative approach. Its procedural description is bibliographic. In general, the applicability

of arts teaching in a virtual learning environment as relevant to the curriculum must last for an annual period. In this way, the media content presented to adolescents in the final years of elementary school II can create a targeted environment for Arts teaching.

Keywords: Art. Indigenous. Technologies.

1 INTRODUÇÃO

A proposição do presente projeto visa apresentar possibilidades estratégicas teoria/prática no que cerne a disciplina de artes nos eixos temáticos do ensino da arte indígena brasileira, tecnologias da educação e artes (visuais, corporais e musicais).

O objeto tem delimitação quanto a aplicabilidade nos anos finais do ensino fundamental II. Sendo que pouco é o direcionamento do contexto do ensino de arte indígena brasileira atrelada ao uso da tecnologia da educação e artes (visuais, corporais e musicais), como recurso midiático.

A hipótese do presente instrumento tem a pretensão de evidenciar possíveis equívocos quanto ao direcionamento da teoria/prática em artes quanto ao contexto das palavras-chave apresentadas.

Desta forma, o objetivo do presente instrumento é analisar o âmbito do ensino da arte indígena brasileira atrelada as tecnologias digitais com menção às artes visuais, corporais e musicais no desenvolvimento educacional. O presente projeto versará sobre 3 eixos temáticos previamente determinados, ensino da arte indígena brasileira, tecnologias da educação e artes (visuais, corporais e musicais), e os métodos empregados versaram sobre a realização desta pesquisa com abordagem qualitativa. Sua descrição procedimental é bibliográfica (GIL, 2002, p. 58).

2 DESENVOLVIMENTO

No que tange as tecnologias da educação é necessário compreender que a tecnologia resulta do uso de artefatos quanto a aplicabilidade em determinado contexto respeitando a lógica social/organizacional autorreguladora (DAMÁSIO, 2007).

Sendo assim, historicamente, o próprio conduzir do Homem a respeito da criação material, junta-se com a história das técnicas. A matéria sendo transformado em objeto/instrumento evolui em complexidade no processo de construção das sociedades humanas (CARDOSO, 2001; ACEVEDO DÍAZ, 2002b; VALDÉS et al, 2002; MAIZTEGUI et al, 2002; VERASZTO, 2004).

Deveras, o contexto histórico-social de cada época determina a atribuição e/ou uso da técnica, e este fato ajuda quanto a compreensão sobre a atividade do Homem sobre o desenvolvimento de determinada tecnologia.

Desta forma, as palavras técnica e tecnologia tem a origem no grego antigo *techné*, que em sentido estrito é um verbo/ação de fabricar. Mas, para Rodrigues (2001) para a palavra tecnologia existe a junção entre *techné* e *logos* (esta última com significado de razão), sendo assim, a razão do saber fazer ou estudo da técnica. Para Veraszto (2004) e Simon (2004a) é o estudo da própria atividade de modificar, do transformar e do agir.

Precisamente o termo é de difícil estabelecimento universal. Para Gama (1987) o termo adquire conceituação porque sua interpretação depende dos mais distintos contextos sociais.

Para Ducassé (1987) o Homem surge com a aplicação de sua capacidade intelectual primitiva nas relações fundamentais de modificação do meio, com emprego de técnica não existente até o momento em questão. Desta forma, o Homem adquire a experiência de transformação do mundo natural, nas primeiras extensões do próprio corpo.

Notadamente, a pedra lascada serviria de artefato para o uso em caçadas, substituindo ossos e/ou outros instrumentos, que posteriormente a primeira seria substituída por lâminas que foram cada vez mais aperfeiçoadas (VERASZTO, 2003b).

O propósito da sobrevivência marcou o uso da técnica para o atendimento de defesas contra animais selvagens e defesa do território, mas, pensar somente e exclusivamente como detentor do uso da técnica é errôneo.

O uso da pedra lascada era aplicado na construção de utensílios e até mesmo em outras armas, além de permitir a preparação dos solos para a habitação. Mas, vestígios arqueológicos apontam o domínio do fogo como emprego da técnica no preparo de refeições, o próprio aquecimento e afugentar animais (ACEVEDO, 1998).

Para Lévy (1993) o surgimento da linguagem também deve ser considerado como uma das primeiras técnicas que surgiram no contexto de Humanidade, podendo ser considerada como tecnologia intelectual.

Para tanto, Gordillo & Galbarte (2002) denotam que o uso da palavra fora desenvolvido no intuito de dar ordens, com posterior vista para o espaço ao redor e descrição dos eventos decorrentes do dia a dia.

Assim, para Veraszto (2004), os eventos da pedra lascada, fogo e linguagem, abriram precedentes para a Humanidade, já que estes possibilitaram o direcionamento rumo as invenções e descobertas. Nesta ótica, o Homem está intimamente ligado à produção tecnológica, de forma que esta é própria a si. Como criatura biológica e cultura desenvolvida, os produtos desenvolvidos foram cada vez mais tornando-se funcionais e com qualidade superior.

Neste interim, a tecnologia pode ser pensada como conhecimento exigido para aplicação com análise do porquê e do como. O porquê, quanto a

causa e/ou necessidade, e o como, como vias de possibilidade de desenvolvimento e/ou pesquisa quanto ao alcance de determinado objetivo.

Ademais, valendo-se do conhecimento e conjunto de atividades humanas ligadas a determinado sistema simbólico em conjunto com instrumentos, na fabricação de produtos, sendo até mesmo, teorias, métodos e processos, considerados na Ciência Moderna (GARCÍA, 2000).

Necessariamente, os ambientes moldados (cultura), por meio das eras, ficam atreladas ao domínio tecnológico em vigência. As formações culturais anteriores definem padrões semióticos que antecedem a técnica.

Sendo assim, há de se considerar que anteriormente à cultura impressa, existiu a escrita não alfabética. Neste interim, compreendendo os aspectos culturais das sociedades, a memória das escritas, ou memória da espécie, contribuiu e ainda contribui para aspectos da visualidade. Esta considerada ímpar na composição da arte (SANTAELLA, 2008).

Não obstante, vale destacar que as relações sociais, políticas, econômicas e culturais que compõem uma sociedade, é na educação a residência e força motriz na construção da vida social. Para Morin (1999) “o homem é, portanto, um ser plenamente biológico, mas que, se não dispusesse plenamente da cultura, seria um primata do mais baixo nível”. Já para Vianna (2006), a educação “representa tudo aquilo que pode ser feito para desenvolver o ser humano e, representa a instrução e o desenvolvimento de competências e habilidades”.

A educação, é potencializadora no que tange as competências e habilidades físicas, intelectuais e morais. É nesta que o indivíduo adquire autonomia. E nas práticas pedagógicas que reside o processo de desenvolvimento da criatividade e da autonomia, estes sendo inerentes à arte.

Para Azevedo Júnior (2007) a arte é “uma experiência humana de conhecimento estético que transmite e expressa ideias e emoções”. Arte é

trabalho nas atribuições da técnica, pois é utilizada como uma ferramenta para modificar a natureza, externalizar a imaginação e as ideias.

Para Martins (2010), “a arte é importante na escola porque é importante fora dela. Por ser conhecimento construído pelo homem através dos tempos, a arte é um patrimônio cultural da humanidade, e todo ser humano tem direito ao acesso a esse saber”.

Em suma, para Read (2013) “a arte deve ser a base da educação”. Dessa forma, é importante que a escola, espaço onde transitam pessoas de diferentes etnias, religiões, culturas, classes etc., atue em favor do multiculturalismo e as diversidades.

Desta forma, para Silva (2015) deve-se contemplar o ensino da temática indígena de como cadeira de modo mais amplo e não apenas como cumprimento de determinação legal.

Nos Estudos Culturais em Educação, as propostas curriculares devem selecionar corretamente o que deva ser aprendido. Para Paraíso (2010), o currículo “é um território de multiplicidades de todos os tipos, de disseminação de saberes diversos, de encontros ‘variados’, de composições ‘caóticas’, de disseminações ‘perigosas’, de contágios ‘incontroláveis’, de acontecimentos ‘insuspeitados’.”

Para Santomé (2009) “algumas culturas são silenciadas nos currículos, pois os currículos são constituídos a partir de relações de poder que definem o que é considerado socialmente relevante para integrá-los”.

E, Silva (2009) corrobora com o autor anterior denotando que as narrativas contidas no currículo – em textos e imagens – validam os conhecimentos que se deseja propagar, definem quais formas de conhecer e de se expressar têm prioridade, estabelecem o que é belo e o que é feio, e, poderíamos acrescentar, colaboram para o reconhecimento, por parte dos sujeitos, do que é/o que não é arte, do que seria integrante de “nosso” senso

artístico (com o qual nos identificamos, discursos dos quais nos tornamos sujeitos), e o que seria o senso artístico dos “outros”. “Por isso, o currículo é muito mais que uma questão cognitiva, é muito mais que construção do conhecimento, no sentido psicológico. O currículo é a construção de nós mesmos como sujeitos” (SILVA, 2009, p. 196).

Desta forma, autores como Costa (1994), Oliveira (2001), Paes (2008), Bonin e Gomes (2008), Aguiar (2011) e Bonin (2010) são autores que destacam a importância do tema e apontam o caráter errôneo sobre a visão generalista da vida indígena, determinada e baseada anteriormente na cultura eurocêntrica. Para Silva (2015) deve-se abordar a temática indígena na escola, e superar a concepção de imagens exóticas e folclorizadas sobre os textos didáticos, literários, e até mesmo a mídia.

Para Silva e Vidal (1998) a cultura ocidental não compreende a cultura indígena, denotando uma visão estanque das sociedades indígenas, deve-se, portanto, partir de uma concepção de dinamismo e expressão de experiência coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O campo de estudo exposto no presente objeto é extenso, se considerarmos uma análise multifatorial e respectivas culturais das sociedades indígenas. Fazendo o uso da disciplina Artes e eixos temáticos apresentados, as considerações sobre o uso de tecnologias em um contexto de cibercultura são amplamente discutidos, porém, a aplicabilidade em sala de aula é restrita em tempos de pandemia.

Com diferentes línguas, ritos, cosmovisões, símbolos, religiões, formas de produção e organização social, os povos indígenas são plurais, diversos e constituem uma enorme riqueza do nosso país. Nos últimos anos, têm-se multiplicado os congressos, seminários, encontros que abordam sua realidade

atual desde múltiplos enfoques das ciências sociais e humanas, com especial destaque para a antropologia, a história, a linguística e as artes.

As produções acadêmicas se multiplicam, assim como os blogs, sites, e-books e espaços em diferentes redes sociais. As organizações indígenas se afirmam e articulam suas lutas e demandas, tanto no âmbito nacional como internacional, orientadas para a defesa, reconhecimento e promoção de seus direitos.

No entanto, apesar de toda esta mobilização, os grupos indígenas continuam tendo uma frágil presença na sociedade brasileira como um todo. São invisibilizados, negados, subalternizados, não tendo seus direitos respeitados e sendo alvo de inúmeros preconceitos e discriminações fortemente arraigados no nosso imaginário social e presentes em diversas práticas sociais, entre elas as educacionais.

O presente objeto propõe em âmbito geral, a aplicabilidade do ensino de artes em ambiente virtual de aprendizagem como pertinente ao currículo e com duração anual. Desta forma, os conteúdos midiáticos apresentados para os adolescentes nos anos finais do ensino fundamental II podem criar ambiente direcionado no ensino de Artes.

A educação, particularmente a escola pública, vive no presente momento uma situação marcada pela ambivalência e a contestação no nosso país. Exaltada e questionada, é bastante consensual a afirmação de que não tem oferecido uma resposta satisfatória às demandas dos diversos grupos sociais. A sonhada qualidade da educação, por mais polissêmica que seja esta expressão, está longe de ser alcançada.

Ademais, a escola como local privilegiado no desenvolvimento humano é capaz de fornecer subsídios para tecer estratégias de aprendizado que sejam bem aproveitadas.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, J. V. S. **Narrativas sobre povos indígenas na Amazônia**. 2011. 215 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2011.
- AZEVEDO JUNIOR, J. G. **Apostila de Arte – Artes Visuais**. São Luís: Imagética Comunicação e Design, 2007. 59 p.: il.
- BRASIL. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.
- BRASIL. Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008. **Altera a Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”**. Diário Oficial República Federativa do Brasil. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.
- BONIN, I. T. **Povos indígenas na rede de temáticas escolares: o que isso ensina sobre identidades, diferenças e diversidade?** Currículo sem Fronteiras, v. 10, n. 1, p. 73-83, jan./jun. 2010.
- BONIN, I. T.; GOMES, J. C. A. **Representações eurocêntricas ensinando sobre gênero e etnia em livros didáticos de história**. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA EM EDUCAÇÃO DA REGIÃO SUL, 7., 2008, Itajaí. Anais [...]. Itajaí: Univali, 2008.
- CARDOSO, T. F. L. **Sociedade e Desenvolvimento Tecnológico: Uma Abordagem Histórica**. In: Grinspun, M.P.S.Z. (org.). Educação Tecnológica: Desafios e Perspectivas. São Paulo. Cortez. 2001. p. 183-225.
- COSTA, H. **Um olhar que aprisiona o outro: o retrato do índio e o papel do fotojornalismo na revista O Cruzeiro**. Imagens, Campinas: Ed. Unicamp, n. 2, ago. 1994.
- DUCASSÉ, P. **História das Técnicas**. (Trad: Macedo, J. B.). Coleção Saber. Europa-América Publicações Ltda. 1987. p. 8-146.
- GARCÍA, M. I. G. et al. **Ciencia, Tecnología y Sociedad: una introducción al estudio social de la ciencia y la tecnología**. Tecnos. Madrid. 2000. p. 327.
- LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014
- LÉVY, P. **As Tecnologias da Inteligência**. O Futuro do Pensamento na Era da Informática. (Trad. COSTA, C. I.). Editora 34. São Paulo. 1993. p. 7-19.

LEMOS, A. **Cibercultura. Tecnologia e vida social na cultura contemporânea.** Porto Alegre: Sulina, 2002a.

MAIZTEGUI, A. et al, C. **Papel de la tecnología en la educación científica: una dimensión olvidada.** Revista Iberoamericana de Educación, 2002, No. 28. Biblioteca Digital da OEI (Organização de Estados Iberoamericanos para a Educação, a Ciência e a Cultura, Disponível em < <http://www.campus-oei.org/> >. Acesso em 01 Ago. 2021.

MARTINS, M. C.; PICOSQUE, G.; GUERRA, M. T. T. **Teoria e Prática do Ensino de Arte - A língua do mundo.** São Paulo: FTD, 2010.

MORIN, E. **Complexidade e Transdisciplinaridade: a reforma da universidade e do ensino fundamental.** Natal, RN, EDUFRN, 1999.

OLIVEIRA, T. S. **Olhares Poderosos.** 2001. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2001.

PAES, M. H. R. **Representações cinematográficas “ensinando” sobre o índio brasileiro: selvagem e herói nas tramas do império.** 2008. 154 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

PARAÍSO, M. A. **Diferença no currículo.** Cadernos de Pesquisa, v. 40, n. 140, maio/ago. 2010.

READ, H. **A educação pela arte.** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

SANTAELLA, L. **A ecologia pluralista das mídias locativas.** Revista da FAMECOS, n. 37, Porto Alegre, 2008.

SANTOMÉ, J. T. **As Culturas Negadas e Silenciadas no Currículo.** In: SILVA, T. T. S. (org.). Alienígenas na sala de aula. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

SANTOS, E. **Educação online como campo de pesquisa formação: potencialidades das interfaces digitais.** In: SANTOS, E.; ALVES, L. (Orgs.). Práticas pedagógicas e tecnologias digitais. Rio de Janeiro: E-papers, 2006, p. 123-141.

SILVA, T. T. **Currículo e Identidade Social: Territórios Contestados.** In: SILVA, T. T. (org.). Alienígenas na sala de aula. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2009.



UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Faeusp

e-ISSN: 2675-1186

A RELEVÂNCIA DAS BRINCADEIRAS NO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS

BASTOS, Ana Lucia de Assis - FAEUSP

Resumo

A escrita deste artigo traz considerações acerca que os brinquedos, para serem trabalhados ludicamente, podem ser industrializados ou confeccionados até mesmo pelas próprias crianças, que vão se divertir muito com eles. Os brinquedos devem ser adequados ao interesse, às necessidades e às capacidades da etapa de desenvolvimento que a criança se encontra. Situações problemas contidas na manipulação dos jogos e brincadeiras fazem a criança crescer através da procura de soluções e de alternativas. O desempenho psicomotor da criança enquanto brinca alcança níveis que só mesmo a motivação intrínseca consegue. Ao mesmo tempo favorece a concentração, a atenção, o engajamento e a imaginação. Como consequência a criança fica mais calma, relaxada e aprende a pensar, estimulando sua inteligência. Para embasamento deste artigo foram utilizadas pesquisas bibliográficas qualitativas.

Palavras-chave: Brincar; Relevância; Infantil.

Abstract

The writing of this article brings considerations about the fact that toys, to be used playfully, can be industrialized or even made by children themselves, who will have a lot of fun with them. Toys must be adapted to the interests, needs and capabilities of the child's stage of development. Problem situations contained in the manipulation of games and games make the child grow through the search for solutions and alternatives. The child's psychomotor performance while playing reaches levels that only intrinsic motivation can achieve. At the same time, it promotes concentration, attention, engagement and imagination. As a result, the child becomes calmer, more relaxed and learns to think, stimulating their intelligence. To support this article, qualitative bibliographical research was used.

Keywords: To play; Relevance; Children's.

1 INTRODUÇÃO

A importância do brincar é uma questão discutida há bastante tempo. Na antiguidade, os pensadores Platão e Aristóteles, por exemplo, já refletiam a respeito da relevância das brincadeiras e dos jogos na aprendizagem. O primeiro deles, por exemplo, apontava que as crianças podiam aprender brincando em oposição ao uso de violência ou opressão. Já Aristóteles entendia que usar jogos que simulavam atividades sérias era uma forma de preparar os pequenos para a vida futuro.

E a situação não é diferente nos dias de hoje. O brincar segue sendo um dos principais aliados no desenvolvimento humano. No ambiente escolar, o acesso ao brincar constitui parte essencial do processo de ensino e aprendizagem. “A escola é não só lugar de aprender, de sentir, mas também de assegurar os direitos relativos à infância.

É correto dizer que o lúdico e o brincar estão muito presentes na vida e rotina da maioria das crianças de forma contínua. Transportando esses aspectos para a escola, há de se levar em consideração o quesito intencionalidade.

A criança que brinca sempre, com determinação auto ativa, preservando, esquecendo sua fadiga física, pode certamente tornar-se um homem determinado, capaz de auto sacrifício para a promoção do seu bem e de outros.

Como sempre indicamos, o brincar em qualquer tempo não é trivial, é altamente sério e de profunda significação.

E, também entre uma brincadeira e outra que as crianças se reconhecem, ganham visão de mundo e se desenvolvem cognitivamente. Pesquisadores da Universidade de Temple e da Universidade de Delaware,

ambas nos Estados Unidos, destacaram que a definição de brincar está atrelada à de aprender. Para eles, tanto o brincar livre, quanto o dirigido, estão ligados ao desenvolvimento social e acadêmico das crianças.

Diferente do brincar livre – que também é importante – o brincar direcionado vai servir como apoio para que educadores possam auxiliar as crianças em seu próprio desenvolvimento. E é por meio dele que será possível fazer um acompanhamento, por exemplo, de habilidades alcançadas ou que precisam de mais atenção.

Para Chateau (1987) é através do brincar que a criança adquire aprendizado para a vida adulta. Em vista disso, se uma criança joga bastante crescerá mais bem dotada do que aquelas que não querem jogar e, como consequência, sua personalidade não se afirmará, crescerá sem condições de pensar, será um ser sem futuro e sem determinação e, não se importará em continuar pequena e frágil.

É importante saber a diferença dos termos brinquedo, brincadeira e jogo, para não tratá-los com o mesmo significado ou empregá-los como sinônimos. Para Brougère (1981, citado em Kishimoto, 2002b) o brinquedo deve ser entendido como todo objeto utilizado de diferentes maneiras no brincar pela criança desde que este tenha uma função lúdica e funcione como um suporte para a brincadeira.

Ademais, a brincadeira, de acordo com Kishimoto (2002b) é relatada como um procedimento organizado que possui regras. Em relação ao termo jogo, ele é empregado para designar tanto o objeto quanto as regras, sendo que essas regras definem a situação lúdica e o objeto não pode ser utilizado de qualquer maneira, ou seja, há um contexto envolvido.

2 DESENVOLVIMENTO

Na teoria de Piagetiana (1973, p. 53-58), “a fase sensório-motora (0 a 2 anos) caracteriza-se por mecanismos sensório-motores no contato com a realidade, e não há manipulações simbólicas”. De 0 a 24 meses é o período sensório-motor, quando ocorrem grandes explorações e enormes descobertas.

Neste estágio os brinquedos facilitarão a evolução motora como móveis colocados ao alcance da criança; chocalhos pequenos; - brinquedos para morder e bichinhos de vinil.(PIAGET, 1973).

É importante oferecer às crianças os mais diferentes estímulos auditivos e visuais, mudando os brinquedos de posição para que a criança perceba diferentes estímulos. Mudar a posição dos móveis é uma boa ideia.

Dos 8 aos 12 meses acontece um grande desenvolvimento psicomotor, amplia-se o campo da ação da criança, pois ela já senta e se locomove mais facilmente. Adora manipular objetos, pôr, tirar, empilhar, experimentar, enfim, imita gestos e sons e é capaz de antecipar o resultado de algumas ações. Explora o espaço, exercita-se correndo de um lado para outro (aprende andar).

Usa as duas mãos, seu vocabulário aumenta, pede coisas e aponta objetos. Gosta dos brinquedos pedagógicos porque oferece oportunidades de manipulação. Também manifesta grande interesse por brinquedos de apertar botões, saltar peças ou abrir portas. (PIAGET, 1973).

Os Brinquedos adequados são aqueles de puxar e empurrar; - livros de pano;- argolas de plástico para encaixar;- cubos de pano;- bichos de pelúcia;- João bobo;- caixa com vários objetos para pôr e tirar;- caixa de música;- peças para encaixar umas nas outras;- bonecas de pano; Brinquedos para atividades na água ou na areia. Enfim, brinquedos que possam ser manipulados sem oferecer perigo e que estimulem a criança a interagir. (KISHIMOTO, 2002).

A iniciação da criança com o mundo começa através dos reflexos inatos e de ações sem intencionalidades que progredirá gradativamente.

No jogo de exercício, a criança é capaz de reproduzir, refletir, várias vezes, a mesma atividade.

A brincadeira da criança, segundo Oliveira (1992), no período sensório motor, é visualizada através da ação.

No início do período sensório motor (de 1 a 4 meses), a criança age em torno dos mesmos atos, como um círculo vicioso. Dos 4 aos 8 meses, ela passa a interessar-se pelas mudanças que ocorrem no meio e suas ações passam a ter intencionalidades, isto é, coordena aquilo que consegue ver.

Ao avistar um objeto, quer agarrá-lo, começando assim a agir a partir da intenção. O bebê começa a perceber os objetos e manipula-os.

No período de 8 a 11 meses, a criança possui uma finalidade prévia em sua ação, logo, sua ação terá propósito.

Aos 11 meses, segundo a visão piagetiana, a criança já adquire alguma possibilidade de pensar sobre o objeto, inventar soluções, realizando experimentações internas.

Dos 18 aos 24 meses, quando está terminando o período sensório motor, dá-se sua passagem para o nível seguinte onde começa um processo de imitação, de construção simbólica.

O segundo momento da atividade lúdica, para Piaget (1995), é o jogo simbólico que tende a aparecer no período pré-operatório. Segundo este autor, o simbólico é o apogeu do jogo infantil: não é apenas a assimilação real do eu, mas a assimilação assegurada, onde a criança tem a necessidade de reviver um fato, ao invés de simplesmente representá-lo mentalmente.

A assimilação do real, mediante a atividade lúdica, é o veículo que fornecerá à criança as condições para que transforme a realidade, em função das necessidades do seu próprio eu, isto é, da sua realidade efetiva.

Conforme Piaget (apud Oliveira, 1992), o brincar se dará quando a criança interagir com o meio: predominam os esquemas de assimilação sobre os de acomodação, neste momento, sendo que estes dois esquemas não agem separadamente, mas eles se mesclam conforme as situações.

No período pré-operatório, há uma primazia de assimilação, que se vêem quando a criança utiliza o brinquedo para simbolizar, ao usar um cabo de vassoura para representar um cavalo.

Há também a primazia de acomodação, que é vista no brinquedo imitativo quando a criança pré-operacional possui características que Piaget (1995), denominou de egocentrismo. Egocentrismo, não quer dizer egoísmo, mas sim um simbolismo centrado no eu.

Para que a criança construa o pensamento operatório, é necessário que ela transite por um caminho pré-reversível, simbolicamente. Portanto, o brincar da criança vai passar pelo outro para que esta construa sua “identidade pessoal”, sob o aspecto estrutural biológico, orgânico, histórico e pessoal.

Além da criança, utilizar-se de uma situação vivida pelo outro e projetá-la, a brincadeira simbólica segundo Oliveira (1992), possibilita a criança ir até a fantasia, vivê-la intensamente e voltar para a realidade, sem se perder pelo caminho.

Segundo Oliveira (1992):

O ir e o vir incessante até o outro, até a fantasia, pouco a pouco constrói a noção de si mesmo como um todo e conhece o meio também como um todo, do qual ele faz parte afetiva. A criança caminha para o período operatório através da brincadeira. (OLIVEIRA, 1992, p.55)

A brincadeira simbólica é que vai dar condição para que a criança organize sua história de vida conscientizando-a si mesma, condição esta que irá permitir uma interação com o meio e com o outro.

Para Vygotsky (1998), o ato de brincar é uma fonte importante de desenvolvimento. Aprendizado e desenvolvimento estão inter-relacionados desde os primeiros anos de vida da criança, logo, não é viável prender meramente a determinação de níveis de desenvolvimento e na capacidade de aprendizado.

Sua teoria afirma que existem dois níveis de desenvolvimento. O primeiro é: “o chamado de nível de desenvolvimento real, isto é, o nível de desenvolvimento das funções mentais da criança que se estabeleceram como resultado de certos ciclos de desenvolvimento já completados” (Vygotsky, p. 111).

O segundo é chamado de nível de desenvolvimento potencial. O desenvolvimento potencial também se refere ao que a criança é capaz de realizar, só que vai precisar da ajuda do outro. O que ele define como zona de desenvolvimento proximal.

É por meio do brinquedo que a criança age numa esfera cognitiva e não em uma esfera visual externa. É difícil para a criança separar o campo do significado da percepção visual, porque existe uma junção muito grande entre o significado e o que é visto. “A criança vê um objeto, mas age de maneira diferente em relação àquilo que vê. Assim, é alcançada uma condição em que uma criança começa a agir independentemente daquilo que vê.” (Vygotsky, 1998, p.127).

Somente em idade pré-escolar, os campos de significado e da visão se divergem; isto não ocorre de uma só vez, porque para a criança é extremamente difícil separar o pensamento dos objetos.

Neste momento que a criança passa a criar uma situação ilusória imaginária, ele brinca pela necessidade de agir no mundo dos adultos; a brincadeira possibilita ao mesmo tempo a resolução do impasse causado por duas atmosferas: de um lado, a necessidade de ação da criança, e do outro, por sua impossibilidade de executar as operações exigidas por essas ações. "É natural que a criança comece com uma situação imaginária que, inicialmente, é tão próxima da situação real".

Aos 3 anos a criança começa a conhecer e reconhecer cores e formas; - tenta registrar seus pensamentos em desenhos; - imita os adultos em seus afazeres; - seu poder de imaginação vai aumentando gradativamente.

Aos 4 anos os desenhos são mais complexos e elaborados; começa a brincar de médico, papai, mamãe, entre outros; - a linguagem verbal é bem desenvolvida; quer saber de tudo: nome, características, funcionamento. Gosta de livros, procura reconhece figuras que estão mesmos; explora seu corpo e de outras crianças; brinca de forma cooperativa; amigos imaginários estão sempre nas brincadeiras; gostam de usar fantasias como Super-Homem, Mulher Maravilha, Barbie, Power Rangers, Batman, Teletubies e outras. O faz-de-conta é a realidade durante a brincadeira. A fantasia (roupa que caracteriza personagens da brincadeira) só vai ser uma fantasia quando ela for tirada e guardada.

Aos 5 anos conhece todas as cores; começa a aceitar as regras das brincadeiras, procura segui-las, mas pode trapacear para não perder o jogo; o menino gosta de brincar de mocinho e bandido, tornando assim as brincadeiras mais agitadas e cheias de ação; as meninas já gostam de brincadeiras mais calmas, como as atividades domésticas e sociais; as competições vão sendo mais frequentes, mas ainda não consegue assimilar derrotas.

Aos 6 e 7 anos (aproximadamente) gosta de vários tipos de jogos, quer ganhar sempre; consegue um jeito de trapacear para ganhar; gosta de brinquedos rudes; surgem novos relacionamentos com colegas e professores.

As crianças de 4 a 6 10 anos apresentam características bem marcantes, relacionam tudo o que acontece ao seu redor com seus sentimentos e ações. Começam a argumentar, ainda sem razões lógicas. Suas razões são baseadas em seus desejos ou medos. (SANTOS, 2000).

A criança ao brincar, pensa e analisa sobre sua realidade, cultura e o meio em que está inserida, discutindo sobre regras e papéis sociais. Ao brincar a criança aprende a conhecer, a fazer, a conviver e a ser, favorecendo o desenvolvimento da autoconfiança, curiosidade, autonomia, linguagem e pensamento. O fato de a criança, desde muito cedo, poder se comunicar por meio de gestos, sons e mais tarde representar determinado papel na brincadeira faz com que ela desenvolva sua imaginação. Nas brincadeiras as crianças podem desenvolver algumas capacidades importantes, tais como a atenção, a imitação, a memória, a imaginação. Amadurecem também algumas capacidades de socialização, por meio da interação e da utilização e experimentação de regras e papéis sociais.

É através do brincar que a criança forma conceitos, seleciona ideias, percepções e se socializa cada vez mais. O brincar é uma atividade que auxilia na formação, socialização, desenvolvendo habilidades psicomotoras, sociais, físicas, afetivas, cognitivas e emocionais.

Ao brincar as crianças expõem seus sentimentos, aprendem, constroem, exploram, pensam, sentem, reinventam e se movimentam. Fantasiando a criança revive angústias, conflitos, alegrias, desiste e refaz, deixando de lado a sujeição às ordens e exigências dos adultos, inserindo-se na sociedade onde assimilam valores, crenças, leis, regras, hábitos, costumes, princípios e linguagens: As crianças são capazes de lidar com complexas dificuldades psicológicas através do brincar. Elas procuram integrar experiências de dor, medo e perda. Lutam com conceitos de bem e mal.

Assim o lúdico é considerado prazeroso devido a sua capacidade de absorver a criança de forma única, intensa e total possibilitando demonstrar sua personalidade e conhecer melhor a si mesma;

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A brincadeira aparece como forma de apropriação ou fusão de formas ou ideias culturais, cuja heterogeneidade desaparece e proveito de uma homogeneidade construída pela criança no ato lúdico.

Pensar a criança, infância e educação requer muito esforço e muita reflexão. A escolha desse tema nasce do interesse em melhor compreender o conceito da educação infantil como espaço privilegiado da aprendizagem infantil onde é possível assimilar o aprender com o brincar.

O trabalho tem como objetivo esclarecer a importância do brincar no contexto da etapa educacional denominada Educação Infantil, mostrando que o lúdico é considerado como importante fator no processo ensino e aprendizagem. Com o passar dos séculos a criança assume papéis diferentes devido à época e a sociedade que a insere, sendo hoje a criança um ser totalmente único e singular

É durante a infância que ocorrem interações entre o mundo e o meio em que a criança vive, ocorrendo uma aprendizagem significativa. A infância conhecida como a etapa das brincadeiras, do lúdico, logo se pensa no brincar, é nessa etapa que a criança aprende brincando.

Ao remeter à criança e infância, automaticamente lembramo-nos de educação, ou seja, na educação infantil, outro tópico a ser abordado neste artigo, sendo que a educação infantil é a primeira etapa da educação básica.

A educação infantil tem como finalidade o desenvolvimento absoluto das crianças até cinco anos de idade e é nessa etapa que as crianças descobrem

novos valores, sentimentos, costumes, ocorrendo também o desenvolvimento da autonomia, da identidade e a interação com outras pessoas. Outro tópico que se destaca no artigo é o brincar, constituindo-se como atividade fundamental nesse período do desenvolvimento infantil.

O brincar auxilia na aprendizagem fazendo com que as crianças criem conceitos, ideias, em que se possam construir, explorar e reinventar os saberes. Refletem sobre sua realidade e a cultura em que vivem. Mas algumas crianças e alguns contextos escolares infantis nem sempre oportunizam o brincar de forma adequada, pois alguns fatores impedem que isso aconteça, fatores esses abordados com destaque no É através do lúdico que o professor obtém informações valiosíssimas sobre seus alunos além de estimulá-los na criatividade, autonomia, interação com seus pares, na construção do raciocínio lógico matemático, nas representações de mundo e de emoções, ajudando assim na compreensão e desenvolvimento do universo infantil.

Ademais, o brincar faz parte não só do universo infantil, mas é intrínseco ao mundo humano. Brincar é constituir-se como ser social, é constituir-se criança e é, sobretudo, fazer laços com o passado, com a sua história, com o seu estar no mundo.

REFERÊNCIAS

ASSIS, M. C.; MANTOVANI DE ASSIS, O. Z. **Piaget para professores**. Prefeitura municipal de Indaiatuba SP

AZEVEDO, A. B. et al. **Saberes Docentes, Saberes Discentes e Currículo / Universidade Metodista de São Paulo**. São Bernardo do Campo: Ed. do Autor, 2008. 112 p.

BRASIL. **Lei nº 9394, de 23 de Dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília – Ministério da Educação e do Desporto, 1996.

BROUGÈRE, G. **Brinquedo e cultura**. 3. Ed. São Paulo, Cortez, 2000.

KISHIMOTO, T. M., org. **Jogo, brinquedo, brincadeira e educação**. 3.d. São Paulo, Cortez, 1999.

KISHIMOTO, T. M. O brincar e suas teorias. São Paulo: Pioneira-Thomson Learning, 2002.

MACHADO, M. M. **O brinquedo-sucata e a criança**: a importância do brincar, atividades e materiais. 3. Ed. São Paulo, Loyola, 1999.

- OLIVEIRA, V. B., org. **O brincar e a criança do nascimento aos seis anos**.

Petrópolis, Vozes, 2000.

OLIVEIRA, V. B., org. **O símbolo e o brinquedo**: a representação da vida. Petrópolis, Vozes, 1992.

PIAGET, S.; INHELDER, B. **A psicologia da criança**. 14. Ed. Rio de Janeiro, Editora Bertrand Brasil S.A., 1995.

REFERENCIAL CURRICULAR DE EDUCAÇÃO INFANTIL. Vol. 1. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=5499>. Acesso em: 07 jan. 2024.

VYGOTSKY, L. S. **A formação Social da Mente**: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores. 6. Ed. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

WINNICOTT, D. W. **O brincar e a realidade**. Rio de Janeiro: Imago, 1975.



UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Faeusp

e-ISSN: 2675-1186

CONSIDERAÇÕES RELAVANTES ACERCA DO ENSINO DE ARTES COM FOCO NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

BASTOS, Ana Lucia de Assis - FAEUSP

Resumo

A proposição do presente projeto visa apresentar possibilidades estratégicas teoria/prática no que cerne a disciplina de artes nos eixos temáticos da educação especial, produção e artes visuais. O objeto tem o intuito de analisar a reflexão do papel da arte no processo de ensino-aprendizagem acerca da educação especial. A hipótese do presente instrumento tem a pretensão de evidenciar possíveis equívocos quanto ao direcionamento da teoria/prática em artes quanto ao contexto das palavras-chave apresentadas. O presente projeto versará sobre 3 eixos temáticos previamente determinados, artes, produção e educação especial e os métodos empregados versaram sobre a realização desta pesquisa com abordagem qualitativa. O campo de estudo é extenso, se considerarmos uma análise multifatorial e respectivas correlações pontuadas neste instrumento. Fazendo o uso da disciplina de artes e eixos temáticos apresentados, as considerações sobre a educação especial são amplamente discutidas, e a aplicabilidade do ensino de artes acerca da educação especial como pertinente a formação integral do indivíduo, do cidadão.

Palavras-chave: Artes; Produção; Educação; Especial.

Abstract

The proposition of this project aims to present strategic theory/practice possibilities at the core of the arts discipline in the thematic axes of special education, production and visual arts. The objective is to analyze the reflection on the role of art in the teaching-learning process regarding special education. The hypothesis of this instrument is intended to highlight possible misunderstandings regarding the direction of theory/practice in arts regarding the context of the keywords presented. This project will cover 3 previously determined thematic axes, arts, production and special education, and the methods used will focus on carrying out this research with a qualitative approach. The field of study is extensive, if we consider a multifactor analysis

and respective correlations scored in this instrument. Using the arts discipline and thematic axes presented, considerations about special education are widely discussed, and the applicability of arts teaching to special education as pertinent to the integral formation of the individual, the citizen.

Keywords: Art; Production; Education; Special.

1 INTRODUÇÃO

A proposição do presente projeto visa apresentar possibilidades estratégicas teoria/prática no que cerne a disciplina de artes nos eixos temáticos da educação especial, produção e artes visuais.

O objeto tem o intuito de analisar a reflexão do papel da arte no processo de ensino-aprendizagem acerca da educação especial. A hipótese do presente instrumento tem a pretensão de evidenciar possíveis equívocos quanto ao direcionamento da teoria/prática em artes quanto ao contexto das palavras-chave apresentadas.

O presente projeto versará sobre 3 eixos temáticos previamente determinados, artes, produção e educação especial e os métodos empregados versaram sobre a realização desta pesquisa com abordagem qualitativa. Sua descrição procedimental é bibliográfica (GIL, 2002, p. 58).

E, desta forma, o caminho metodológico foi estruturado em três etapas: 1) levantamento e revisão da literatura; 2) coleta de dados, 3) interpretação dos dados. A primeira etapa consistiu no levantamento e revisão da literatura. Foram consultadas: bibliotecas virtuais, bases eletrônicas e periódicos. Na segunda etapa os dados foram coletados.

O material disposto do instrumento foi a produção acadêmica de artes, produção e educação especial. Na terceira etapa foi utilizada a técnica análise de conteúdo.

Para tanto, os métodos empregados versaram sobre a realização desta pesquisa com abordagem qualitativa. Sua descrição procedimental é bibliográfica.

2 DESENVOLVIMENTO

Em relação aos aspectos artísticos é necessário saber, ou melhor, ter entendimento que passagens de uma cultura para outra devem ser consideradas em conformidade com eras culturais, ou seja, cultura oral, escrita, impressa, veiculada às massas, mídia e digital.

Segundo Gzgik e Arruda (2014, p.2) [...] “desde o início da história da humanidade, através das primeiras manifestações gráficas representadas nas paredes das cavernas”, o homem já fazia uso da Arte, deixando sua marca e expressando seu dia a dia e registrando de alguma forma suas emoções, utilizando-se da Arte para se expressar e se comunicar entre si.

Sendo assim, “a Arte foi e é utilizada como uma forma de despertar a expressão, a criação e a inovação, o agir e o pensar, o que a torna essencial para o desenvolvimento humano”.

Nesta lógica, as formas de mensagem, comunicação, assim como signos são sinergistas na modelagem do pensamento humano. Sendo assim,

há de se convir que estes últimos são inerentes a própria configuração de ambientes socioculturais.

Para McLuhan (1964) a ênfase dada aos meios é passível de ocultação de determinações da própria comunicação, cultura e linguagem. Nesta lógica, o

autor remete a ideia que o meio é capaz de influenciar a mensagem em comparação com a mensagem do autor.

Para Lunenfeld (1999a, p. 130) a constatação é que a mensagem e meio não são distintos, e sim, o meio sendo a própria mensagem. Todavia são considerações interessantes no que tange a complexidade semiótica dão subsídios para o ato comunicativo (LUNENFELD, 1999b, p.45).

Elencados anteriormente, os meios de comunicação permitem crescimento, multiplicação e disseminação de códigos e linguagens. Para Santaella (1992 [2003a], p. 222-230) as mediações sociais são decorrentes do uso de signos, linguagens e do próprio pensamento apresentado pela primeira.

Desta forma, os signos não podem ser considerados como indissociáveis das mais diversas formas de socialização e também da cultura. Sendo assim, pode-se pontuar que o meio de comunicação pode ser impactante no ciclo cultural quanto à criação dos modos de produção econômica, assim como política e influências (SANTAELLA, 2007).

Todavia, pela ótica de análise social há de se considerar que ambientes sociais foram moldados no que tange a História da Humanidade, a oralidade, escrita, imagens, entre outros.

Em contrapartida, os ambientes moldados não foram criados em períodos considerados lineares, ou seja, uma etapa não depende da anterior para existir. Mas, como efeito cumulativo existe a integração dos ambientes moldados, como é o caso da folha de papel para escrita (SANTAELLA, 2008).

Necessariamente, os ambientes moldados (cultura), por meio das eras, ficam atreladas à técnica em vigência. As formações culturais anteriores definem padrões semióticos que antecedem a técnica. Sendo assim, há de se considerar que anteriormente à cultura impressa, existiu a escrita não alfabética.

Neste interim, compreendendo os aspectos culturais das sociedades, a memória das escritas, ou memória da espécie, contribuiu e ainda contribui para aspectos da visualidade. Esta considerada ímpar na composição da arte moderna.

Considerando a arte como linguagem voltada à estética como o conhecer, fazer e expressar, denota a compreensão das mais diferentes visões do Homem no mundo. Sendo assim, para Ferraz e Fusari (1993) o intuito da disciplina “é ver a arte não apenas como uma das metas da educação, mas sim como seu próprio processo, que é considerado criador”.

Para Pareyson (1984) a arte é “reveladora de um sentido das coisas” de modo que “um particular fale de modo novo e inesperado, uma nova maneira de olhar e ver a realidade”.

Sendo assim, acerca das considerações quanto à educação especial, a arte concebe a visão plural do trabalho e dos indivíduos, vinculando o exercício da sensibilidade, das vivências, significados e conteúdo (ARAGÃO, 2002).

Na Educação Especial, a Arte é eficiente e democrática, por desenvolveras múltiplas inteligências. Ela trabalha mais fortemente os componentes intuitivos, sensoriais e a percepção espacial. Portanto, as oportunidades da criança com Necessidades Educacionais Especiais ser bem-sucedidas artes, de sentir-se aprovada, ter seu ego cultural reforçado, e assim, se desenvolver cognitivamente são imensas. (WEBER, 2017, p. 265).

Para Figueira (1995, p. 37) “desde o início dos tempos em todo o mundo, essas pessoas foram alijadas do convívio social, impedidas de participar e de desenvolver sua capacidade como indivíduo e cidadão”.

Nesta lógica, a discriminação social das pessoas com deficiência advém das mais longínquas épocas da História do Homem.

Sendo assim, par Fonseca (1995):

Desde a seleção natural, além da seleção biológica dos espartanos que eliminavam as crianças mal formadas ou deficientes, passando pelo conformismo piedoso do cristianismo, até a segregação e marginalização operadas pelos exorcistas e esconjuradores da Idade Média, a perspectiva da deficiência andou sempre ligada a crenças sobrenaturais, demoníacas e supersticiosas (FONSECA, 1995, p.10).

Convém elencar que o passado remontou a casa e a roda dos expostos ou enjeitados, que teve sua origem na Itália no ano de 1198.

Decorreu no Hospital do Espírito Santo, e dotava-se de um dispositivo de madeira fixado no muro ou janela da instituição, ligeiramente de forma cilíndrica e com uma divisória no meio.

Na parte externa, a criança era colocada e, girava-se a roda e puxava um cordão para tocar uma sineta para avisar que um bebê havia sido abandonado. A pessoa que entregava a criança retirava-se imediatamente do local, para não ser reconhecido.

Este método era considerado mais ameno comparado ao infanticídio, mas do mesmo modo era difícil a sobrevivência dos pequenos (WEBER, 2000).

No Brasil a primeira roda data de 1726 na Bahia, logo após 1738 no Rio de Janeiro, em 1825 em São Paulo e em Desterro (Florianópolis) no ano de 1828. Apesar de a população brasileira ser de origem ruralista, estes abandonos em sua maioria aconteciam nas vilas da cidade (TRINDADE, 1999).

Muitas foram às razões dos abandonos nas vilas, o escândalo e a gravidez foram algumas das causas (WEBER, 2000).

Weber (2000) afirma que, no final do século XIX as rodas praticamente desapareceram da Europa, enquanto no Brasil elas foram criadas a partir do século XVIII. As rodas existiram até 1950 em nosso país.

Ademais, como possibilidade de aplicabilidade prática do ensino de artes em tempos modernos e no contexto da educação especial, o professor pode criar ambientes com a integração de várias linguagens e suportes favorecendo meios e formas para que ocorra a significação artística no campo dos sentimentos, sensações, ideias e qualidades.

Vale pontuar que atividades de estruturação de capacidade criadora, raciocínio, percepção e domínio motor, além de diferentes formas de comunicação são bem quistas, tanto quanto a abrangência de soluções globais, quanto locais.

Neste interim, são necessárias apresentações que favoreçam a autoconfiança, socialização e desenvolvimento psicomotor na exploração e imersão do universo cultural discutido e disponibilizado. Sendo assim,

A Arte possibilita essa igualdade, pois através dela chega-se ao belo, que é apreciado por todas as pessoas, sem distinção de cor, idade, sexo, religião, nacionalidade. A Arte não tem fronteiras, e por essa razão, considera-se a maior forma de integração e de desenvolvimento humano, e ela é também um instrumento de ocupação, uma forma terapêutica e de desenvolvimento sociocultural. (WEBER, 2017, p. 264).

Ademais, a avaliação deve ser formativa no âmbito que o conhecimento deve ser explanado e discutido, tanto individualmente, quanto em grupo. Nesta ótica deve-se reconhecer os princípios de autoria e o professor sempre deverá aperfeiçoar-se e buscar novos conhecimentos, com uma postura de curioso e vigilante que acompanha as transformações do processo de ensino aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde o princípio, o ser humano transformou a natureza em objetos e ferramentas, construiu sua história, a sociedade e também o processo do trabalho; transformando a sua própria existência.

Por esse motivo, tornou-se capaz de simbolizar, criar um mundo humano e humanizar-se. Ao se apropriar da natureza, a pessoa se apropria de si mesmo e, com isso, a arte é tida como um trabalho humano de importância, pois ela expressa sua essência na criação de objetos artísticos.

Nesse sentido, a arte como fonte de humanização precisa ter como ponto de partida a sua realidade, sob uma perspectiva histórica, social e cultural, permitindo um olhar sobre a realidade humana e social, apontando possibilidades de novos caminhos para esta realidade.

Desde os primórdios da humanidade, os objetos artísticos ganham um significado que extrapola a função utilitária, vinculando-se ao sensível e ao mundo simbólico. A arte envolve formas distintas do ser, articulando o pensar e o agir segundo o conhecimento acumulado pela humanidade, como também, a criação da capacidade de comunicar-se, por meio da linguagem, do pensamento e da ação. Muitas são as concepções acerca do desenvolvimento da criança, estreitamente vinculado à educação. E, é na educação que se dão as práticas de ensino-aprendizagem, além da socialização entre todos os indivíduos da comunidade escolar.

O campo de estudo é extenso, se considerarmos uma análise multifatorial e respectivas correlações pontuadas neste instrumento. Fazendo o uso da disciplina artes e eixos temáticos apresentados, as considerações sobre a educação especial são amplamente discutidas, porém, a aplicabilidade em sala de aula é restrita.

O presente objeto propõe em âmbito geral, a aplicabilidade do ensino de artes acerca da educação especial como pertinente a formação integral do indivíduo, do cidadão.

A escola como local privilegiado no desenvolvimento humano é capaz de fornecer subsídios para tecer estratégias de aprendizado que sejam bem aproveitadas.

Portanto, é indispensável que, na disciplina de Arte, o professor procure formas diferenciadas de ensino para que o aluno absorva o conhecimento como fonte de humanização. O aluno, ao entrar em contato com a Arte, por meio do ensino, pode estimular e ampliar o seu conhecimento e a sua percepção, e isso pode ser aplicado em qualquer área. Nesse sentido, essa proximidade com a arte será importante para o desenvolvimento das funções psicológicas, pois, no processo artístico, poderá ser estimulada a memória, a atenção e a percepção.

REFERÊNCIAS

ARAGÃO, J. C. B.; DANTAS, E. H. M.; DANTAS, B. H. A. **Efeitos da resistência muscular localizada visando a autonomia funcional e a qualidade de vida do idoso.** Fit Perf J, v. 1, n. 3, p. 29-38, 2002.

FERRAZ, M. H. C. T.; FUSARI, M.F. R. **Metodologia do ensino de arte.** 1993.

FIGUEIRA, E. **Imagem e conceito social da deficiência (segunda parte). Temas sobre desenvolvimento.** São Paulo: Memnon. 1995.FONSECA, Vitor da. Educação Especial programa de estimulação precoce. 2.ed. Porto Alegre,RS: Artmed, 1995

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GZGIK, M; ARRUDA, G. **A importância do ensino de artes na educação especial.** CONAPE Francisco Beltrão – PR, 01-03 de outubro de 2014.

LUNENFELD, P. **“The medium and the message”.** Em **The digital dialectic: New essays on new media.** Peter Lunenfeld (ed.). Cambridge, MA: Mit Press, 1999a, p. 130-132.

_____. **“Screen Grabs: The digital dialectics and new media theory”.** Em **The digital dialectic: New essays on new media.** Peter Lunenfeld (ed.). Cambridge, MA: Mit Press, XIV-XXI, 1999b.

MELETTI, S. M. F. **Indicadores educacionais sobre a educação especial no Brasil e no Paraná.** Educação & Realidade, v. 39, p. 789-809, 2014.

MCLUHAN, M. **Understanding Media: The extensions of man**. Cambridge, MA: Mit Press, 1964.

PAREYSON, L. **Os problemas da estética**. São Paulo, Martins Fontes, 1984.

SANTAELLA, L. **A crítica das mídias na entrada do século XXI**. In: PRADO, J. L. A. (org.). *Crítica das práticas midiáticas: da sociedade de massa às ciberculturas*. São Paulo: Hackers Editores, 2001.

_____. **Matrizes da linguagem e pensamento: sonora, visual, verbal**. São Paulo: Iluminuras, 2002.

_____. **Cultura das mídias**. 4a. ed. São Paulo: Experimento, 1992 [2003a].

_____. **Culturas e artes do pós-humano: Da cultura das mídias à cibercultura**. São Paulo: Paulus, 2003b.

_____. **Linguagens líquidas na era da mobilidade**. São Paulo: Paulus, 2007.

_____. **A ecologia pluralista das mídias locativas**. Revista da FAMECOS, n. 37, Porto Alegre, 2008.

TAVARES, T. B. R.; MEIRA, M. R. **O professor de Arte e a Educação Inclusiva: Cotidianos, vivências**. Disponível em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/Arte/article/viewFile/3842/3080>> Acesso em 02 jan. 2024.

TRINDADE, J.M.B., **O abandono de crianças ou a negação do óbvio**. Artigo publicado na revista **Brasileira de História**. São Paulo, 1999, v.19.

WEBER, L.N.D. **Os filhos de ninguém institucionalização de crianças no Brasil**. Artigo publicado na Revista conjuntura social (Rio de Janeiro), jul. 2000, n. 4, p. 30-36.

WEBER, M. L. T. **A importância da arte na educação especial**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento, ano, v. 2, p. 261-267, 2017.



UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fauesp

e-ISSN: 2675-1186

A CULTURA AFRO-BRASILEIRA NO CURRÍCULO ESCOLAR

GISLAINE LANDIM DA SILVA

RESUMO

O presente trabalho visa apresentar o tema cultura afro-brasileira, abordando diversos aspectos, entre eles sociais e educacionais, buscando explicitar a legislação que ampara o desenvolvimento e que fundamenta sua obrigatoriedade no currículo das escolas de educação básica, destacando o Ensino Fundamental. Além de apresentare disseminar ao seu público leitor, a importância do desempenho de um trabalho voltado a tal tema nas escolas, objetivando um impacto positivo na sociedade.

Para alcançar tal objetivo, foram realizadas pesquisas bibliográficas relacionadas ao resgate da história e cultura dos negros, ao amparo legal e sua trajetória de avanços, recursos e acervos disponíveis nas unidades educacionais e relatos voltados a tal temática que buscam ampliar o ponto de vista e contribuir qualitativamente com a pesquisa.

Contudo, ainda que o tema já tenha contado com avanços significativos, ainda há muito para ser conquistado, portanto, é imprescindível que o trabalho pedagógico seja pautado em reflexões e autoavaliações constantes por parte de cada docente, no que tange à sua prática e a metodologia da abordagem temática.

Palavras Chave: cultura; afro-brasileira; currículo; docente.

ABSTRACT

This paper aims to present the theme of Afro-Brazilian culture, addressing various aspects, including social and educational, seeking to clarify the legislation that supports development and which bases its obligation on the curriculum of basic education schools, highlighting Elementary Education. In addition to presenting and disseminating to its readership, the importance of performing work focused on this topic in schools, aiming at a positive impact on society.

To achieve this goal, bibliographical research was carried out related to the rescue of the history and culture of black people, to legal support and their trajectory of advances, resources and collections available in educational units and reports on this theme that seek to broaden the point of view and contribute qualitatively with the research.

However, even though the topic has already had significant advances, there is still much to be achieved, therefore, it is essential that the pedagogical work be guided by constant reflections and self-evaluations by each professor, regarding their practice and methodology thematic approach.

Keywords: culture; Afro-Brazilian; resume; teacher

INTRODUÇÃO

Atualmente é fundamental abordar temas que envolvam a relação entre diversos e distintos grupos, considerando que a diversidade ainda causa muitos conflitos no ambiente escolar. Diante disso, se faz necessário apresentar vertentes relacionadas a obrigatoriedade curricular do ensino de história da cultura afro- brasileira, mais especificamente no Ensino

Fundamental, diante do exposto na Lei 10639/03 que visa extinguir o racismo através da implementação de conteúdos que abordam a história da cultura afro-brasileira e da formação educacional da sociedade brasileira. Tal tema foi escolhido devido à sua pertinência na construção da história da sociedade atual, bem como na tentativa de desconstruir ideias de reprodução mecânica de conhecimentos acerca da história dos africanos, deixando de fora tantas contribuições políticas, culturais, sociais e econômicas que estão presentes no Brasil até a atualidade.

É notório que há muito para ser apresentado, logo, precisamos de ações que possibilitem formação e embasamento aos profissionais da educação, oferecendo repertório para que um conhecimento tão amplo e rico, seja e restringindo apenas à época da escravidão, ou seja, limitado a um ensino conteudista. Dessa forma, o conteúdo curricular atual, visa ampliar as histórias narradas antigamente por antepassados, e até mesmo nas escolas atuais por meio dos livros didáticos, fazendo com que deixem de serem vistas como lendas e sejam atreladas ao mundo atual, trazendo reflexões contextualizadas sobre a atuação e a importância das contribuições da cultura afro brasileira para a sociedade.

Dessa forma, explicitar e ampliar os conhecimentos sobre o tema é fundamental para erradicar cada vez mais os conflitos das instituições educacionais contemporâneas. Nesse sentido, cabe refletir sobre a obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira, pois é de extrema importância explicitar as inúmeras possibilidades de pensar em um futuro que valoriza as contribuições sociais, políticas e culturais, plantando a semente da erradicação do preconceito e do racismo, pois acredito que quanto mais cedo e quanto mais tais temas forem abordados nas escolas, mais estaremos construindo a consciência crítica e coletiva que leva ao respeito mútuo e a valorização da diversidade e da pluralidade social e cultural.

Infelizmente foi necessária a criação de uma documentação curricular que fundamenta a obrigatoriedade da abordagem de temas que nos parecem tão óbvios, no entanto considero como uma grande conquista e um avanço

significativo para a educação básica e seu público alvo, pois hoje podemos presenciar as escolas inserindo em seu contexto cada vez mais debates sobre questões étnico-raciais, atendendo a demandas de seus próprios alunos, o que contribui com a construção coletiva de um conhecimento rico e de extrema relevância.

Diante do exposto, se torna explícito que atualmente é imprescindível que haja continuamente debates e discussões que abordam a temática no ambiente escolar. Havendo então a necessidade de dar respaldo aos profissionais para que estejam e se sintam mais preparados ao fazer as abordagens de modo a problematizar e conscientizar acerca de questões sociais que estão sempre presentes nas escolas, bem como na sociedade.

É corriqueiro presenciarmos nas escolas o estudo de diversas culturas de muitos outros países, considerados mais importantes, deixando que seja cada vez mais escassa as abordagens relacionadas ao tema aqui em questão, o que priva os educandos de conhecer e estabelecer contato com a cultura presente hoje em nosso país e diversas outras contribuições que foram fundamentais para a história do Brasil. É preciso fomentar que limitar esse conhecimento é minimizar as inúmeras possibilidades de proporcionar aos alunos a análise e reflexão que, certamente irá permitir que ampliem sua visão da riqueza cultural que oferece uma riqueza de saberes e conhecimentos que contribuem de diversas maneiras para a construção do senso crítico e da identidade de cada um.

As questões acerca do livro didático envolvem vários fatores ainda considerados grandes desafios para a sociedade e para a educação brasileira, pois engloba aspectos como os conteúdos previstos para cada ano/segmento, a grade curricular e horária destinada as aulas de história na Educação Básica, ou seja, são obstáculos que ultrapassam o ambiente escolar e vão além da sala de aula, logo, forado alcance dos educadores e demais membros da comunidade escolar, se fazendo necessária uma maior reflexão sobre a necessidade de uma mudança que aconteça de maneira externa ao muro da escola. Contudo, é de extrema importância que ações de

mudanças relativas aos conteúdos e demais fatores envolvidos no processo de ensino da cultura africana e afro-brasileira, não sejam esperadas de maneira inerte pelas equipes escolares, mas sim que os educadores atuem como protagonistas dos saberes e conhecimentos que necessitam ser construídos com os educandos e viabilizem a estes a oportunidade de atuarem da mesma maneira frente a sua aprendizagem. Assim, juntos poderá ser alcançado o grande objetivo de desconstrução dos equívocos que tanto descaracterizam a cultura afro-brasileira, reduzindo-a apenas ao período de escravidão.

Então, é fundamental destacar aqui a relevância de proporcionar aos alunos o contato e conhecimento intrínseco com a nossa própria história, bem como suas contribuições em diversos aspectos com a história atual. Afinal, a escravidão não dever ser o marco principal da história da cultura afro-brasileira. Existem inúmeros outros fatos a serem lembrados e tidos como referência na história.

Portanto, ao logo do trabalho, farei uma contextualização passando por conceitos, histórias, experiências na área da educação, o amparo de legislações educacionais que envolvem a Constituição Federal de 1988, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96), o Currículo da Cidade de São Paulo, documento este norteador do ensino da rede Municipal de São Paulo, entre outros que visam garantir a obrigatoriedade temática como forma de valorizar e refletir sobre as inúmeras contribuições do povo africano para o nosso povo, envolvendo questões de regionalização e cultura, repensando sobre conceitos necessários para romper com os diversos conflitos que surgem no ambiente escolar e espelham na sociedade. Diante dessa realidade, é imprescindível que nas escolas haja um trabalho voltado ao resgate da luta, da resistência e das contribuições do povo negro na construção da história do Brasil no que tange a áreas políticas, econômicas, sociais e culturais.

Sendo assim, o intuito de tal pesquisa é de abordar a temática perpassando

por etapas que devem abranger a contextualização da história, apresentando a raiz de todo esse preconceito que ainda hoje enfrentamos, os movimentos criados para combater o racismo e enaltecer o respeito e valorização, mostrar a importância das alterações curriculares e os benefícios que o mesmo propõe, a necessidade de dar subsídios que proporcione aos educadores uma autoavaliação de suas práticas docentes, no que tange a uma reflexão sobre a necessidade de se desenvolver tal temática em sala de aula como algo que emerge do novo cenário atual, promovendo a construção de um conhecimento mais amplo e o desenvolvimento do senso crítico social para que todos se tornem cidadãos capazes de atuar e transformar a realidade.

1. CONTEXTO HISTÓRICO

Diante dos inúmeros pontos de vista referentes ao ensino da cultura afro-brasileira, é relevante, antes de adentrar as questões específicas da sua obrigatoriedade no currículo do ensino fundamental, contemplar brevemente a trajetória histórica que abrange desde a chegada dos africanos no Brasil até os movimentos de luta que contribuíram significativamente para a construção da história da população negra, com o objetivo de explicitar a raiz dos fatores que deram origem aos conflitos atuais.

Tal análise deve ser apontada, pois ainda hoje é comum que a história seja conhecida de maneira superficial pelos brasileiros, oferecendo-os um conhecimento limitado ao que os livros didáticos apresentam, tendo seu enfoque apenas na escravidão, no período colonial e na época da abolição, o que acarreta uma série de problemas que permeiam a sociedade e, principalmente os ambientes das instituições educacionais. Dessa maneira, com base nesse contexto tão restrito aonde praticamente não são apresentados fatos e acontecimentos que dão destaque e sentido a cultura afro-brasileira, é de suma importância reconhecer o símbolo de resistência

que as lutas pela liberdade e igualdade representam para nós nos dias atuais.

2. LEGISLAÇÃO EDUCACIONAL: ASPECTOS LEGAIS DO ENSINO DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Durante toda a jornada dos negros no Brasil, o marco principal sempre contou com um histórico de muita luta e resistência contra toda a opressão e escravidão pela qual foram submetidos ao longo de anos no período colonial. E, como forma de consequência positiva, a partir dessas lutas e dos movimentos que ganhavam cada vez mais força e espaço na sociedade, começaram a surgir algumas conquistas significativas como as legislações que garantiam os direitos pelos quais tanto buscaram.

Essas legislações foram se expandindo cada vez mais e englobando várias áreas como a política, social, econômica e principalmente a educacional que se destaca por garantir os direitos de acesso e permanência dos negros nas instituições de ensino, além de garantir a qualidade, a igualdade e equidade. Mas esse foi um processo bastante extenso e que, ainda hoje, está em construção e ainda há muito a ser feito.

Dessa forma, nesse capítulo, serão apontadas algumas das legislações que mais se destacaram em prol do progresso que transformou o perfil dos direitos à educação das partes excluídas da sociedade, no que tange ao processo educacional, possibilitando o surgimento de instrumentos e ações que viabilizaram mudanças esperanças no acesso à educação.

2.1. CONSTITUIÇÃO FEDERAL

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil foi elaborada em 1988 com o objetivo de cessar com o autoritarismo até então imposto pelo Regime Militar e visando garantir a igualdade e os direitos de todos os setores sociais, promovendo a igualdade e equidade entre os cidadãos brasileiros.

Diante de um cenário de muita luta em busca de direitos iguais, a Constituição foi um avanço, uma conquista que impulsionou a criação de outras legislações que vieram de encontro ao posicionamento da oposição na batalha contra o racismo. Conforme disposto em seu Artigo 5º:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (BRASIL, 1988)

Nesse contexto, fica explícito que tal legislação veio de encontro a ideia de que não deve haver distinção de nenhuma maneira, garantindo isso a todos os cidadãos brasileiros e aos que residem no país. No entanto, ainda que houvesse o respaldo da lei, muitos grupos considerados de camadas sociais inferiores, sofreram com a falta de proteção para que se fizesse valer o que estava previsto na lei. A população negra foi uma das que mais vivenciaram diante das dificuldades da busca por seus direitos de igualdade social, mesmo com a definição de obrigatoriedade prevista na Constituição Federal:

Assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. (BRASIL, 1988)

Garantir todos os aspectos previstos na lei não é uma tarefa fácil diante da complexidade com que era e, infelizmente ainda é vista a diversidade populacional. Portanto, construir e alcançar uma sociedade livre de preconceitos e atitudes discriminatórias, atualmente ainda é um desafio que pertence a todos os cidadãos do Brasil, pois a realidade atual está longe de ser como se é pretendido desde a criação da Constituição.

Vivemos todos em uma sociedade miscigenada, interagindo com a diversidade no dia-a-dia, no entanto ainda há padrões e estereótipos a serem desconstruídos, pois mesmo com uma riqueza cultural diversa que possuímos, ainda há o que se consideram modelos a serem seguidos. Geralmente, tais

modelos são os pertencentes a grupos cristãos e brancos, mesmo não compondo a maioria da população. Logo, os que não se enquadram nesse perfil não se enquadram no perfil de uma sociedade apropriada.

Considerando este cenário e levando em conta que a educação é também um ato de revolução e pode ser considerada transformadora, a Constituição Federal de 1988 ressalta em seu artigo 205 que:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

Conforme prevista, a educação é um direito de todos e visa o desenvolvimento integral do indivíduo, o que consequentemente contribui para erradicar o preconceito intrínseco no sistema, pois através da formação do senso crítico o sistema discriminatório que subestima e inferioriza a capacidade dos negros desconstrói os equívocos de teorias étnico raciais que acabam por prejudicar a construção da identidade social dos cidadãos que fazem parte desse grupo. A partir de então, com a visão de que a educação poderia transformar essa realidade, surgiram outras diversas legislações para complementar todo o previsto constitucionalmente, como por exemplo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996 que visa amparar a garantia dos direitos educacionais de forma mais contundente, abrangendo não somente a população negra, mas todos os cidadãos.

2.2. LEI Nº 9.394/1996 DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL

A LDB, Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, quando foi instituída a obrigatoriedade do ensino de história no Brasil, considerando as inúmeras contribuições culturais e de diferentes etnias, principalmente no que tange aos povos de origem africana, europeia e indígena. Com isso, consequentemente promover a inclusão e valorização da cultura afro-brasileira nas instituições

educacionais.

No que diz respeito ao ensino, a LDB ressalta que o mesmo deve ser baseado nas seguintes concepções: “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento e arte e o saber. ” (BRASIL, 1996 p.1). Ou seja, mais uma vez fica explícito a necessidade de valorização da diversidade cultural e, conseqüentemente favorecendo e dando abertura para a temática que envolve questões étnico-raciais.

Assim, a obrigatoriedade da abordagem dos temas dentro das unidades educacionais públicas por meio da inclusão da disciplina de história e da cultura afro-brasileira e indígena, é considerado um ato que impulsionou o reconhecimento e a valorização da identidade da população negra, tornando a temática algo fundamental para uma ampla reflexão da importância das contribuições dos africanos no que tange aspectos culturais, seus costumes, crenças e valores.

Tendo esse direito garantido pela legislação, aos poucos a história verdadeira desse povo ganha mais visibilidade, rompendo com a ideia distorcida que era construída até então de que a história do negro no Brasil se limita a pessoas escravizadas e nada mais e mostrando todo o processo de busca por educação de qualidade e igualdade por trás do sofrimento do período colonial. Em continuidade ao que diz respeito a obrigatoriedade curricular da disciplina de história e do ensino da cultura afro-brasileira, ainda em seu artigo 26-A, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 menciona que:

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileira.

Nesse contexto, a legislação em questão, percebendo a invisibilidade dos assuntos relacionados ao tema, reafirma a necessidade de se abordar as

temáticas nas escolas de ensino público e privado e destaca o preceito da interdisciplinaridade ao desenvolver um estudo voltado à temática ao mencionar as disciplinas que deverão se desdobrar o ensino das disciplinas exigidas.

Desse modo, a LDB foi alterada pela Lei 10.636/2003 que, de acordo com os autores J. Aguiar; F. Aguiar (2010, p.95):

A Lei 10639/03 proporcionou uma transformação importante e necessária na educação brasileira, resultando num processo de revisão de conteúdos e posicionamentos sobre a história do negro.

Por conseguinte, tal Lei surgiu como uma conquista de grande valia por proporcionar aos educandos uma nova concepção social, construindo ideias e compreensões livres de paradigmas e preconceitos. Também com o objetivo de estabelecer diretrizes mais específicas que regulamentam a educação brasileira, reiterando a obrigatoriedade já mencionada na legislação anterior e destacando a necessidade de um ensino pautado na interdisciplinaridade, de maneira que outras disciplinas também possam ser envolvidas nesse processo de construção da identidade negra na nossa sociedade através da formação dos indivíduos que frequentam as salas de aula.

Como forma de complemento da legislação que estava surgindo naquele momento, crucial para as conquistas do povo negro, aprovadas pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) e homologadas pelo Ministério da Educação (MEC) no ano de 2004, surgiram as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN's) visando nortear os temas curriculares da educação no Brasil, de modo a seguir os mesmos propósitos da Lei 9.394/1996 desdobrando seus princípios no que tange a educação para as relações étnico-raciais, fortalecendo mais ainda o combate ao racismo.

2.3. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA (DCN'S)

De acordo com a Constituição Federal de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a educação é garantida como um direito de todos. Seguindo esse parâmetro, as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (DCN's) foram adaptadas com o objetivo de atender as necessidades da educação no Brasil, bem como para atuar como um documento norteador do Currículo educacional, pensando sempre em promover uma educação igualitária para todos, conforme prevê tal legislação:

A Educação Básica de qualidade é um direito assegurado pela Constituição Federal e pelo Estatuto da Criança e do Adolescente. Um dos fundamentos do projeto de Nação que estamos construindo, a formação escolar é o alicerce indispensável e condição primeira para o exercício pleno da cidadania e o acesso aos direitos sociais, econômicos, civis e políticos. A educação deve proporcionar o desenvolvimento humano na sua plenitude, em condições de liberdade e dignidade, respeitando e valorizando as diferenças (DCN's BRASIL 2013, p. 4).

Dessa forma, tais Diretrizes apresentam e reforçam a necessidade de uma educação para relações Étnicas raciais e para o Ensino de história e Cultura afro- brasileira e africana, por isso sua reformulação no ano de 2013, conforme pode ser observado acima. Tal alteração visa propor uma ampliação do conhecimento até então pautado apenas no conteúdo dos livros didáticos, que propõem aos educandos a ideia de que os negros e sua história se resume apenas a escravidão, embora ainda hoje é comum presenciarmos tais estereótipos serem disseminados no ambiente escolar.

As contribuições vão tão além dos fatos já conhecidos ocorridos no período colonial, que há a extrema necessidade de se reparar as consequências, sejam elas quais fora, causadas na população negra. Desse modo, as DCN's agregaram em seu conteúdo a Resolução nº 01 de 17 de Junho de 2004, que acrescenta as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação das Relações Étnico Raciais para Ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, visando integrar tais reparações fazendo com que sejam desdobradas também nos ambientes educacionais, garantindo aos negros todos os direitos já previstos.

Assim sendo, os DCN's são mais um símbolo de luta e busca por uma sociedade mais justa e igualitária para a população negra, desconstruindo

prerrogativas preconceituosas que os reduz e subestima sua capacidade perante a sociedade. Analisando as orientações para a organização curricular que se apresenta bastante clara e objetiva, vale ressaltar que além dessa organização, se faz necessário um olhar especial para a formação docente, oferecendo respaldo para que tal trabalho seja desempenhado de forma eficaz. Pois, considerando esse um percurso que deve se iniciar na escola, é necessária a capacitação dos professores e demais profissionais da educação para que tenham recursos adequados para abordar e desenvolver a temática em sala de aula, pois trata-se de um assunto ainda gerador de diversas polêmicas e requer conhecimento e preparo para levar adiante o conhecimento aos alunos.

2.4. LEI Nº 10.639/2003

A Lei nº 10.639, sancionada em 09 de janeiro de 2003 altera mais uma vez o previsto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 no que tange à educação das relações étnico-raciais, incluindo a nível de currículo a obrigatoriedade do ensino do seguinte tema: “História de Cultura Afro-Brasileira”, tornando mais visível os conhecimentos pertinentes a cultura desse povo que tanto contribuiu para nossa sociedade atual.

Esse estudo vai além de conhecer uma cultura em si, mas envolve a compreensão global de tudo que contribuiu para a formação da sociedade brasileira atual, promovendo também uma reflexão acerca das transformações dessa mesma sociedade como consequência das lutas e gestos de resistência que ocorreram ao longo do tempo através de discussões, movimentos e legislações.

Contudo, ainda que muito abrangente e objetiva, ainda existiam algumas lacunas nesta lei, o que pôde ser concluído pela criação de outra lei homologada para complementar o que era preciso: a Lei nº 11.645/08.

2.5. LEI Nº 11.645/2008

Para finalizar todo o processo histórico da legislação educacional que foram vastamente decisivas para uma jornada de conquistas e avanços na busca de direitos iguais de uma educação de qualidade, vale mencionar a Lei nº 11.645 sancionada em 10 de março de 2008 que complementa e altera a LDB nº 9.394/96 no sentido de abarcar no currículo oficial da rede de ensino pública e privada a obrigatoriedade do ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena, apontando todas as culturas como fundamentais para serem estudadas nas escolas, reconhecendo-as como parte da formação da sociedade brasileira.

Assim sendo, todas as medidas legais até aqui apresentadas, surgiram como forma de reparar danos sociais, emocionais e de qualquer outra categoria sofridos pelos negros, tornando responsabilidade das leis aqui mencionadas a melhoria na qualidade de vida, valorização da cultura, hábitos, costumes e crenças para que possamos construir valores livres de preconceitos para uma sociedade livre do racismo.

3. CURRÍCULO: EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO RACIAIS

O cenário de sofrimento enfrentado por toda a população negra e os movimentos de luta dos grupos que se mostravam em oposição e combate contra todo o período de escravidão, foram essenciais para as reivindicações que, mais tarde, alcançaram a valorização e o reconhecimento da cultura afro-brasileira. Nesse trajeto de busca por igualdade e uma sociedade justa e livre de preconceitos não seria possível tais avanços sem o envolvimento dos ambientes educacionais, tendo a escola como um espaço de transformação social da realidade. Dessa forma, a conquista de espaços como a escola foi um dos passos mais importantes da trajetória de busca por direitos iguais.

Alcançar todas essas conquistas não foi fácil, ao longo da história podemos ver

que foi fundamental o apoio das legislações que surgiram para dar apoio e garantir os direitos alcançados. Com isso, foi pensado um novo modelo de ensino e de professor para amparar a nova realidade que estava surgindo.

É necessário formar um novo perfil de professor e de aluno, de modo que, no exercício de relação e ajuda se apropriem dos saberes sobre a História e a Cultura Afro-Brasileira para serem socializadas com as respectivas comunidades, a fim de romper com a pedagogia clássica que prioriza o modelo eurocêntrico. (FELIPE, TERUYA 2011. P.06)

Nesse sentido, é que o perfil do currículo educacional foi transformado, visando a mudança do perfil do professor e do aluno, de modo a ampliar o conhecimento de ambos. Além disso, é válido destacar aqui a importância de dar recursos para que o professor se torne cada vez mais capacitado e instigue o aluno em seu aprendizado rompendo com os paradigmas de uma pedagogia da transmissão de saberes, mas construindo cada dia mais uma forma de ensinar que instigue os alunos a construir o seu conhecimento, atuando como protagonista da sua aprendizagem e ampliando cada vez mais os horizontes que fazem parte desse processo. Mais especificamente no que tange aos saberes relacionados a cultura afro-brasileira, reconhecendo o verdadeiro significado da história.

Discorrendo de maneira mais expansiva sobre as mudanças do currículo educacional, vale mencionar que ocorreram com o objetivo de transformar os conteúdos a serem ensinados e aprendidos através de vivências e experiências escolares proporcionadas aos alunos, seus respectivos objetivos a serem alcançados, o planejamento pedagógico feito pelos docentes e a metodologia de ensino utilizada.

Daí a necessidade de se importar com a estrutura do currículo escolar, pois ele é a base de todo o cenário da educação, por isso a imprescindibilidade em revisá-lo, tendo a possibilidade de alterar aquilo que era tido como único saber.

Nesse sentido, os autores Felipe e Teruya (2011) descrevem que a história do Brasil ensinada nas escolas foi elaborada a partir de uma visão europeia, portanto, ela é eurocêntrica. Ou seja, tendo toda a história interpretada de

um ponto de vista europeu, tendo essa compreensão de mundo como a verdade absoluta, deixando de lado as demais etnias. Por esse motivo é preciso que tenhamos cada vez mais educadores preparados para a construção coletiva de um novo modelo educacional pautado nas mudanças do currículo, respeitando a obrigatoriedade de ensino nele previstas.

Nesta perspectiva, há que se ter profissionais da educação, especialmente professores devidamente preparados, que sejam capacitados e habilitados a realizarem uma releitura do currículo à luz da História e da Cultura Afro- Brasileira, bem como elaborar propostas pedagógicas que tenha como fundamento, os conhecimentos filosóficos, antropológicos, sociológicos, históricos, religiosos, geográficos e culturais que abordem a questão do negro. (FELIPE, TERUYA 2011 p.4)

Nessa concepção de educação, se deve levar em consideração a diversidade cultural presente na rede pública e privada de ensino para a elaboração do currículo da própria instituição. Isso significa inserir conteúdos culturais que sejam significativos para os educandos, fazer da educação um ato político, avançando no que diz respeito a visão de sociedade que queremos para o futuro. Ressaltando que deixar de se reproduzir os conteúdos propostos de acordo com a visão exclusivamente europeia não significa deixar de lado tal cultura, mas sim promover a inserção da cultura afro- brasileira no contexto educacional dos currículos escolares, abrindo possibilidades para outras manifestações culturais na construção da identidade da própria comunidade escolar.

3.1. CURRÍCULO: O ENSINO DE HISTÓRIA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA

Pensar em um currículo inclusivo e diferenciado vai além de abordar em sala de aula os temas previstos nele. É preciso buscar ações que proponham mudanças que se adequem para atender os educandos de acordo com a contextualização da realidade de cada um. Contemplando aqui o que diz respeito a inserção de conteúdos voltados ao ensino da cultura afro-brasileira, o autor Pereira (2007, p. 62) destaca que:

A inclusão de temas referentes às culturas africanas e afrodescendentes nos currículos escolares representam, em primeira instância, o estabelecimento de políticas afirmativas que permitem à sociedade brasileira reconhecerem sua dívida para com os africanos e seus descendentes.

Para o autor, abordar essa temática vai muito além de apenas incorporá-la aos livros didáticos, mas sim proporcionar aos alunos momentos debates e reflexões, leituras diversas estudo de documentários e discussões que contribuem para a compreensão da importância do negro para a construção do país.

Essa concepção de educação e apresenta o verdadeiro significado da inserção do ensino da história e da cultura afro-brasileira como obrigatoriedade no currículo, pois nos remete ao conhecimento do quanto houve influência da cultura africana para a formação da cultura afro-brasileira, afinal vários traços da cultura africana podem ser encontrados no Brasil.

Desse modo, Freire (1987, p. 79) destaca:

Pois os educandos não são chamados a conhecer, mas a memorizar o conteúdo narrado pelo educador. Não realizam nenhum ato cognoscitivo, uma vez que objetivos que deveria ser posto como incidência, de seu ato consciente é posse do educador e não mediatizados da reflexão crítica de ambos.

Assim, o autor defende que o aprendizado dos alunos não deve ser por meio da transmissão mecânica de saberes, ou pela memorização dos conteúdos apresentados, pois assim ficam condicionados a aprender apenas o que os livros didáticos lhe apresentam, decorando informações. Por isso a elaboração de um currículo baseado na diversidade cultural, sempre respeitando as especificidades de quaisquer etnias.

3.2. A EDUCAÇÃO COMO ESPAÇO DE RESISTÊNCIA

A escola deve ser compreendida como um espaço de transformação social, um lugar pautado em ensinar de acordo com as necessidades da comunidade a

qual atende e de modo contextualizado com a diversidade que a cerca, visando sempre promover a inclusão, desconstruindo toda uma história de preconceito que leva a sociedade a, ainda hoje, ter atitudes racistas. Voltada para esse objetivo, o espaço da escola deve ser tido atualmente como ambiente de resistência a qualquer pensamento de discriminação, ou seja, a educação escolar deve ser pautada em impulsionar a igualdade social.

Diante do cenário excludente com que foi pautada a educação dos negros, cabe a educação atual promover a transformação a partir de reflexões acerca dos valores culturais inseridos no contexto histórico. E é a partir de uma política de educação étnico-racial que se resgatam tais princípios antes não tidos pela população negra. Essa é uma transformação que deve iniciar no espaço escolar, incluindo a todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem repensando e erradicando toda a inferiorização sofrida pelos negros. Tendo em vista tal concepção de currículo e de educação, Gomes (2001, p.89) afirma que:

O conhecimento dessas questões pode nos ajudar a superar o medo e/ou desprezo das diferenças raciais ainda presente na escola e na sociedade. Entender essa complexidade é uma tarefa dos/as profissionais da educação. É tarefa de uma escola que se quer cidadã, por isso mesmo, não pode deixar de incluir a questão racial no seu currículo e na sua prática.

De acordo com a colocação do autor, tal prática educacional se desvencilha de todo o contexto histórico que acompanha a sociedade e o trabalho pedagógico, apresentando a educação étnico-racial como instrumento que possibilita uma vasta superação das condições as quais eram submetidos os negros e seus descendentes, conseqüentemente, transformando a realidade da sociedade de forma crítica.

Promover discussões e debates sobre a cultura africana e afro-brasileira nas escolas, desperta nos alunos o senso crítico que faz com que percebam e reconheçam a diversidade de identidades presentes em nosso país. Com isso, compreendam a grande contribuição da população negra para essa pluralidade cultural.

Diante de tal perspectiva da educação como agente transformador de paradigmas sociais, Freire afirma:

Quanto mais às massas populares desvelam a realidade objetiva e desafiadora sobre a qual elas devem incidir sua ação transformadora, tanto mais se “inserem”, nela criticamente. (FREIRE, 1987, p. 22)

Seguindo esse ponto de vista, a obrigatoriedade da educação não se restringe apenas a adaptações curriculares ou de conteúdo, mas sim em ter total conhecimento da realidade que a cerca socialmente para então promover ações que dão continuidade na luta, por meio de reflexões para identificar e apontar quais distinções ainda são presentes na sociedade atual que inviabiliza a igualdade de maneira justa, ou seja, atuando como prática libertadora de todos esses estereótipos transmitidos em todo o contexto histórico, na busca por garantir a equidade, fortalecendo a superação da discriminação racial e erradicando as práticas de uma lógica excludente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após toda essa reflexão que aborda o tema da cultura afro-brasileira desde sua origem, passando pelo período colonial, a escravização e todas as conquistas advindas de lutas que foram consequências de toda a força que surgiu em meio a necessidade de busca por liberdade e igualdade, podemos concluir que a busca pela representatividade da cultura afro-brasileira está presente em todos os lugares, principalmente quando paramos para analisar a miscigenação do Brasil. É uma influência que se espalhou de diversas maneiras em cada um de nós e que vai além de costumes, tradições ou religiões, pois envolve muito mais que todas essas representações, envolve a formação de uma cultura que é fruto das mais diversificadas etnias que, juntas construíram uma nação e contribuem até hoje para a formação de um povo.

Diante disso, o objetivo desse trabalho foi apontar as tantas vitórias obtidas

com as lutas que simbolizaram resistência e força, para que assim pudesse ser explicitado pontos importantes sobre o tema e não deixando permanecer superficial o conhecimento amplo que ele nos traz, pois, entender como se deu a formação da cultura afro-brasileira nos possibilita a compreensão da importância de se disseminar cada dia mais esse conhecimento e não deixar de sempre observar essa evolução cultural e tudo que emerge através dela, como por exemplo a desconstrução de paradigmas preconceituosos e, infelizmente tão comuns ainda hoje, que necessitam urgentemente de serem desconstruídos.

Além disso, apresentar maneiras de conservar tais lutas e implementar tal reflexão no currículo escolar, fazendo da escola um espaço de resistência e transformação, é uma das formas de continuar na busca por igualdade de direitos. Exemplificar o trabalho docente, numa perspectiva interdisciplinar, mostrando o quanto o papel do professor é fundamental nessa função, como eixo norteador de tal mudança na organização pedagógica também é fundamental para desconstruir os conteúdos paralisados e limitados que, muitas vezes, são apresentados em muitos livros didáticos que deixam de resgatar a real história dos negros e de valorizar toda a importância que tiveram para o país mestiço que temos hoje, pois enfatizavam apenas a escravidão, colocando o negro sempre em uma posição inferiorizada perante a sociedade.

Portanto, elevar a memória da cultura afro-brasileira se faz cada dia mais necessário diante da longa trajetória que ainda há pela frente. É um imenso desafio educacional e social buscar estratégias que promovam a construção de uma consciência de respeito mútuo independente da etnia. Por isso, a inserção obrigatória das disciplinas e dos conteúdos no currículo educacional das instituições de educação é indispensável para contribuir com tudo o que é garantido por lei, porém, na prática ainda é tão escasso.

Dessa forma, os capítulos tratados nesse trabalho, percorreu uma linhagem de apresentação da origem, metodologias utilizadas, embasamentos legais e como isso reflete na educação atual, auxiliando no enfrentamento dos desafios

que surgem no cotidiano escolar. Também é preciso mencionar como isso impacta a sociedade, afinal todo o previsto nas legislações ainda é uma realidade bem distante do que temos hoje. Por isso, é preciso refletir sempre a partir do que tem sido construído para fomentar e impedir que toda a história de valorização seja apagada ou esquecida.

Portanto, a escola deve ser tida como um ambiente de diversas possibilidades de transformação, reconhecendo a inclusão social como uma ideologia que pode transformar pensamentos e atitudes, não permitindo que atos de racismo se tornem naturais e possibilitando um grande progresso na socialização, erradicando atitudes racistas que ainda permeiam o ambiente escolar e a sociedade de hoje e avançando na busca por igualdade de direitos. Assim sendo, finalizamos ressaltando a importância de se acreditar na inclusão e nas inúmeras possibilidades de transformação social quando se busca, coletivamente, por um mundo melhor, aonde a valorização das diversas etnias que compõem o Brasil sejam compreendidas como objeto imprescindível para a formação do nosso país e tendo a educação como o caminho que plantará a semente que motivará todo o trajeto que ainda há pela frente em busca do respeito e valorização do ser humano.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGUIAR, J. C. T. M.; AGUIAR, F. J. F. **Uma reflexão sobre o ensino de história e cultura afro-brasileiro e africana e a formação de professores em Sergipe**. Gediadde, 2010.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 5 de outubro de 1988.

BRASIL. Lei nº 9394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário oficial, Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. **Incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História Cultura Afro-Brasileira"**. Brasília, 2003.

BRASIL. Lei nº 11.645 de 10 de março de 2008. **Altera a Lei n o 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n o 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro Brasileira e Indígena”**. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

FELIPE, Delton Aparecido; TERUYA, Teresa Kazuko. **Ensino de história de cultura afro-brasileira e africana nos currículos da educação básica no Brasil**. Maringá, 2011.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOMES, Nilma Lino. **Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade**. In: **Racismo e anti-racismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Summus, 2001.

PEREIRA, Edmilson de A. **Malungos na escola: questões sobre culturas afro descendentes e educação**. Coleção Educação em Foco. São Paulo: Paulo: Paulinas, 2007.



UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fapesp

e-ISSN: 2675-1186

A CONCEPÇÃO DE ESCRITA E A PSICOLOGIA DA APRENDIZAGEM

JAQUELINE IRIS GOMES DE SOUZA

RESUMO

O objetivo deste estudo é verificar qual a importância da psicologia da aprendizagem para a alfabetização, compreendendo como ocorre o desenvolvimento psicomotor durante esta fase, através de uma pesquisa bibliográfica. É extremamente importante estimular a criança a trabalhar com o corpo, tomando consciência dele como um todo e de suas partes, dando ênfase a algumas delas conforme sua fase de desenvolvimento. Nesta perspectiva, acreditamos que a educação psicomotora deve ser inserida desde a educação infantil, favorecendo a evolução do corpo, da mente e das habilidades motoras. Com base nos estudos, chegou-se à conclusão que o desenvolvimento das habilidades psicomotoras são indispensáveis para a formação global da criança, inclusive durante a alfabetização.

Palavra-Chave: Alfabetização; Aprendizagem; Desenvolvimento; Educação; Psicomotricidade.

INTRODUÇÃO

É extremamente importante analisarmos que o movimento é a primeira demonstração na vida do ser humano. Partindo deste conceito e relacionando com o contexto escolar, podemos considerar que a psicomotricidade é um valioso recurso que nos permite buscar resultados positivos em relação às dificuldades de aprendizagem e durante a construção da escrita.

Compreendendo essa necessidade de movimento para o desenvolvimento cognitivo da criança, o Educador tem o desafio de oferecer condições necessárias para garantir a aprendizagem, articulando ações que auxiliem no desenvolvimento de alunos na educação infantil.

Através da nossa experiência na área, percebemos a problemática da dificuldade de aprendizagem de uma criança no ensino infantil, principalmente quando esta não consegue o mesmo rendimento dos demais.

Entendendo que atualmente a educação infantil está muito mais preocupada com as habilidades de leitura e escrita do que com o desenvolvimento como um todo, evitando uma “possível” reprovação na primeira série. Neste sentido, as questões que se colocam como problemas são: se for o nosso dever respeitar o tempo de aprendizagem de cada criança e considerar que ela deverá vivenciar sua infância brincando, explorando, descobrindo, para que vamos privá-la disso, não respeitando as suas necessidades? Quais são os fatores que contribuem para que o aluno apresente uma dificuldade ao iniciar a sua escrita?

Assim, a presente pesquisa bibliográfica poderá contribuir para a compreensão da prática pedagógica e suas intervenções frente às dificuldades do aluno, oferecendo subsídios aos educadores de instituições de ensino infantil em relação ao desenvolvimento cognitivo e construção da escrita. Do mesmo modo, se propõe analisar a importância da Psicomotricidade para a alfabetização, compreendendo como ocorre o desenvolvimento psicomotor durante esta fase.

Este estudo trata da origem da escrita e sua constante evolução, desde as primeiras representações gráficas até os dias de hoje, tornando-a um símbolo no marco na história da humanidade.

CONCEPÇÃO DE ESCRITA

A escrita é um resultado do processo de evolução da humanidade buscando maneiras práticas de comunicação entre as pessoas, assumindo um

papel de extrema importância para a nossa sociedade.

Sampson (1996, p.25) define a escrita como: “um sistema para se representar enunciados da língua falada por meio de marcas permanentes e visíveis.” Porém, sabemos que não é comum que as pessoas utilizam a escrita dessa forma, pois ao escrever nem sempre representamos exatamente a fala.

A escrita é uma representação do pensamento e da linguagem humana e através dela, podemos saber sobre diversos fatos que aconteceram há muitos anos, garantindo a conservação de registros e permitindo a propagação de informações por diversas gerações.

A sua origem não aconteceu por acaso, ela reflete e acompanha as diversas maneiras de como vivem as sociedades, seus hábitos e peculiaridades.

O SURGIMENTO DA ESCRITA

Segundo Visconti e Junqueira (1994), os primeiros homens que habitaram a Terra viviam de forma diferente do que a nossa. Isso porque dedicavam o tempo para garantir a sua sobrevivência buscando alimentos. Interagiam de modo bem primitivo: só sabiam uivar e gesticular, fazendo com que as próprias mãos fossem algo muito necessário e importante para estabelecer a comunicação. Assim, cada vez mais foi necessário desenvolver formas de expressão entre o grupo, surgindo assim as primeiras palavras (linguagem falada).

Naquela época, o frio era intenso e para se protegerem, ficavam muito tempo dentro das cavernas, e assim, começaram a desenhar nas paredes. As tintas usadas eram feitas de frutos, sangue de animais e ovos de aves, surgindo a primeira demonstração de escrita.

Com o tempo, começaram a produzir o seu próprio alimento, criando animais e plantando. Especializaram-se tanto nesta atividade que acabaram produzindo além do necessário, e sentiram a necessidade de criar uma forma de anotação para controlar o que era guardado ou trocado. No começo faziam apenas desenhos representando o que armazenavam, depois, foram

desenvolvendo formas mais simplificadas de anotação, surgindo o que chamamos hoje de pictogramas.

Alguns estudiosos não apreciam a pictografia como a primeira representação de grafia, pois consideram o caráter de escrita e não de desenho.

Os primeiros povos a utilizarem a escrita foram os da Mesopotâmia, utilizando a escrita cuneiforme e os egípcios com o hieróglifo.

De acordo com Batalha, na região da Mesopotâmia (atual região do Iraque), os sumérios que habitavam a região, criaram a escrita cuneiforme. O termo vem de “cunha” que era uma pequena ferramenta, comparando a uma caneta. (www.invivo.fiocruz.br/ acesso em 23/07/2009).

Essa escrita era tão difícil que poucas pessoas sabiam ler e escrever. Um mesmo sinal podia ter vários significados, dependendo da situação ou até mesmo de como estava agrupado. Portanto, utilizavam os escribas, que tinham por profissão a tarefa de ler e escrever para os demais e até criaram uma espécie de dicionário para mostrar o significado de cada sinal. (VISCONTI e JUNQUEIRA, 1994).

Os estudos também indicam que provavelmente os sumérios foram a primeira civilização do mundo, criando as primeiras cidades. Então, não é nenhum espanto que estes grupos foram os primeiros escribas a existirem.

Devido à expansão do comércio, a escrita cuneiforme foi utilizada e adaptada em outras regiões.

Anos depois, no antigo Egito, desenvolveram a escrita hieroglífica que atendia as necessidades cotidianas, como: agricultura, medicina, educação e comércio.

Utilizavam também para fins religiosos, pois os sacerdotes registravam orações, cerimônias e principalmente relatos sobre a vida dos deuses e faraós, [...] “os egípcios consideravam a escrita uma coisa mágica” (VISCONTI E JUNQUEIRA, 1994, p. 21). Acreditavam que depois da morte, bastava colocar textos sagrados ao lado do corpo, para obterem a vida após a morte.

Nesta região, aprender a ler e escrever eram privilégio apenas dos filhos

dos nobres, que, iniciavam o processo de estudos aos dez anos de idade.

Por muito tempo esta escrita permaneceu misteriosa. A escrita hieroglífica só foi decifrada quando o imperador francês Napoleão Bonaparte invadiu o Egito em 1804, levando além do exército, um grupo de cientistas que, entre eles, estava Jean François Champollion, que conseguiu decifrar a escrita através da análise de uma pedra que continha inscrições em hieróglifos.

EVOLUÇÃO CONSTANTE

A escrita se desenvolveu de forma independente em várias partes do mundo e assim como as línguas, está em constante processo de desenvolvimento.

Ela possui um papel crucial para nossa humanidade, revelando as diversas formas de vivência das sociedades, por isso, é possível que ao nos depararmos com um texto de anos atrás, algumas palavras já não são mais utilizadas.

Com a invenção do papel, criado pelos chineses há mais de 2100 anos, foi possível a substituição de ferramentas utilizadas na antiguidade, percorrendo pelo mundo todo.

A escrita se tornou realmente conhecida com o surgimento da imprensa, conferida pelo alemão Johann Gutenberg, em 1455, que através da sua criação, ocasionou o barateamento do papel e consequentemente o custo dos livros.

Assim, a escrita em grande processo de desenvolvimento, ganhou um novo aliado: a máquina de escrever. Criado pelo italiano José Ravizza, cada vez mais a sua invenção foi aperfeiçoada até chegar às modernas máquinas atuais.

Com a tecnologia em alta, entramos na era digital, no desenvolvimento da informática, que por sua vez, possui diversos programas que permite desde o armazenamento de dados até uma simples correção automática dos erros ortográficos.

A condição pela luta da sobrevivência é um dos principais motivos para a existência da escrita, e com certeza serão utilizadas [...] “as escritas que são mais úteis e adaptáveis e que melhor vão de encontro das necessidades do homem que as usa”. (DIRINGER, 1962, p.19).

Atualmente a população cada vez mais utiliza o computador no seu cotidiano, abrangendo todas as faixas etárias. Com o acesso a internet, foi possível também criar outras formas de escrita ao comunicarmos com outras pessoas, abreviando palavras.

Quando acessamos e-mails, nos sites de relacionamentos ou até mesmo ao trocarmos mensagens simultâneas, fica evidente essa variação da linguagem, devido até mesmo pela vontade de digitar rápido. Um exemplo claro e que com certeza muitos utilizam é a abreviatura da palavra você que se transforma em “vc”. O uso dos “emoticons” durante as mensagens instantâneas, que são figuras representando expressões de sentimentos (rostos expressando alegria, tristeza, raiva) que substitui a palavra escrita. Isso é uma prova de que a escrita está em constante evolução com a invenção de novas formas de expressão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo enfocou a psicomotricidade na construção da escrita na educação inclusiva onde foi possível compreender que a Educação pelo movimento é muito importante durante a alfabetização.

A pesquisa teve como problema inicial a utilização da psicomotricidade como mais um recurso favorecendo a aquisição da escrita e verificamos que a mesma é necessária desde a educação infantil, onde devem ser desenvolvidas atividades voltadas para o movimento corporal e posteriormente para a aprendizagem formal da escrita.

Há muito tempo, nós educadores, preocupados com a aprendizagem da linguagem escrita e também muitas vezes intrigados com a utilização da educação psicomotora durante as nossas práticas, percebemos que a aquisição e desenvolvimento da escrita recebem uma grande influência da

psicomotricidade, o que pode ser ratificado através deste trabalho.

De fato todos nós concordamos sobre os benefícios que uma atividade física traz para um sujeito em processo de aprendizagem, para o seu desenvolvimento mental, corporal e emocional.

Portanto, é imprescindível que oportunidades para desenvolver tanto o esquema corporal como outras habilidades, sejam oferecidas aos alunos de inclusão que geralmente apresentam déficits nestes aspectos. Vale ressaltar que o respeito do educador frente a estes alunos também é um fator importantíssimo. Este profissional terá que evitar determinados comentários e principalmente mediar os conflitos gerados pelos demais colegas ao surgirem gozações, que o exponham ao ridículo.

Ficou claro que o estudo da psicomotricidade permite a compreensão da criança referente ao seu corpo e conseqüentemente, a exploração do seu meio devido a essa consciência. Destacamos então que o desenvolvimento do esquema corporal é um elemento de grande importância para a formação da criança, fazendo com que possa agir e transformar o mundo que a cerca.

Deste modo, o desenvolvimento das habilidades necessárias para a aquisição da escrita, é resultado dessas experiências vividas, o que ajuda na facilitação da descoberta de alguma dificuldade de aprendizagem durante o processo de desenvolvimento.

Espera-se com este trabalho, contribuir para uma melhor aquisição da escrita por parte da criança, uma vez que esse é um processo que exige a participação individual (cognitiva) do sujeito, as mediações educativas e a visão por parte do educador considerando o educando em sua totalidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AJURIAGUERRA, J. Manual da psiquiatria infantil. 2 ed. Rio de Janeiro: Masson do Brasil, 1980.

_____. A escrita infantil: Evolução e dificuldades. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PSICOMOTRICIDADE – SBP. A psicomotricidade. Disponível em: <www.psicomotricidade.com.br>. Acesso em: 08 ago. 2009.

BATALHA, E. O abecê da escrita. Disponível em: < www.invivo.fiocruz.br > Acesso em: 26 ago. 2009.

DE MEUR, A.; STAES, L. Psicomotricidade: Educação e reeducação. São Paulo: Manole, 1991.

DIRINGER, Davi. A escrita. [s.l.]: Editorial Verbo, 1962.

FERREIRO, E. Alfabetização em processo. São Paulo: Cortez, 1996.

_____. Reflexões sobre alfabetização. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____; TEBEROSKY A. Psicogênese da língua escrita. Porto Alegre: Artmed, 1999.

FONSECA, V. Psicomotricidade. 2 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1988.

LE BOUCH, J. Educação psicomotora: psicogenética na idade escolar. 2 ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1987.

_____. O desenvolvimento psicomotor: do nascimento até os 6 anos. Porto Alegre: Artes Médicas, 1992.

MASSON, S. Generalidades sobre a reeducação psicomotora e o exame psicomotor. São Paulo: Manole, 1985.

MATTOS, M. G.; ROSSETO, J.J. ; BLECHER, S. Teoria e prática da metodologia da pesquisa em educação física: construindo seu trabalho acadêmico: monografia, artigo científico e projeto de ação. São Paulo: [s.n.], 2004.

PACHECO, P. R. Psicomotricidade e reeducação pelo exercício físico. Disponível em: < www.revistadeeducacaofisica.com.br >. Acesso em 12. Ago. 2009.

PICQ, I.; VAYER, R. Educação Psicomotora e retardo mental: aplicação aos diferentes tipos de inadaptção. 4 ed. São Paulo: Manole, 1985.

SAMPSON, G. Sistemas de escrita: Tipologia, história e psicologia. São Paulo: Ática, 1996.

SMOLKA, A. L. B. A criança na fase inicial da escrita: a Alfabetização como processo discursivo. 7ed. – São Paulo: Cortez, 1996.

RUSO, M. F.; VIAN, M. I. A. Alfabetização: um processo em construção. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 1995.

VISCONTI, M. C.; JUNQUEIRA, Z. A. Escrita: das paredes ao computador. São Paulo: Ática, 1994.



UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fauesp

e-ISSN: 2675-1186

A CONCEPÇÃO ARTÍSTICA NO AMBIENTE EDUCACIONAL E AS VIVÊNCIAS PEDAGÓGICAS NOS ESTUDANTES

LUCIANE MARQUES

Resumo:

É muito importante que o aluno tenha um leque de conhecimento acerca do seu próprio país e do mundo. Não se conhece um país sem conhecer a sua história e a sua arte. Além disso, as artes alargam a possibilidade de interculturalidade, ou seja, de trabalhar diferentes códigos culturais. A escola deve trabalhar com diversos códigos, não só com o europeu e o norte-americano branco, mas com o indígena, o africano e o asiático. A arte como cultura trabalha o conhecimento da história, dos artistas que contribuem para a transformação da arte.

Palavras- chave: Artes Visuais; Educação; Intervenção; Aprendizagem.

INTRODUÇÃO

Ao integrar a arte no sistema educacional, as escolas oferecem aos estudantes uma educação mais holística e completa, que reconhece a importância do desenvolvimento emocional, social e criativo, além das habilidades acadêmicas convencionais. A arte não deve ser vista como algo isolado ou acessório, mas como uma disciplina essencial para a formação integral dos estudantes.

Infelizmente, em muitos sistemas educacionais, a arte é negligenciada ou subestimada, com menos recursos e tempo dedicado a ela em comparação com outras disciplinas. No entanto, é necessário reconhecer que a educação em arte não é apenas um adorno no currículo escolar, mas uma parte fundamental da educação que prepara os estudantes para enfrentar os desafios do século XXI.

Segundo Costa (1996, p. 2), como é bem difícil para a criança conseguir expressar em palavras seus sentimentos mais profundos, quando está triste ou agressiva; ela o faz quando desenha, extravasando-os bem. Assim, ela “coloca para fora” tudo que está sentindo, por meio dos traços e cores, que sabe expressar muito bem.

[...] A superfície do papel torna-se cúmplice e deixa-se cobrir com imagens espontâneas e sinceras. “Falar” fica mais fácil sem a emissão de palavras. O registro pelo desenho não teme represálias, a necessidade de expressar ignora as consequências, pois é o suporte que mostra as imagens, assim como é a boca que narra os fatos. E estando o suporte separado do corpo, é melhor que ele conte a história e isso, de certa forma, exime o desenhista de maiores responsabilidades (COSTA, 1996, p. 2).

Ao promover a inclusão da arte no sistema educacional, as escolas proporcionam aos estudantes a oportunidade de desenvolverem habilidades essenciais para a vida, como a imaginação, a criatividade, a sensibilidade estética, a empatia, o pensamento crítico e a resolução de problemas. Essas habilidades são fundamentais para o sucesso acadêmico, profissional e pessoal dos estudantes, preparando-os para enfrentar um mundo em constante mudança e complexidade.

Em síntese, a importância da arte no sistema educacional é inegável. Através da arte, os estudantes são incentivados a explorar sua expressão criativa, a desenvolver habilidades cognitivas e emocionais, a fortalecer suas identidades culturais e a se conectar com os outros de maneira profunda e significativa. É fundamental que as escolas valorizem e promovam a arte,

proporcionando aos estudantes uma educação mais integral, equilibrada e enriquecedora.

Conforme Costa (1996), as primeiras manifestações gráficas da criança são também sua primeira forma de escrita. E ela registra por pura necessidade, natural da fase em que está. Contudo, muitas vezes, é bruscamente impedida pelo adulto que lhe impõe regras, limitando sua expressão.

A importância da arte no sistema educacional é um tema cada vez mais discutido e valorizado. A arte desempenha um papel fundamental na formação dos estudantes, permitindo-lhes explorar a expressão criativa, desenvolver habilidades cognitivas e emocionais, e contribuir para a construção de uma sociedade mais equilibrada e enriquecida culturalmente.

Segundo Martins (1998) a arte com a representação gráfica da pintura contribui para a:

Intercomunicação entre os sujeitos e as decodificações do mundo não ocorrem apenas por meio da escrita. Diferente do que se sabe sobre a ideia e as emoções dos homens, comunidades, países, períodos são princípios que recebemos único e exclusivo através da canção, peça teatral, pintura, desenho, dança, cinema, etc. (MARTINS, 1998, p. 14).

A arte, em suas diversas formas, como música, pintura, dança, teatro e literatura, estimula a imaginação e a criatividade das crianças desde os primeiros anos de vida. Ela proporciona uma maneira única de expressar emoções, de comunicar experiências e de interpretar o mundo ao redor. Através da arte, os estudantes aprendem a expressar-se de forma singular, desenvolvendo uma voz própria e única.

Além disso, a educação em arte permite que os estudantes aprimorem suas habilidades motoras, perceptivas e cognitivas. Ao desenhar, pintar ou tocar um instrumento musical, as crianças exercitam a coordenação motora fina, a atenção aos detalhes e a resolução de problemas. A arte também

estimula o desenvolvimento da percepção visual, auditiva e tátil, potencializando a capacidade de observação e a sensibilidade estética.

Outro aspecto crucial da importância da arte no sistema educacional é sua capacidade de desenvolver habilidades sociais e emocionais nos estudantes. A arte promove a expressão de sentimentos e emoções, permitindo que os alunos se conectem consigo mesmos e com os outros de maneira profunda e significativa. Ela proporciona um espaço seguro para a exploração de questões pessoais e sociais, incentivando o diálogo interno e externo, a empatia e a compreensão das diferenças.

A arte também contribui para a construção de identidades culturais e para o entendimento de outras culturas e perspectivas. Ela permite que os estudantes explorem diferentes formas de narrativas, modos de vida e tradições, expandindo seus horizontes e promovendo a tolerância e o respeito pela diversidade. Através da arte, os estudantes aprendem sobre a história e as tradições culturais de diferentes povos, valorizando sua própria cultura e enriquecendo seu repertório cultural.

De acordo com Moreira (2003) a expressão gráfica da pintura e do desenho são possibilidades e de reconhecer o estudante por meio de diferentes linguagens, “os atos de pintar e desenhar não são vistos apenas como possibilidades de conhecimento, de recuperação do sujeito poético que é o educando, mas é certo a partir do momento que os docentes se veem como sujeitos capacitados de sobreviver a aversão, que é a pessoa da poesia, quando o docente percebe nele mesmo a satisfação da criação.

A ARTE E SUA CONCEPÇÃO PEDAGÓGICA

As Artes desempenham um papel crucial na formação integral do indivíduo, pois contribuem para o desenvolvimento emocional, social e cognitivo dos estudantes. Ao trabalhar com diferentes formas de expressão artística, os alunos aprendem a se expressar de maneira saudável, a lidar com

suas emoções, a desenvolver empatia, a valorizar a diversidade cultural e a trabalhar em equipe.

Além disso, a educação artística estimula a criatividade e a imaginação, habilidades essenciais para a resolução de problemas e para a inovação. Através da música, do teatro, da dança e das artes visuais, os estudantes são desafiados a pensar de forma criativa, a experimentar diferentes soluções e a explorar novas perspectivas. Essas habilidades são transferidas para outras áreas do conhecimento, como a matemática e a ciência, onde a capacidade de pensar fora da caixa é essencial para o avanço e o progresso.

Além dos benefícios individuais, as Artes também têm um impacto significativo na sociedade como um todo. Através da arte, podemos explorar questões sociais e políticas, promovendo o debate e a reflexão crítica. A arte é capaz de questionar e transformar a realidade, estimulando a consciência social e contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva.

É importante ressaltar que a educação artística não deve ser vista como um complemento ou como uma atividade extracurricular, mas como parte integrante do currículo escolar. É fundamental que as escolas promovam um ambiente propício para o desenvolvimento das Artes, proporcionando aos estudantes acesso a recursos e oportunidades para explorarem sua criatividade.

No cenário apresentado tem-se a prática educativa e inserção de arte na educação como agente multiplicador na sociedade. A inserção de arte pode dar-se tanto em âmbito de educação formal ou não formal, visto que esta tem o poder de ser facilitadora e de grande auxílio aos professores e professoras, bem como de alunos e alunas e, por conseguinte, importante agente de transformação social (MELO 2018).

Infelizmente, muitas vezes a educação artística é negligenciada, principalmente devido à ênfase cada vez maior dada às disciplinas

consideradas mais "importantes" para o mercado de trabalho. No entanto, é preciso reconhecer que a educação artística possui um valor intrínseco e que suas contribuições vão além do aspecto econômico. Através das Artes, os estudantes aprendem a apreciar a beleza, a se conectar com suas emoções e a buscar um sentido mais profundo para suas vidas.

Em resumo, as Artes desempenham um papel vital na formação dos estudantes e têm reflexos significativos na sociedade como um todo. Ao promover a criatividade, a imaginação e a sensibilidade, a educação artística contribui para o desenvolvimento integral do indivíduo e para a construção de uma sociedade mais humana e consciente. É necessário valorizar e investir nas Artes, reconhecendo sua importância na formação dos cidadãos e no enriquecimento da vida em sociedade.

A educação é um pilar fundamental para o desenvolvimento humano, e além das disciplinas clássicas como matemática, ciências e história, é imprescindível que as escolas enfatizem a importância das Artes na vida dos estudantes. A educação artística não se limita apenas em aprender a desenhar ou tocar um instrumento musical, ela vai muito além disso, sendo capaz de despertar a criatividade, estimular a imaginação e desenvolver habilidades que são fundamentais para o sucesso acadêmico e para a formação de cidadãos conscientes.

Daí a necessidade de o adulto saber, que sendo o desenho uma forma de a criança se entender e entender o outro, seu meio social físico e afetivo, quando reprimida ao desenhar, a criança passa a reprimir também seu meio de expressão. E isso prejudica seus sentimentos, já que o ato de desenhar lhe proporciona a oportunidade de se desenvolver emocionalmente, e" (...) de deixar transparecer o prazer experimentado, enquanto registra suas emoções graficamente" (COSTA, 1996, p. 2).

Desde os primeiros anos de vida, as crianças são naturalmente atraídas pela arte. Elas adoram explorar diferentes materiais para criar desenhos, pinturas e esculturas, demonstrando um desejo inato de expressar suas

emoções e sensações. No entanto, muitas vezes, essa curiosidade criativa é reprimida ao longo do tempo, com a falta de importância dada às Artes nas escolas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A disciplina de Artes também desempenha um papel crucial na promoção do diálogo intercultural e na construção de identidades. Ao aprender sobre diferentes formas de expressão artística e culturas, os estudantes são convidados a refletir sobre sua própria identidade, bem como sobre a importância da diversidade cultural. Isso promove a tolerância, o respeito e a valorização da pluralidade, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e equitativa.

Além disso, a arte pode ser um poderoso meio de comunicação e expressão, permitindo que os estudantes compartilhem suas ideias, pensamentos e perspectivas com o mundo ao seu redor. Através da arte, eles podem abordar questões sociais, políticas e ambientais, promovendo a conscientização e a ação social. Essa capacidade de se expressar e participar ativamente na sociedade é fundamental para a formação de cidadãos comprometidos e engajados.

Por fim, a inclusão da disciplina de Artes no currículo escolar é essencial para proporcionar aos estudantes uma educação completa e integral. Ela contribui para o desenvolvimento de habilidades essenciais para a vida, como a criatividade, o pensamento crítico, a resolução de problemas e a empatia. Essas habilidades são cada vez mais valorizadas no mercado de trabalho e na sociedade em geral, sendo fundamentais para o sucesso dos estudantes no século XXI.

É necessário, portanto, que as escolas e os sistemas educacionais valorizem e promovam a disciplina de Artes, garantindo recursos adequados e tempo suficiente para seu ensino. Os benefícios que a arte proporciona aos

estudantes vão muito além da sala de aula, influenciando suas trajetórias pessoais, acadêmicas e profissionais. Valorizar a arte é valorizar o potencial criativo e emocional de cada estudante, bem como o enriquecimento cultural e social da sociedade como um todo.

A disciplina de Artes desempenha um papel fundamental no desenvolvimento escolar, proporcionando uma série de benefícios aos estudantes. Ao longo deste texto, foi possível compreender a importância da arte no sistema educacional, abordando seu impacto na expressão criativa, na formação cognitiva e emocional, na promoção do diálogo intercultural e na construção de identidades.

Através da arte, os estudantes têm a oportunidade de explorar sua criatividade e imaginação, desenvolvendo habilidades que são essenciais para inovar, resolver problemas e encontrar soluções originais. Além disso, a educação em arte estimula o desenvolvimento cognitivo, melhorando a capacidade de percepção, observação, análise crítica e síntese.

Outro aspecto relevante é o impacto emocional da arte no desenvolvimento dos estudantes. Através da expressão artística, eles são incentivados a explorar e compreender suas emoções, desenvolvendo uma inteligência emocional que é fundamental para o sucesso pessoal e social. A arte também pode ser uma forma de catarse emocional, permitindo aos estudantes expressar e processar sentimentos difíceis de maneira segura e saudável.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. *L'art et les arts. Sans paradigmas*. Paris: Desclée de Brouwer, 2010.

COSTA, Adalvo da Paixão Antônio. **Desenho infantil: a representação do sentimento**. Caderno de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação, UFES, ano II, n. 3, jun. 1996.

FERREIRA, N. Cidadania - **uma questão para a educação**. São Paulo: Nova Fronteira, 2001.

LOWENFELD, Viktor. **A criança e sua arte**. São Paulo: Mestre Jou, 1977. In: PILLOTTO, Silvia S. Duarte; SILVA, Maryahn Koehler; MOGNOL, Letícia T. **Grafismo infantil: linguagem do desenho**. Artigo publicado na UNIVILLE, fev. 2004. Disponível em: . Acesso em: 15 Out. 2022.

MÈREDIEU, Florence de. **O desenho infantil**. 2 ed. São Paulo: Cultrix, 1995.

MARTINS, M. C. **Didática do ensino de arte: a língua do mundo: poetizar, fruir e conhecer arte**. São Paulo: FTD, 1998.

VILLAÇA, C. IARA. **Arte educação. A arte como metodologia educativa**. 2014.

LIBÂNEO, José Carlos. **Didática**. 13 Ed. São Paulo: Cortez, 1994.

MELO. Irlan. **Arte e Educação, o poder da transformação** 2018.

PÁDUA, Elisabete Matallo Marchesini de. **Metodologia da pesquisa Abordagem teórico prática**. Campinas: Papirus, 1996.

SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico**. De acordo com a ABNT. São Paulo: Cortez, 2007.

SPOLIN, Viola. **Jogos Teatrais em sala de aula**. Editora Perspectiva, 2007, p.60.

HERNÁNDEZ, Fernando. **Cultura visual, mudança educativa e projeto de trabalho**. Porto Alegre: Artmed, 2000.

VYGOTSKY, L. S. **Pensamento e Linguagem**. São Paulo: Martins Fontes 1987.



UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fapesp

e-ISSN: 2675-1186

A EDUCAÇÃO NORTEIA OS ESTUDANTES PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

LUCIANE MARQUES

RESUMO: A educação inclusiva é uma educação diferenciada, pois é uma educação destinada a alunos com necessidades especiais, devido a cada aluno ter uma particularidade diferente, um grau de necessidade especial diferenciada, por esse fato que as escolas precisam ter uma preparação para receber esses alunos e principalmente pessoas qualificadas para que possam dar toda assistência necessária. A importância da Educação inclusiva não está em um simples fazer mais sim está além de um fazer, pois não é apenas uma maneira de ocupar o tempo, e sim tratar-se de uma atividade enriquecida, uma atividade que tem que ser feita com amor dedicação e principalmente carinho, devido ao crescimento da educação inclusiva cada vez vem ganhando mais espaço no campo educacional onde faz-se necessário uma educação com qualidade.

Palavras-chave: Inclusão; Educação; Aprendizagem; Respeito, Equidade.

INTRODUÇÃO

A inclusão na educação é um conceito que vai além da simples integração de alunos com deficiências físicas ou cognitivas nas escolas regulares. Ela envolve o acesso igualitário de todos os estudantes às

oportunidades educacionais, independentemente de sua condição, raça, gênero, religião ou qualquer outro aspecto que possa gerar discriminação. A inclusão também está relacionada com a promoção de um ambiente

A inclusão na educação traz diversos benefícios tanto para os alunos com deficiência quanto para os demais estudantes. Para os alunos com necessidades especiais, a inclusão proporciona a chance de desenvolver suas habilidades e potencialidades, ampliando suas oportunidades no mercado de trabalho e na sociedade como um todo. Além disso, o convívio com colegas sem deficiências contribui para a formação de sua identidade e autoestima.

Para os demais alunos, a inclusão na educação amplia a compreensão e o respeito pela diversidade, estimulando a empatia e a solidariedade. A convivência com a diferença enriquece o ambiente escolar, proporcionando uma aprendizagem mais completa e significativa. Além disso, a inclusão estimula a criatividade, uma vez que os educadores são desafiados a encontrar estratégias que atendam às necessidades de todos os alunos, levando em consideração suas diferenças individuais.

Considerando os aspectos conceituais da educação especial inclusiva, é importante abordar a concepção de alguns autores referente ao tema deste trabalho. A educação inclusiva implica uma reforma radical nas escolas em termos de currículo, avaliação, pedagogia e formas de agrupamento dos alunos nas atividades de sala de aula. Ela é baseada em um sistema de valores que faz com que todos se sintam bem vindos e celebra a diversidade que tem como base o gênero, a nacionalidade, a raça, a linguagem de origem, o background social, o nível de aquisição educacional ou a deficiência. (MITTLER, 2003, p. 34)

Apesar dos benefícios evidentes, a inclusão na educação ainda enfrenta diversos desafios. Um dos principais obstáculos é a falta de recursos e estrutura física adequados nas escolas. Muitas instituições de ensino não estão preparadas para atender alunos com necessidades especiais, seja por falta de

rampas de acesso, banheiros adaptados, ou mesmo por não oferecerem materiais pedagógicos adequados.

Outro desafio diz respeito à formação dos professores. Muitos docentes não possuem conhecimentos específicos sobre as necessidades dos alunos com deficiência, o que pode prejudicar a sua aprendizagem e inclusão no ambiente escolar. É necessário investir em formação continuada, fornecendo aos educadores os recursos e conhecimentos necessários para lidar com a diversidade em sala de aula de forma eficiente.

Ainda há um desafio cultural a ser enfrentado. Muitas pessoas têm preconceitos arraigados em relação à inclusão, acreditando que alunos com deficiência não são capazes de acompanhar os conteúdos escolares. Esses estereótipos precisam ser desconstruídos, e é papel da sociedade como um todo apresentar argumentos sólidos e práticas inclusivas que mostrem que a diversidade é um fator positivo para todos os envolvidos.

Para promover efetivamente a inclusão na educação, são necessárias estratégias bem elaboradas, capazes de mitigar os desafios anteriormente mencionados. Uma das primeiras medidas a serem tomadas é a adequação dos espaços físicos das escolas, garantindo o acesso facilitado e seguro para todos os alunos.

Além disso, é essencial investir em formação continuada para os educadores, oferecendo cursos e workshops que abordem temas como diversidade, necessidades especiais e práticas pedagógicas inclusivas. Isso permitirá que os professores tenham maior consciência e habilidade para atender às demandas de alunos com deficiência, desenvolvendo estratégias que promovam o seu pleno desenvolvimento.

Outra estratégia importante é a participação ativa das famílias no processo educacional. Os pais de alunos com deficiência devem ser parceiros da escola, contribuindo com informações sobre as necessidades específicas de seus filhos e auxiliando na elaboração de um plano de ensino individualizado.

O diálogo aberto e contínuo entre escola e família é fundamental para o sucesso da inclusão.

Ademais, é importante que as escolas promovam ações para sensibilizar os demais estudantes, estimulando a empatia e o respeito pela diversidade. Palestras, apresentações artísticas e atividades lúdicas que abordem o tema da inclusão podem ajudar a transformar a cultura escolar, criando um ambiente mais inclusivo.

Por fim, é fundamental que haja uma legislação clara e eficiente que garanta os direitos de acesso e permanência na escola para todos os alunos, independentemente de suas necessidades específicas. A implementação e fiscalização dessas leis são essenciais para garantir que a inclusão na educação seja uma realidade em todas as instituições de ensino.

A inclusão na educação é um processo fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Através dela, garantimos que todas as pessoas tenham oportunidades iguais de desenvolvimento e participação na vida social. No entanto, alcançar essa inclusão plena exige ações coordenadas por parte das escolas, das famílias e da sociedade como um todo. É necessário investir em estrutura física adequada, formação dos professores, sensibilização dos demais alunos e implementação de uma legislação que garanta os direitos de todos os estudantes. Somente assim poderemos construir um mundo verdadeiramente inclusivo, onde cada indivíduo possa desenvolver seu potencial plenamente e contribuir para o bem-estar e progresso coletivo.

A inclusão na educação é um tema de extrema relevância nos dias atuais. Através dela, busca-se garantir que todas as pessoas, independentemente de suas características físicas, emocionais ou cognitivas, possam participar ativamente do processo educacional, promovendo assim uma sociedade mais justa e igualitária. No entanto, alcançar essa inclusão plena não é uma tarefa fácil, exigindo ações coordenadas e estratégias eficientes por parte das instituições de ensino e da sociedade como um todo.

INCLUSÃO ENSINANDO A TODOS

O professor precisa organizar-se com antecedência, planejar com detalhes as atividades e registrar o que deu certo e depois rever de que modo as coisas poderiam ter sido melhores. É preciso olhar para o resultado alcançado e perceber o quanto “todos” os alunos estão se beneficiando das ações educativas.

A escola pode ajudar na inclusão social de diversas maneiras. Uma delas é oferecendo um ambiente acolhedor e seguro para todos os alunos, independentemente de suas origens, raças, gêneros ou habilidades. Além disso, é importante que a escola tenha políticas e práticas que promovam a diversidade e o respeito mútuo entre os alunos. Também é importante que a escola ofereça recursos e suporte para alunos que precisam de ajuda adicional, como estudantes com deficiências ou dificuldades de aprendizagem. A escola pode ainda promover atividades que incentivem a inclusão social, como projetos culturais, eventos comunitários e programas de voluntariado.

O bullying é um problema grave que afeta muitos jovens em todo o mundo. É importante combater essa prática para garantir um ambiente seguro e saudável para todos. Para isso, é fundamental que as escolas e famílias trabalhem juntas para educar os jovens sobre o impacto do bullying e como evitá-lo. Além disso, é importante criar políticas e medidas disciplinares claras para lidar com casos de bullying. Todos devem estar cientes de que o bullying é inaceitável e que há consequências para aqueles que o praticam.

O bullying na escola é um problema sério que afeta muitos estudantes. Trata-se de comportamentos agressivos e repetitivos, como insultos, intimidações, ameaças e exclusão social, que causam danos emocionais e psicológicos às vítimas. Além disso, o bullying pode afetar o desempenho acadêmico e a autoestima dos estudantes, prejudicando seu desenvolvimento pessoal. É importante que escolas, pais e alunos trabalhem juntos para

prevenir e combater o bullying, criando um ambiente seguro e acolhedor para todos.

O professor precisa compreender que cada criança é um ser único:

(...) não só a criança pensa de modo diferente, percebendo o mundo de maneira diversa do adulto, não só a lógica da criança se baseia em princípios qualitativamente diferentes, que se caracterizam por grande especificidade como ainda, sob aspectos a estrutura e as funções de seu corpo diferem grandemente das do organismo adulto (VYGOTSKI e LURIA, 1996 p.153).

A inclusão é um desafio para os professores, mas muitos estão se preparando para lidar com ela. É importante que haja formação continuada e recursos adequados para atender às necessidades de todos os alunos. No entanto, ainda há muito trabalho a ser feito para garantir que todos os alunos tenham acesso igualitário à educação.

A exclusão social é um fenômeno que afeta muitas pessoas em diferentes áreas da vida, incluindo a educação. No contexto acadêmico, a exclusão pode ocorrer de várias formas, uma delas é a exclusão dos docentes. A falta de reconhecimento, a sobrecarga de trabalho, a falta de recursos e a baixa remuneração são alguns dos fatores que podem levar à exclusão dos professores. Essa exclusão pode afetar negativamente a qualidade do ensino e comprometer o desenvolvimento dos alunos. É importante, portanto, que sejam tomadas medidas para garantir que os docentes sejam valorizados e incluídos no ambiente acadêmico.

[...] a inclusão implica que todos os professores têm o direito de esperar e de receber preparação apropriada na formação inicial em educação e desenvolvimento profissional contínuo durante sua vida profissional (MITTLER, 2003, p. 35).

O ensino por meio de projetos educacionais é uma metodologia que tem ganhado cada vez mais espaço nas escolas. Essa abordagem busca trazer para o ambiente escolar situações concretas que os alunos possam vivenciar,

solucionando problemas reais e aplicando conceitos aprendidos em sala de aula. Dessa forma, os estudantes se tornam mais ativos no processo de aprendizagem, desenvolvem habilidades como trabalho em equipe, liderança e autonomia, e tornam-se mais engajados e motivados a aprender. Além disso, essa metodologia contribui para uma aprendizagem mais significativa e duradoura, pois os alunos conseguem relacionar o que aprenderam com situações do mundo real.

Existem diversos projetos educacionais que visam combater a exclusão social. Esses projetos podem incluir ações como a criação de escolas em áreas periféricas, a oferta de bolsas de estudo para alunos de baixa renda, a realização de atividades extracurriculares para crianças e adolescentes, entre outras iniciativas. Além disso, muitos desses projetos também buscam promover a inclusão de pessoas com deficiência, oferecendo recursos e adaptações específicas para cada caso. A educação é uma ferramenta poderosa para combater a exclusão social e garantir que todos tenham acesso a oportunidades e desenvolvimento pessoal.

BRASIL (2001, p. 59) no Art. 18 dispõe sobre as normas para o funcionamento de escolas pelas redes de ensino:

Professores capacitados para cada situação: professores capacitados para classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais são aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, tiveram acesso a conteúdo sobre Educação Especial adequado para: perceber as necessidades dos alunos e valorizar a educação inclusiva; flexibilizar a ação pedagógica de modo adequado às necessidades de aprendizagem; avaliar a eficácia do processo e atuar em equipe, inclusive com professores especializados em Educação Especial compreensão das singularidades de seus alunos e do processo de aprendizagem.

Como, de um ponto de vista relacional, nos comportarmos de modo indissociável com uma criança com deficiência, por exemplo? Como não reduzi-la aos nossos medos, dificuldades ou preconceitos? Como não reduzi-la

ao que gostaríamos que fosse, aos nossos anseios e expectativas? Como reconhecê-la por aquilo que é ou que pode ser, nos seus limites que a definem, como aliás, definem qualquer um de nós? (MACEDO, 2005, p. 25).

A inclusão no ensino superior é um tema de extrema importância na sociedade atual. Trata-se de proporcionar a oportunidade de acesso à educação superior para todos os indivíduos, independentemente de suas origens, condições financeiras, raça, gênero ou outras características pessoais. Promover a inclusão no ensino superior implica em criar políticas públicas e estratégias educacionais que garantam a igualdade de oportunidades e a diversidade nos espaços acadêmicos. É fundamental que as instituições de ensino criem ambientes inclusivos e acolhedores, que valorizem a diversidade e respeitem as diferenças individuais.

Atualmente, a escola ainda enfrenta diversos desafios para receber pessoas com deficiência. Embora tenha havido avanços na legislação e na conscientização da sociedade, muitas instituições ainda não estão preparadas para atender às necessidades desses alunos. Isso pode ser observado tanto na falta de acessibilidade física quanto na falta de recursos pedagógicos adequados. É fundamental que a escola se adapte e se torne um ambiente inclusivo, garantindo que todos tenham as mesmas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento. Para isso, é necessário investir em treinamento para professores e funcionários, além de promover a participação da comunidade escolar nesse processo. Somente assim será possível garantir uma educação de qualidade e igualdade para todos.

A inclusão é produto de uma educação plural, democrática e transgressora. Ela provoca uma crise escolar, ou melhor, uma crise de identidade institucional que, por sua vez, abala a identidade dos professores e faz com que a identidade do aluno se revista de novo significado. O aluno da escola inclusiva é outro sujeito, sem identidade fixada em modelos ideais, permanentes, essenciais (MANTOAN, 2004, p. 39).

As barreiras arquitetônicas na educação referem-se a obstáculos físicos que dificultam ou impedem o acesso e participação plena de pessoas com deficiência em ambientes escolares. Essas barreiras podem ser encontradas em diversos espaços, como salas de aula, banheiros, corredores e áreas comuns. Alguns exemplos incluem escadas sem rampas, portas estreitas, corredores com obstáculos e falta de sinalização adequada para pessoas com deficiência visual. A existência dessas barreiras impede que alunos com deficiência tenham acesso ao mesmo nível de ensino que seus colegas sem deficiência e compromete a qualidade da educação inclusiva. É importante que escolas busquem soluções para eliminar essas barreiras e garantir a acessibilidade de todos os alunos.

Barreiras atitudinais são crenças ou preconceitos que limitam o modo como uma pessoa percebe, interage ou se relaciona com outras pessoas. Essas barreiras podem ser baseadas em diferenças de gênero, raça, religião, orientação sexual, entre outros aspectos. É importante reconhecer e superar essas barreiras para promover a inclusão e a diversidade em todos os aspectos da vida.

Para Ferreira e Guimarães (2003),

[...] o processo de inclusão avança ao lançar um olhar para as pessoas com deficiência como interlocutoras que desafiam as instituições escolares a inovar suas concepções e práticas pedagógicas perante os processos de ensino e aprendizagem desses alunos. (FERREIRA; GUIMARÃES, 2003, p.27).

O preconceito contra pessoas com deficiência é um problema grave que afeta a vida de milhões de indivíduos em todo o mundo. Infelizmente, muitas pessoas ainda tendem a ver as pessoas com deficiência como diferentes e inferiores, o que pode levar à discriminação e exclusão em diversas áreas da vida, como no trabalho, na educação e na socialização. É importante conscientizar a sociedade sobre a importância de respeitar e valorizar as

peessoas com deficiência, promovendo a inclusão e a igualdade de oportunidades para todos.

A inclusão na sociedade pode ser um desafio para muitas pessoas. Alguns dos obstáculos incluem preconceito, falta de acessibilidade física e digital, falta de oportunidades e estereótipos negativos. Essas dificuldades podem afetar especialmente grupos marginalizados, como pessoas com deficiência, LGBTQIA+, minorias étnicas e culturais, entre outros. É importante que a sociedade trabalhe para superar esses desafios e criar um ambiente mais inclusivo e acolhedor para todos.

Infelizmente, ainda existem diversas barreiras no mercado de trabalho para pessoas com deficiência. Estas barreiras podem ser físicas, como a falta de acessibilidade em ambientes de trabalho, ou sociais, como o preconceito e a falta de oportunidades. Além disso, muitas empresas ainda não compreendem as vantagens de contratar pessoas com deficiência, como a diversidade e a inclusão. É importante que as empresas sejam mais conscientes e incentivem a contratação de pessoas com deficiência, oferecendo treinamentos e adaptando seus espaços para garantir acessibilidade e igualdade de oportunidades.

A escola e o professor, neste contexto, devem promover atividades e utilizar-se de estratégias que possibilitem que esse aluno comece a interagir (dentro do seu limite) com o meio em que ele está. Para isso, é importante que as metodologias utilizadas sejam variadas e cabíveis ao que se deseja alcançar. Sobre isso, Minetto (2008, p. 101), descreve:

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É necessário mudar o currículo, optar por uma proposta de ensino interdisciplinar, que ressignifica a realidade no conteúdo escolar, ao invés de fragmentá-la. O conhecimento escolar e sua organização, determina sua complexidade, assim como o seu uso prático, a curto e longo prazo, na vida

cotidiana. O trabalho interdisciplinar desafia porque no meio escolar tem de haver esforços entre os professores e gestores, funcionários da limpeza e da cozinha, faz-se necessário também um movimento inclusivo, perceber que a ação inclusiva vai além dos alunos com deficiência, pois se não houver diálogo entre os profissionais, automaticamente o conhecimento torna-se fragmentado.

O trabalho de conclusão de curso reflete em uma forma positiva quanto a educação especial de alunos portadores de deficiência, pois no campo educacional é composto por diversas diversidades e multiculturalista, designa-se em ser um ambiente que recebe diversos alunos, em situações diferentes, o ambiente escolar é um local onde os alunos têm a oportunidade de se alfabetizar, tendo a oportunidade de se formar cidadão. Mas para os alunos portadores de necessidades especiais as oportunidades deveriam ser a mesma, mais devido algumas escolas não serem adaptadas acaba gerando um certo desconforto, para o aluno mediador e familiares, por mais que existe legislações, normativas que garantem uma vaga para as crianças, a demanda ainda acaba sendo maior do que o número de vagas.

A educação inclusiva é desafiadora porque exige uma mudança em todos os paradigmas escolares, desde os profissionais e alunos, até seu currículo, a prática pedagógica, o formato das aulas e a organização do próprio ambiente escolar. A inclusão propõe que todos os alunos, cada um em sua individualidade, esteja incluso no ambiente como um todo, reconhecendo suas capacidades e possibilidades para ampliar o conhecimento e fazer o melhor aproveitamento possível do que o espaço escolar tem para oferecer.

REFERÊNCIAS

BEAUPRÉ, Pauline. O desafio da integração escolar: ênfase na aprendizagem acadêmica. In MANTOAN, Maria Teresa (Org.). A integração de

peessoas com deficiência: Contribuições para reflexão sobre o tema. São Paulo: Memnon, 1997. Cap. 26, p. 162-166.

CASTILHO, EWV. O papel da escola para a educação inclusiva. In LIVIANU, R., coord. Justiça, cidadania e democracia [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. pp. 108- 119. ISBN 978-85-7982-013-7.

CAVALLEIRO, Eliane. Introdução. In: BRASIL. MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO/ Secretaria da Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Orientações e ações para a educação das relações étnico-raciais. Brasília: SECAD, 2006.

FERREIRA, Rosila Arruda. A pesquisa científica nas Ciências Sociais: caracterização e procedimentos. Recife: UFPE, 1998.

FREIRE, Paulo. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. 13. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2005.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: pontos e contrapontos, Rosangela Gavioli Prieto: Valeria Amorim Arantes (Org.). 5. Ed. São Paulo: Summus, 2006.

MITTLER, P. Educação Inclusiva: Contextos Sociais. São Paulo: Artmed, 2003.



UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fapesp

e-ISSN: 2675-1186

ALFABETIZAÇÃO

VANESSA SANTANA JARDIM¹

. **RESUMO:** O presente artigo foi elaborado com o objetivo de enfatizar a Alfabetização nas Séries Iniciais, bem como a importância da oralidade em sala de aula e as diferentes possibilidades de trabalho com a mesma. Fundamenta-se a proposta voltada para autores que abordam os seguintes temas e conceitos: aprendizagem ao longo da vida; letramento; a oralidade e a escrita; e a pedagogia de projetos. Pretende-se através desta abordagem contribuir com professores e profissionais da área da educação.

PALAVRAS-CHAVE: Oralidade, Escrita, Alfabetização.

ABSTRACT

This article was prepared with the objective of emphasizing Literacy in the Initial Series, as well as the importance of orality in the classroom and the different possibilities of working with it. The proposal is based on authors that address the following themes and concepts: lifelong

¹ Pós-Graduação em Educação Infantil: Práticas Pedagógicas pela Faculdade de Administração, Humanas e Exatas. Graduanda em Universidade Uninove em Licenciatura em Pedagogia. Graduanda em Universidade Camilo Castelo Branco em Licenciatura Ciências Físicas e Biológicas. Professora de Ensino Fundamental II em Ciências e Biologia na Táci Zanchetta (2013 a 2018), Professora de Educação Infantil no CEU CEI Professora Silvana Aparecida Tobias e Professora de Educação Infantil e Fundamental I, Polivante na Emef Dias Gomes. E-mail: vanessathalles@bol.com.br.

learning, literacy; orality and writing; and project pedagogy. This approach aims to contribute with teachers and professionals in the field of education.

Keywords: Orality, Writing, Literacy.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo apresenta questões sobre a Alfabetização nas Séries Iniciais. Considerando que as crianças estão mergulhadas na linguagem desde que nascem, é importante focalizarmos como se apropriam das palavras e seus sentidos, comunicando-se e organizando-se no mundo simbólico a que pertencem.

Ao mesmo tempo, é importante focarmos qual o papel da prática educacional no campo da Alfabetização, ou seja, como ela pode favorecer a experiência da criança com a língua, bem como a importância da oralidade na sala de aula. Discorrer a importância do ambiente alfabetizador, discorrer sobre a importância de considerarmos, no trabalho educacional, as várias formas de linguagem que compõem o nosso mundo social, e não apenas a escrita. Além disso, vamos dar relevo às especificidades das práticas de leitura e escrita como práticas socioculturais e não somente como codificação e decodificação da língua

Aprender a ler e escrever é aprender a construir significados com a escrita, de modo semelhante ao que a criança faz com outras formas de expressão (no desenho, na dramatização etc.).

A temática da pesquisa partiu da necessidade de compreensão sobre a alfabetização nas Séries Iniciais, e levantar questionamentos acerca do

professor e o letramento em sala de aula, bem como o desenvolvimento de atividades com letra bastão ou letra cursiva. Objetivando enfatizar a Alfabetização nas Séries Iniciais, bem como a importância da oralidade em sala de aula e as diferentes possibilidades de trabalho com a mesma. Compreender que a leitura e a escrita fazem parte do cotidiano da criança e que antes mesmo de entrar na escola ela interage com a língua escrita. Entender a importância e a necessidade de construir um ambiente alfabetizador na prática pedagógica. Adotou-se a pesquisa bibliográfica onde investigaremos os principais teóricos e abordar as suas principais teorias a respeito da alfabetização.

1. A IMPORTÂNCIA DA ORALIDADE NA SALA DE AULA DAS SÉRIES INICIAIS

Oralidade e escrita fazem parte contínua de práticas sociais, de modo que não existem somente práticas orais, mas práticas orais que permeiam a escrita e práticas escritas que permeiam o oral e, portanto, cabe à escola dar condições a seus alunos de participarem de situações comunicativas relativas às variadas esferas de atividade humanas sejam elas formam ou informam que objetivem aos seus alunos ampliarem a capacidade de comunicação oral.

Uma criança desenvolve seu ato comunicativo apenas vendo e convivendo com adultos. Isto significa que, mesmo não fazendo uma leitura de livros ou outras, a mesma consegue comunicar-se. Ela traz consigo uma pré-disposição, uma gênese psicológica que a leva a desenvolver suas habilidades, a partir do momento no qual esta é apresentada às situações de desafios e aprendizagens. As ações educativas tornam o processo mais eficaz ao propiciarem situações dinâmicas e envolventes, através das quais os alunos podem explorar e desenvolver seu instrumento comunicativo e social o qual tem assumido lugares secundários na aprendizagem: a fala. Através de “rodas de conversa”, por exemplo, nas quais o professor induz os alunos a relatarem suas impressões a respeito dos conteúdos, dos desafios propostos e, até mesmo, a fazerem uma avaliação da aula e das ações assumidas nesta, ou através de verbalização de

textos escritos, nos contos, músicas, dentre outras formas, a oralidade pode ser contemplada nas séries iniciais.

Porém é importante que os educadores percebam que estas estratégias serão meios através dos quais irão estimular, indagar, questionar, levar o aluno à curiosidade e, nestes momentos, favorecer o respeito ao espaço do outro, oportunizando os educandos a argumentar e salientar aspectos os quais enriquecem e estimulam a pesquisa e o estudo. Para a realização deste estudo adotamos a pesquisa bibliográfica onde investigaremos a importância da oralidade em sala de aula. O objetivo, aqui pretendido, é de demonstrar que a relação entre oralidade e escrita não acontece de uma maneira direta e/ou representacional.

A oralidade, como expressão primeira de comunicação humana, serviu, aos poucos, ao fim de estabelecer a interação entre os homens, visando, assim, cada vez mais à melhoria das relações intersubjetivas, eis por que, se considerarmos que a oralidade é uma linguagem humana, precisaremos levar em conta a “... concepção de linguagem como atividade interativa e inerentemente social”, consoante preconiza Silveira (2003, p. 9). De modo, assim, a tornar efetivo e perene o cumprimento e a estabilidade das relações humanas por meio de um processo comunicativo.

Considerar a oralidade um fato social permite-nos perceber que ela se faz independentemente da vontade que se tenha de usá-la ou não, de forma individual, pois existe no meio que ela se integra e se faz presente – a sociedade. *[...]a fala é uma atividade muito mais central do que a escrita no dia a dia da maioria das pessoas. Contudo, as instituições escolares lhe dão atenção quase inversa à sua centralidade na relação com a escrita [...].* (MARCUSCHI, 2002, p. 21).

A escola, ambiente interativo, apresenta-se de forma dinâmica, todos podem participar e forma expressiva de vários conteúdos apresentados pelos professores. Estes, então, comunicam-se de várias maneiras com seus alunos, gestos, mímicas, escrita, oralmente. Conforme salienta AZENHA (1997, p. 6),

“é interessante considerar brevemente como a adoção de um determinado paradigma teórico possibilita certa compreensão da realidade, inexistente na ausência desse paradigma”. Perceber que a oralidade serve para ser aplicada nos diferentes momentos de sua vida pode ser razão suficiente para dar convencimento ao aluno sobre a importância real dessa linguagem. O fundamental é discutir as questões relacionadas com: as formas de organização do discurso que a situação exige; a adequação desse discurso ao interlocutor; os procedimentos que se devem adotar para produzir um discurso nas diferentes situações, entre outros aspectos. É preciso, também, compreender que a escola precisa priorizar, no ensino, as situações públicas de comunicação oral – seminários, mesas-redondas, debates, apresentações temáticas, palestras, por exemplo –, e não as situações de comunicação cotidianas, dado que estas são aprendidas independentemente da escola.

Ao contrário: conhecer os traços que distinguem as duas linguagens é muito importante para que se possa orientar o ensino, para que se possam organizar situações de aprendizagem que possibilitem ao aluno aprender, efetivamente. Henri Wallon (1995), um teórico francês, conhecido como o Psicólogo da Infância, também pertence à escola sócio interacionista, uma vez que defende que a gênese da inteligência é genética e organicamente social, ou seja, “o ser humano é organicamente social e sua estrutura orgânica supõe a intervenção da cultura para se atualizar”. A abordagem de Wallon postula que existem estágios no desenvolvimento cognitivo e que a passagem dos estágios de desenvolvimento não se dá linearmente, por amplamente, mas por reformulação, instalando-se no momento da passagem de uma etapa para outra, crises que afetam a conduta da criança. Assim, o ritmo ao qual se sucedem as etapas do desenvolvimento descontínuo, marcado por rupturas, retrocessos e reviravoltas, provocando em cada etapa profundas mudanças nas anteriores.

Teberosky (1992), as crianças trazem de casa conhecimentos prévios que devem ser amplamente utilizados no processo de aprendizagem e que ao

demonstrar tais conhecimentos, elas utilizam alguns grafismos que podem se traduzir em grafias diferenciadas, pois as mesmas já têm acesso à escrita antes de frequentar a escola, através de jornais, revistas e histórias de contos de fada. Emília Ferreiro (2001) nos remete à reflexão de como proporcionar às crianças o processo de leitura e escrita quando reforça a ideia de que elas serão facilmente alfabetizadas quando descobrirem a escrita como um objeto interessante e que precisa ser conhecido. Logo, para não as inibir, não é conveniente corrigir a ortografia no período de alfabetização. As primeiras escritas da criança se dão pelas “garatujas”, as quais não são compreensíveis porque fogem do padrão da escrita, mas que devem, entretanto, ser consideradas para não se cometer o erro de penalizar a criança que não escreve corretamente, valorizando somente a reprodução correta e desta forma inibindo a criança a ler e a escrever. A liberdade na escrita na educação infantil permite às crianças demonstrarem como são inteligentes; é necessário, pois que lhe sejam oferecidos estímulos que não as obriguem a alfabetizar-se, mas que o processo seja espontâneo. Isso exige do professor intensa pesquisa, investigação e reflexão, mas certamente atribuirá à prática escolar maior significado e diversão. Piaget nos remete à construção da escrita, que implica em reconstrução, pois é a construção do real da criança que existe fora do sujeito (FERREIRO, 2001, p. 77).

Ana Kaufman (1998) afirma que conhecemos o mundo quando temos constante interação com ele, compreendendo suas características e relações e desta forma estruturando os instrumentos intelectuais. Para ela o aprendizado é um modo particular de construção do conhecimento, cabendo ao docente fornecer situações que possam favorecer a construção do mesmo.

2. AMBIENTE ALFABETIZADOR COMO PROPULSOR DA APRENDIZAGEM

Antes mesmo de frequentar a escola a criança já está carregada de uma prática linguística oral, elaborada e colocada em prática através da interação que tem com a família e com todos que a rodeiam. Concomitantemente e esta prática linguística oral, traz também conhecimento sobre a escrita. De acordo com Ferreiro & Teberosky (1999) “não será à frente de um professor que formará pela primeira vez sua opinião sobre a linguagem escrita”. Quando começa fazer parte da série que é dada ênfase no ensino sistemático das letras, a criança já está imbuída de uma grande competência linguística.. Alguns estudiosos contemporâneos, entre eles Emilia Ferreiro, contribuíram para mostrar que no processo de desenvolvimento da leitura e escrita, a criança precisa além de observar, estabelecer relações, organizar, interrogar conceitos e reelaborá-los até chegar ao código convencional da escrita. Para fomentar a conceituação, Weisz (1989) argumenta que:

[...] As crianças não aprendem simplesmente porque vêem os outros ler e escrever e sim porque tentam compreender que classe de atividade é essa. As crianças não aprendem simplesmente porque vêem letra escritas e sim porque se propõem a compreender porque essas marcas gráficas são diferentes das outras. As crianças não aprendem apenas por terem lápis e papel à disposição, e sim porque buscam compreender o que é que se pode obter com esses instrumentos. Em resumo: não aprendem simplesmente porque vêem e escutam, e sim porque elaboram o que recebem, porque trabalham cognitivamente com o que o meio lhe oferece [...] (FERREIRO (...) citado por WEISZ (1989).

A convivência com o ambiente alfabetizador propicia à criança a elaboração de hipóteses em relação à escrita

3. LETRA BASTÃO E LETRA CURSIVA

De acordo com Tafner e Fischer (2001, p.19), o mundo está escrito em letras de forma. O mesmo mundo onde a criança vive, cresce e aprende. Não espere dela um desenvolvimento pleno em cursivas quando tudo o que ela lê em torno dela é escrito com letras de forma. As letras de forma são naturais para ela, pois fazem parte do seu mundo.

Segundo Ferreiro, (apud nova escola, 1996, p. 11) começar a alfabetização com letra bastão é uma tentativa de respeitar a sequência do desenvolvimento visual e motor da criança.

Em relação ao estilo de letra, Cagliari (1999, p. 104) afirma que:

“[...] é essencial que os alunos aprendam (e pratiquem) primeiro a escrita e ponham-se a escrever como eles acham que deve ser. Somente depois, já mais familiarizados com o ato de escrever, serão levados a reconsiderar o que fizeram, em função das normas ortográficas”.

É com a letra tipo imprensa que as crianças têm um maior contato desde cedo, em jornais e revistas, o que resulta em uma elaboração de hipótese sobre a escrita muito precocemente. O traçado é simples, dando à criança liberdade ao ato de escrever, favorecendo a percepção das unidades e diminuindo o esforço motor.

A letra cursiva é mais rápida de ser traçada, porém exige da criança uma coordenação motora mais definida. O livro didático vem se constituindo em um material de regulação de muitos aspectos da prática do professor: os conteúdos a serem ensinados, a ordem em que eles deveriam ser trabalhados, as atividades a serem desenvolvidas, os textos a serem lidos, a forma de correção dos exercícios.

Na década de 1980, vimos surgir um forte discurso contrário à utilização de livros didáticos. O uso desse material passa ser vinculado a uma prática tradicional de ensino, que precisaria ser ultrapassada. Por um lado, essa utilização foi apontada como vinculada à desqualificação profissional de professores: os livros didáticos criariam uma dissociação entre aqueles que executam o trabalho pedagógico – os docentes – e aqueles que o concebem,

planejam e estabelecem suas finalidades – os autores de livros didáticos e as grandes editoras –, e a principal consequência dessa dissociação consistiria numa diminuição das exigências de formação e preparo docente. (BATISTA, 2000, p. 538).

A letra cursiva estava presente nos chamados pseudo textos, onde havia apenas a cópia e memorização da mesma.

Mas as críticas às antigas cartilhas não se limitam à presença dos pseudo textos. É importante discutirmos sobre os tipos de atividade presentes nesses manuais e em como elas ajudariam pouco os alunos a se apropriarem do sistema de escrita alfabético. Com base na análise de três cartilhas, duas silábicas (Pipoca e Este Mundo Maravilhoso) e uma fônica (Casinha Feliz), Morais e Albuquerque (2005), observaram que as atividades presentes nesses livros correspondiam principalmente à leitura de sílabas, palavras, frases e textos cartilhados; cópia de sílabas, palavras e frases; escrita de palavras, exploração dos diferentes tipos de letra, muitas vezes transcrevendo a letra impressa para a letra cursiva (sem criar a relação de aprendizagem e significado de forma criativa).

Com as mudanças nos livros didáticos, todos os novos livros se declaravam construtivista ou sócio construtivista e faziam referências explícitas ao papel da diversidade textual e da imersão no mundo letrado. Vemos então, nos atuais livros didáticos de alfabetização, uma busca de apropriação do conceito de letramento e de suas implicações para a alfabetização. Encontramos a presença de textos longos nas páginas iniciais, em atividades em que o professor deve ler o texto para os alunos em uma proposta para o letramento.

4. O PROFESSOR É O MEDIADOR DA APRENDIZAGEM.

O papel do professor na sala de aula é de mediar à aprendizagem. O livro didático é apenas um ponto de partida para o seu trabalho, pois, junto com seus alunos, você poderá descobrir caminhos que levem a diversos pontos de chegada. Se cada classe tem características e ritmos próprios, competem ao mediador os ajustes, ao propor adequadamente situações de aprendizagem que atendam às necessidades das crianças.

A criança traz consigo experiências de ambientes letrados diversos, que lhe permite construir hipóteses sobre leitura e escrita. Essa experiência decorre do contato com programas de televisão, com *outdoors*, faixas, cartazes, letreiros, anúncios dispostos nas ruas das cidades e muitos outros. Nessa concepção, o ambiente familiar assume fundamental importância, pois quanto mais exposta ao universo da comunicação – verbal e não-verbal –, maior quantidade de informações sobre a escrita e, conseqüentemente, melhores condições de construção de hipóteses a criança terá.

Na fase inicial o importante é reconhecer as letras do alfabeto pela letra bastão, por fazer parte do mundo letrado que a criança está inserida.

Alfabetizar é muito mais do que apenas ensinar a traçar as letras ou a decodificar palavras; é preciso oferecer às crianças atividades que garantam a apropriação do sistema de escrita e que possibilitem ao aluno o conhecimento de diferentes gêneros textuais presentes na vida cotidiana. Em sala de aula, a oralidade, a leitura e a escrita têm de ser trabalhadas de maneira integrada.

O professor deve adequar o ensino às características e necessidades dos alunos. Isso vai exigir dele diferentes papéis, dependendo da situação: de mediar à aprendizagem, de desafiar o aluno, de dirigir a atividade, de propor novos caminhos. Frei Betto (2002, p. 62), ao falar sobre sua própria alfabetização, refere-se do seguinte modo à sua antiga professora:

“Tinha olhos para cada aluno, atenta às dificuldades, prestativa, indo de uma carteira a outra para ensinar a cortar uma palavra em sílabas, escrever o nome no

cabeçalho de uma folha, passar a borracha no caderno para apagar um erro...”

No caso de Frei Betto, havia um cuidado especial da professora em olhar para cada um com atenção.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com este projeto de pesquisa pode-se constatar que O educador deve construir um trabalho de ação pedagógica com enfoque no desenvolvimento e construção da linguagem, pode trabalhar com gestos, sons, imagens, fala e escrita, a partir de jogos e atividades que levem a criança a um conflito cognitivo e reflexão sobre a linguagem. Os jogos e brincadeiras são, na sua essência, uma maneira de contribuir para a formação de atitudes, normas, cooperação, socialização, direitos e deveres. Ao brincar a criança libera energia e deixa perpassar emoções e atitudes que, muitas vezes, não conseguimos perceber somente dentro de uma sala de aula. O ensino por meio do lúdico favorece a aprendizagem das crianças que apresentam dificuldades. Com a revolução construtivista, o importante em sala de aula é a construção dos saberes da leitura e da escrita partindo do mundo letrado em que a criança está inserida. A utilização da letra bastão é mais frequente por fazer parte de jornais, outdoors, livros didático, textos etc.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BATISTA, Antônio Augusto Gomes. **Um objeto variável e instável: textos, impressos e livros didáticos**. In: ABREU, Márcia (Org.). *Leitura, história e história da leitura*. Campinas: Mercado de Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: FAPESP, 2000.

BETTO, Frei. **Alfabeto**: autobiografia escolar. São Paulo: Ática, 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial curricular nacional para a educação infantil**, Brasília: MEC/sef, 1998

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização sem o ba, be, bi, bo, bu**. Pensamento e ação no magistério. São Paulo: Editora Scipione, 1999.

CAGLIARI, Gladis Massini; CAGLIARI, Luiz Carlos. **Diante das Letras**: a escrita na alfabetização. São Paulo: FAPESP, 1999 (Coleção Leituras do Brasil).

CAGLIARI, Luiz C. **Alfabetização & Lingüística**. São Paulo: Scipione, 1998.

FERREIRO, Emília. **Com todas as letras**. 8. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

FERREIRO, Emilia. TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da língua escrita**. Porto Alegre: Artmed, 1999.

_____; TEBEROSKY, Ana. **Psicogênese da Língua Escrita**. São Paulo : Artes Médicas, 2000

FISCHER, Julianne. **Sugestões para o desenvolvimento do trabalho Pedagógico**. Timbó: Tipotil, 1997.

KLEIMAN, A. B. (Org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado das Letras, 1995.

LACERDA, C. B.F. **É preciso falar bem para escrever bem?**In: SMOLKA, A. L. B.; GÓES, M. C. R. de. (Orgs.). A linguagem e o outro no espaço escolar: Vygotsky e a construção do conhecimento. Campinas: Papirus, 1993.

SOARES, Magda. **Letramento**: um tema em três gêneros. 2ª. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

SOARES, Magda. **Alfabetização e letramento**. São Paulo: Contexto, 2003.

SMOLKA, A. L. B. **A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 1993.

TAFNER, Malcon Anderson; FISCHER, Julianne. **Manga com leite mata: reflexões sobre os paradigmas da educação**. Indaial: Ed. Asselvi, 2001.

WALLON, H. **As origens do caráter na criança**. (trad. Heloysa D. de S. Pinto). São Paulo: Nova Alexandria, 1995.

ALVES, C. A. C. **Táticas docentes frente aos efeitos do SARESP**. Dissertação (mestrado). Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade Federal de São Paulo. Guarulhos: 2011.

ARCAS, P. **Implicações da progressão continuada e do SARESP na avaliação escolar: tensões, dilemas e tendências**. Tese (doutorado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: 2009.

BAUER, A. **Usos dos resultados do SARESP: o papel da avaliação nas políticas de formação docente**. Dissertação (mestrado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: 2006.

Bonamino, A. C. e Sousa, S. Z. **Três gerações de avaliação da educação básica no Brasil: interfaces com o currículo da/na escola**. Educação e Pesquisa, v. 38, n. 2, p. 373-388, abr./jun. São Paulo: 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília: 1988.

BRASIL. **Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: 1996.

- CALDERÓN, A. I., OLIVEIRA JÚNIOR, R. G. **Sistema de avaliação e rendimento escolar do estado de São Paulo: uma abordagem na linha do tempo**. Revista do Programa de Pós Graduação Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública. Responsabilização na Educação. v. 2, n. 2. CAEd: 2012.
- CARVALHO, L. R. S. **SARESP 2005: as vicissitudes da avaliação em uma escola da rede estadual**. Dissertação (mestrado). Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP). São Paulo: 2008.
- Gatti, B. A. **Avaliação de sistemas educacionais no Brasil**. Sísifo: Revista de Ciências da Educação. n. 9, mai/ago, p. 7-18. São Paulo: 2009.
- GOMES, C. A. **A educação em novas perspectivas sociológicas**. EPU. São Paulo, 2005.
- LAMMOGLIA, B. **O Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP) em escolas da rede estadual de ensino**. Tese (doutorado). Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista (UNESP). Rio Claro: 2013.
- OLIVEIRA JÚNIOR, R. G. **Sistema de Avaliação de Rendimento Escolar do Estado de São Paulo: um estudo a partir da produção científica brasileira (1996-2011)**. Dissertação (mestrado). Centro de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas. Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC Campinas). Campinas: 2012.
- RIBEIRO, D. S. **Avaliação do Rendimento Escolar do Estado de São Paulo (SARESP): A educação a serviço do capitalismo**. Faculdade de Educação da Universidade de Campinas (UNICAMP). Campinas: 2008.
- SANDER, B. **Consenso e conflito: perspectivas analíticas na pedagogia e na administração da educação**. Editora Pioneira. São Paulo: 1984.
- SOUSA, Sandra Zákia. **Avaliação externa em larga escala no âmbito do estado brasileiro: interface de experiências estaduais e municipais de avaliação da educação básica com iniciativas do governo federal**. In: BAUER, Adriana; GATTI, Bernadete A. (Orgs.). Vinte e cinco anos de avaliação

de sistemas educacionais no Brasil: implicações nas redes de ensino, no currículo e na formação de professores. Florianópolis: Insular, 2013. p. 61-85.

TERRIEN, J.; NÓBREGA-TERRIEN, S. **Os trabalhos científicos e o estado da questão: reflexões teórico-metodológicas**. São Paulo, Estudos em Avaliação Educacional, v. 15, n 30, jul.- dez. 2004.

VIANNA, H. M. **Avaliações nacionais em larga escala: análises e propostas**. Estudos em Avaliação Educacional, n. 27, jan-jun/2003.



UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fapesp

e-ISSN: 2675-1186

A IMPORTÂNCIA DA ALFABETIZAÇÃO NA EDUCAÇÃO BÁSICA

JOSE ROBERTO DE SANTANA

Resumo

A Alfabetização dentro da Educação Básica Infantil gera um grande desenvolvimento na criança na hora do seu aprendizado, o mundo da Ciência implantado desde cedo na Educação Básica Infantil vem possibilitar e criar maior envolvimento em sala de aula percebido com o avanço da aprendizagem na criança.

Sendo assim, relacionamos as contribuições da Alfabetização Científica no Ensino de Ciências e, verificamos algumas formas em que a Alfabetização Científica leva a contribuir com a Educação Básica Infantil. Assim, buscamos autores como; Delizoicov & Lorenzetti (2008), Lorenzetti (2002), Bujes (2001), Kramer (2007) e Rosa (2001). Com a metodologia usada de uma pesquisa bibliográfica foi verificada a enorme contribuição para o Ensino Básico, podemos perceber que a Alfabetização Científica se torna válida para ser apresentada desde a mais tenra infância, já que ela auxilia, significativamente, no processo e no desenvolvimento de ensino-aprendizagem dos alunos.

Palavras-chave: Alfabetização científica. Educação Básica.

Abstract

This work aims to show that Scientific Literacy within Basic Child Education generates a great development in children at the time of their learning. The world of Science implanted at an early age in Basic Child Education comes to enable and create greater involvement in the classroom perceived with the advancement of learning in children. Therefore, we list the contributions of Scientific Literacy in Science Education and we see some ways in which Scientific Literacy leads to contribute to Basic Child Education. Thus, we look

for authors like; Delizoicov & Lorenzetti (2008), Lorenzetti (2002), Bujes (2001), Kramer (2007) and Rosa (2001). With the methodology used in a bibliographic research, the enormous contribution to Science Teaching was verified, we can see that Scientific Literacy becomes valid to be presented from the earliest childhood, since it significantly helps in the process and development of student teaching-learning.

Keywords: Scientific literacy. Child education. Science teaching.

INTRODUÇÃO

Ao longo da história não exercia um papel importante na sociedade, ela era vista como um adulto pequeno, que tinha muitos deveres a cumprir de acordo com os costumes de cada lugar a globalização vinha com as mudanças na sociedade, e a importância dada às crianças através de sua inserção concreta na sociedade, com tudo, estas mudanças aconteceram de acordo com as formas de organização de cada sociedade.

A infância nem sempre foi tratada da mesma forma e nas mesmas épocas, isto demonstra que a ideia de infância que temos atualmente, com grande proteção estatal e com direitos, sejam fruto de uma sociedade consciente, que olha a criança como um futuro cidadão pensante, assim se preocupando com seu desenvolvimento educacional.

Com isso, analisando a trajetória infantil que foi apresentada, podemos pensar e aprofundar no que realmente podemos entender sobre as crianças e a infância para podermos tratar de maneira mais adequada a respeito do desenvolvimento e dos processos da formação infantil, a partir de estudos podemos, apresentar práticas que vençam aquelas que olhavam a criança como um “Ser” somente com deveres. Com esta ideia, apresentamos a Alfabetização Científica que tem como objetivo primeiro a capacitação dos indivíduos a compreender assuntos que envolvam a Ciência, na intenção de

buscar uma reflexão para fazê-lo refletir e ampliar sua mente para o melhor desenvolvimento desde sua primeira infância.

A alfabetização em inglês *Science literacy*, que também pode ser traduzido como letramento científico da mesma maneira que uma pessoa é alfabetizada para ter a capacidade de ler e interpretar o mundo que a rodeia, a alfabetização científica deve fornecer conhecimentos científicos suficientes para que esta pessoa saiba interpretar fenômenos e resolver problemas em sua realidade podemos afirmar que a alfabetização científica acontece quando a pessoa consegue fazer conexões com o conhecimento científico e o mundo ao seu redor. a alfabetização é um processo que permite conexões entre o mundo em que a pessoa vive e a palavra escrita o dever de questionar e investigar o aprendizado, e se tornam pessoas críticas, com pensamento lógico e que desenvolvem a habilidade de argumentar.

ALFABETIZAÇÃO CIENTÍFICA E O SEU CONTEXTO

Novos conceitos baseados na busca da qualidade de vida, esta busca exige também, inovações e formas científicas que levem há um resultado eficiente, surgiu neste contexto como elemento eficaz na formação de alunos comprometidos, críticos e participativos do processo sociopolítico de seus países.com tudo, as formas de ensinar Ciência, em muitas escolas, ainda se limitam à mera transmissão de conhecimentos, impossibilitando a formação de cidadãos críticos e conscientes dos problemas ambientais sem ao menos prepará-los para enfrentar e assumir decisões na escolha entre as mais diversas alternativas propostas para minimizá-los, através desta realidade, observamos que a cultura científica ainda não é prioridade em vários estabelecimentos de ensino, não temos ações que suscitem investigação por meio de projetos em laboratório e de experiências de campo.

Com mais propriedade os alunos para o exercício da cidadania, também, acreditamos que a Alfabetização Científica se construa como “processo pelo qual se capacita um indivíduo a ler, compreender e expressar

opinião sobre assuntos que envolvam a Ciência” (Delizoicov & Lorenzetti, 2008, p. 03).

Esse processo capacita e desenvolve o intelecto como preceitua Kramer (2007), a organizar pensamentos de maneira mais lógica, tal prática auxilia também, significativamente, a construção de uma consciência crítica em relação ao mundo que o cerca, de forma que os seus aprendizes possam se defrontar com problemas e sejam capazes de resolvê-los. Com esta base, cresce a perspectiva e ganha evidência a necessidade de ensinar Ciência.

Ao aprenderem somente as noções e conceitos científicos, sabemos que há limites que impedem a oportunidade deste entendimento ao público, entretanto, todos devem receber informações de cunho científico e tecnológico e relacioná-las aos modos como estas questões interferem na sociedade e no meio-ambiente com esta prática, surgiram possibilidades de discussões e entendimentos que levaram o conhecimento de valores e intencionalidades dos mais variados tipos de informação que se apresentam no cotidiano e, assim, compreender seus impactos no meio social.

Com o processo de Alfabetização Científica na Educação Básica, formaremos indevidos pensantes. Aplicando técnicas de leitura e escrita, auxiliando no aprendizado de conceitos básicos de ciências para assim aplicar esses conceitos em situações práticas (Lorenzetti, 2002). Ela facilitaria a compreensão das relações entre Ciência e Sociedade que garantirá uma sistematização e transmissão mais amplificada dos saberes oriundos da Ciência e das culturas regionais e locais que permeiam esses saberes. Para adquirir tais condições há certa urgência em se trabalhar a Alfabetização Científica na Educação Básica.

A Educação Infantil deve conter caráter científico e questionador, com foco na observação, argumentação e na atitude de cidadão preocupado com o meio social e ambiental estes também, são os objetivos da Alfabetização Científica, que busca estimular ainda mais a curiosidade da criança, que a todo instante procuraram compreender o mundo que a cerca.

Segundo Delizoicov a Alfabetização Científica desde a primeira etapa da Educação Básica proporciona, certamente, um maior desenvolvimento nas crianças que entram em contato com o “mundo da Ciência” bem cedo, possibilita um desenvolvimento maior, e assim a criança passará a ver a Ciência, além da memorização de conceitos e significados.

Para desenvolvermos o intelecto infantil, é fundamental, primeiramente que os temas sejam abordados de forma lúdica através de jogos simbólicos, do “faz-de-conta”, de personagens da literatura e da televisão, a utilização de materiais confeccionados pelo professor juntamente com as crianças, assim, facilita o desenvolvimento de projetos que trabalhem com a fantasia e a imaginação e também, com a observação, as comparações, as medidas e os desenhos, as modelagens, as colagens, quando possível, os registros escritos, faz parte de um conjunto de técnicas que favorecem o aprendizado.

As regras, os valores e os conhecimentos, é construído pela ação sobre o meio físico e social, assim, cabe ao educador oportunizar a ocorrência de situações interativas em que a criança precise tomar decisões, fazer escolhas para desenvolver a autonomia e a cooperação também, expressar seu ponto de vista.

O uso de instrumentos como bolas, cordas, escorregador, colchonetes ou até imagens de animais que seriam usados como obstáculos para serem ultrapassados estimulam o desenvolvimento, assim como os exercícios que exijam concentração, devem ser inseridos como estratégias, servindo, simultaneamente, como estímulos, o contato das crianças com diferentes textos para que percebam as diferenças de estilo entre a linguagem oral e a escrita e entre os diferentes textos escritos.

A importância introduzir; jogos simbólicos, brincadeiras de faz-de-conta atividades que exigem uma maior desenvoltura motora das crianças para exploração do ambiente, as cantigas de roda, canções de ninar, parlendas, poesias, trava-línguas, que trazem como repertório oral, uma cultura

tipicamente infantil, proporciona um desenvolvimento motor e intelectual na criança. (Rosa, 2001).

Desenvolver nas crianças o cuidado pelo meio ambiente, incentivando-os a colaborar e agir de forma solidária em relação aos temas ligados ao bem-estar da sociedade da qual fazem parte considerando certos estágios da criança para que saibamos utilizar os processos pedagógicos da forma mais adequada.

Com tudo, os processos pedagógicos não se resumem somente na realização de atividades, elas são importantes e de suma relevância também, mas devemos considerar as reações de cada criança neste contexto, e a sua particularidade no processo de aprendizagem.

Por fim, às crianças, que utilizam os métodos relacionados acima, são capazes e podem demonstrar um maior entendimento e desenvolvimento quando se depararam com questões cotidianas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na educação Básica, podemos concluir que este método se mostra viável e pode ser trabalhada desde a Educação Infantil, ela se mostra válida para ser utilizada desde a mais tenra infância, já que ela auxilia, significativamente, no processo de ensino aprendizagem verifica-se que a Alfabetização Científica na Educação Básica Infantil pode propiciar a interação com diferentes matérias como; o meio ambiente, as relações sociais entre outras, ao se deparar com problemas cotidianos podem elaborar explicações mais fundamentadas e também estarão aptas a raciocinarem melhor para chegar à solução do problema, porque foram estimuladas neste sentido.

BIBLIOGRAFIA

Agostinho, K. A. (2010). **Formas de participação das crianças na educação infantil**. Tese de Doutorado em Estudos da Criança. Universidade do Minho. Braga-POR.

Bujes, M. I. E. (2001). **Escola infantil: para que te quero?** Em: Craidy, C. M., Kaercher, G. E. P. da S. Educação Infantil: para que te quero? Porto Alegre: Editora Artmed.

Delizoicov, D. & Lorenzetti, L. (2001). **Alfabetização científica no contexto das séries iniciais**. Ensaio Pesquisa em Educação em Ciências, 3(1), 1-17.

Kramer, S. (2007). **A infância e sua singularidade**. In: Ensino fundamental de nove anos: Orientações para a inclusão da criança de seis anos de idade. Brasil: MEC. pp. 25-32.

Lorenzetti, L. (2002). **O ensino de Ciências Naturais nas séries iniciais**. Revista Virtual: Contestado e Educação, Caçador, 2, 1-15.



UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fapesp

e-ISSN: 2675-1186

DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO INFANTIL

SANTANA, JOSE ROBERTO DE-

Eixo: Educação Inclusiva

RESUMO

As causas da não aprendizagem têm despontado na lista dos principais problemas enfrentados pela escola da atualidade. Cada vez mais, um número significativo de crianças com dificuldades de aprendizagem são identificadas ainda na educação infantil, e se não houver uma intervenção eficaz, essas dificuldades se estenderão para o ensino fundamental e, possivelmente, por toda vida estudantil da criança. Assim, este estudo bibliográfico, de natureza qualitativa, objetiva analisar de que forma as dificuldades de aprendizagem que surgem na educação infantil podem contribuir para a construção do fracasso na vida escolar da criança, caso não haja uma intervenção eficiente.

Palavras – chaves: Aprendizagem. Neuropsicopedagogia, Psicopedagogia.

ABSTRACT:

The causes of non-learning have emerged in the list of the main problems facing the school today. Increasingly, a significant number of children with learning difficulties are still identified in early childhood education, and if there is no effective intervention, these difficulties will extend to elementary school and possibly throughout the child's student life. Thus, this qualitative bibliographic study aims at analyzing how the learning difficulties that arise in early childhood education can contribute to the failure of children in school life if there is no efficient intervention.

Key - words: Learning. Neuropsychopedagogy. Psychopedagogy

1 INTRODUÇÃO

A importância do Neuropsicopedagogo, no auxílio de professores e pais para saber diferenciar a criança que é portadora de um distúrbio daquelas indisciplinadas, o artigo objetiva por meio de uma pesquisa bibliográfica de autores renomados, para desvendar os sujeitos com Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH), e analisar suas manifestações e as dificuldades de aprendizagem apresentadas por crianças com TDAH, pela a ótica do conhecimento Neuropsicopedagógica a aprendizagem no cérebro de um portador de TDAH.

Alguns possíveis encaminhamentos multidisciplinar, onde o Neuropsicopedagogo desempenha papel fundamental para superar as dificuldades escolares desta forma, o resultado deste estudo, aponta-se a importância do diálogo entre pais, professor e Neuropsicopedagogo para identificar as potencialidades cognitivas, emocionais, sociais da criança dentro da modernidade tem exigido de seus educadores cada vez mais esforços para atender a demanda que lhe é proposta, desde uma boa preparação teórica, ou seja, sua formação, até a incessante busca de atualização profissional e dedicação ao seu respectivo trabalho.

A escola da contemporaneidade é o espaço da diferença e da confluência de culturas e da diversidade social, a ampliação e redimensão dos saberes e das práticas educativas com vistas à identificação dos problemas de aprendizagem escolar na pré-escola e as possíveis intervenções especializadas, que levem a recuperação de aprendizagens fragilizadas e evitem um fracasso escolar nas séries futuras, configuram-se como questões fundamentais nas discussões epistemológicas da educação no campo interventivo, a neuropsicopedagogia desponta como campo epistemológico do

saber, advindo da leitura integrada entre pedagogia, psicologia, neuropsicologia, psicopedagogia e trabalho clínico.

CONTRIBUIÇÕES DA NEUROEDUCAÇÃO NA APRENDIZAGEM

Sua contribuição se dá pela relação estabelecida entre o cérebro e a aprendizagem, como vias dúbias no processo cognitivo abrangem um vasto conhecimento das bases neurológicas da aprendizagem e do comportamento humano, por meio de estímulos contextuais que deem respostas positivas ao processo de formação do indivíduo, tomando como foco as relações intrínsecas entre atenção, funções motoras, linguagem, memória, cognição e aspectos emocionais, psicológicos e cerebrais.

Ela busca ainda, compreender o processo cognitivo do sujeito aprendente, desde os primeiros anos de vida, seus impasses e as principais implicações na aprendizagem humana, a natureza do ser humano é marcada pela individualidade e “cada criança é diferente, mas se detectada precocemente e devidamente ajudada, pode vir a ser um adulto sem problemas” (CORREIA e MARTINS, 2006, p. 01).

Partindo desta realidade, entende-se que todos os alunos são diferentes, tanto em capacidades, quanto em motivações, interesses, ritmos evolutivos e estilos de aprendizagem; e todas as dificuldades de aprendizagem são em si mesmas, contextuais e relativas, por isso é necessário intervir no processo de ensino e aprendizagem, considerando que a criança constrói seu conhecimento através de estímulos e o professor é um dos responsáveis em proporcionar meios interventivos que venham sanar as dificuldades que possam surgir no processo de aprendizagem.

Mediante a emergência da neuroeducação na atualidade, o estudo foi realizado como meio de constatar se a mesma pode direcionar de forma eficaz

a aprendizagem infantil, tendo também em vista a necessidade de refletir sobre a urgência de disseminar suas potencialidades, fundamentando a pesquisa educacional baseada em metodologia científica justifica-se pela relevância dada ao trabalho docente e às dificuldades de aprendizagem na pré-escola, buscando construir um referencial teórico reflexivo para o pensar e o repensar às práticas e ações neste âmbito

Desta forma contribuindo, assim, para que as intervenções psicomotoras sejam compreendidas, planejadas, articuladas e desenvolvidas, como fator positivo no desenvolvimento integral da criança atendida por esse segmento da Educação Infantil, pois segundo Smith e Strick (2001, p. 30), “as condições [...] na escola, na verdade, podem fazer a diferença entre uma leve deficiência e um problema verdadeiramente incapacitante”.

O esclarecimento sobre esta temática é favorável ao trabalho do professor (pedagogo, principalmente), com formação em psicomotricidade na medida em que seu olhar deve ser criterioso e sistêmico, consciente de sua responsabilidade na mediação de situações intencionais, analisando quais metodologias devem ser adotadas, como forma de contribuir positivamente para a superação das dificuldades de aprendizagem apresentadas pelas crianças.

A base da aprendizagem escolar, que aspectos determinantes na vida escolar da criança são definido o ensino de qualidade, comprometido pela aprendizagem sólida é tarefa atribuída à escola que dentro de seus diferentes tempos e espaços deve agregar conceitos que promovam uma educação ao alcance de todos, compreendendo que esta dimensão é composta pela diferença de ritmos e estilos de aprendizagem, modos culturais diversos e condições sócio históricas que podem favorecer a um quadro de ineficiência às demandas do ensino.

Diante de um quadro no qual se define a criança como portadora de uma dificuldade de aprendizagem, quando isto acontece, a escola juntamente

a uma equipe multidisciplinar (médicos, psicólogos, assistentes sociais etc.) precisa pensar em diferentes estratégias articuladas ao mundo particular da criança (a família), que venham a sanar estas dificuldades, uma simples dificuldade, às vezes transitória, pode transformar-se em um problema sério, que acarretará no fracasso escolar da criança do seu discurso democratizante fracasso escolar vem sendo o primeiro degrau na escalada para o fracasso social .

Com trabalhos reconhecidos neste campo do conhecimento, Fonseca (1995, p. 43) e Smith e Strick (2001, p. 15) apontam para conceitos de Dificuldades de Aprendizagem, que se coadunam, respectivamente:

[...] uma desarmonia no desenvolvimento, normalmente caracterizada por uma imaturidade psicomotora que inclui perturbações nos processos receptivos, integrativos e expressivos da atividade simbólica; e que traduz uma irregularidade biopsicossocial do desenvolvimento global e dialético da criança, que normalmente envolve na maioria dos casos: problemas de lateralização, de praxia ideomotora, deficiente estruturação perceptivo-motora, dificuldades de orientação espacial e sucessão temporal e psicomotora, que impede a ligação entre os elementos constituintes da linguagem e as formas concretas de expressão que os simbolizam.

[...] dificuldades de aprendizagem refere-se não a um único distúrbio, mas a uma ampla gama de problemas que podem afetar qualquer área do desempenho acadêmico. Raramente, elas podem ser atribuídas a uma única causa: muitos aspectos diferentes podem prejudicar o funcionamento cerebral, e os problemas psicológicos destas crianças frequentemente são complicados, até certo ponto por seus ambientes domésticos e escolares.

Muitas dessas dificuldades de aprendizagem surgem na infância, ainda na educação infantil e caso não haja uma intervenção eficaz, se prolongam pelas séries seguintes. É nesta fase que a criança está construindo as bases cognitivas e emocionais do desenvolvimento, como a coordenação motora fina,

orientação espacial, comportamentos sociais de organização pessoal, respeito ao próximo, limites, responsabilidades e independência, entre outras características determinantes para uma formação e aprendizagem equilibradas, e que, por isso, requer uma atenção criteriosa.

Na perspectiva de Correia e Martins (2006), nas series iniciais da educação infantil, as dificuldades de aprendizagem são identificadas em crianças que não conseguem alcançar resultados proporcionais aos seus níveis de idade e capacidade numa ou de sete áreas específicas, mesmo que esteja sendo estimulada pelo trabalho da escola e da família.

Neste caso, portanto, há a presença de dificuldade de aprendizagem acentuada, o que suscita uma intervenção pedagógica específica. Correia e Martins (2006) *apud* Arranca (2007, p. 10) apontam para as principais dificuldades de aprendizagem identificadas ainda na pré-escola:

- dislexia com dificuldade no processamento da linguagem, cujo impacto se reflete na leitura e na escrita;
- displaxia com dificuldade de planificação e coordenação motora;
- disgrafia com a dificuldade na escrita;
- discalculia com a dificuldade de realização de cálculos matemáticos;
- discriminação auditiva com a capacidade ou não de perceber as diferenças entre sons;
- dificuldades de percepção visual como as dificuldades de observar pormenores e dar significado ao que é observado;

- desordem por déficit de atenção e hiperatividade que caracterizada por diferentes estados de desatenção e impulsividade condicionam a aprendizagem.

Na educação infantil apresentam características próprias, que requerem um estudo e intervenção diferenciada daquela direcionada às crianças maiores, as quais frequentam os níveis mais avançados da educação básica, como o ensino fundamental, a ludopedagogia é a psicoterapia adaptada ao tratamento infantil de acordo com o objetivo desta modalidade de análise é ajudar a criança, através da brincadeira, a expressar com maior facilidade os seus conflitos e dificuldades, ajudando-a a conseguir uma melhor integração e adaptação social, tanto no âmbito da família como da sociedade em geral.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A escola tem um papel importante que é propiciar momentos para essas trocas de experiências tanto com os alunos surdos como com os demais alunos e em meio dessa interação que pode ser feita através de feiras, peças teatrais e muitos outros movimentos que se inclua a comunidade escolar. a forma de psicoterapia cuja meta é promover ou restabelecer o bem estar psicológico do indivíduo através de atividades lúdicas; no contexto de desenvolvimento social da criança a atividade lúdica é parte do repertório infantil e integra dimensões da interação humana necessárias na análise psicológica (regras, cadeias comportamentais, simulações , aprendizagem observacional e modelagem); esta possibilidade de uso integrado de diversas técnicas talvez explique a aplicação da ludoterapia a diversas questões relativas ao comportamento de crianças.

A escola precisa estar em constante busca para adequar seu currículo e espaço físico as várias deficiências sempre que possível realizar formações constantes com os professores e equipe de funcionários sobre as diversas deficiências, em como recepcionar esse aluno de forma que ele se sinta incluso

nas atividades e no espaço, onde a psicologia cognitiva desde seus primórdios vem tratando destes conceitos, avançando em pesquisas que investigam suas variações e como podem ser estimuladas uma descrição clara das técnicas, princípios fundamentais em que se baseia para ajudar nas necessidades biopsicosociais das crianças e dos adultos nas diferentes faixas e incluindo o agrupamento familiar de maneira inteligente e prazerosa.

Compreender o seu mundo interno e a sua dinâmica de personalidade, através da observação e interpretação das suas projeções é possível delinear as suas características ,isto acontece é mais difícil a interpretação e o diagnóstico. acreditam que a ludoterapia oferece um ambiente seguro, sem pressão, para a fala, permitindo que a criança possa vir a comunicar de uma forma confortável,

REFERÊNCIAS

CORREIA, L. M.; MARTINS, A. P. **Dificuldades de aprendizagem**: que são? Como entendê-las? Porto: Porto Editora, 2006.

SMITH, C.; STRICK, L. **Dificuldade de Aprendizagem de A a Z**: um guia completo para pais e educadores. Tradução Dayse Batista. Porto Alegre: ArtMed, 2001.

_____. **Educação infantil**: saberes e práticas da inclusão: Introdução. 4. ed. Brasília: MEC, Secretaria de Educação Especial, 2006. (Coleção Educação Infantil: saberes e práticas da inclusão).



UNIFICADA

Revista Multidisciplinar da Fauesp

e-ISSN: 2675-1186

DIREITOS DA CRIANÇA NO PROCESSO EDUCATIVO

JOSE ROBERTO DE SANTANA

Eixo: Ludicidade

Resumo

Este artigo visa trazer uma reflexão sobre a importância dos direitos da criança, através da visão de teóricos mais antigos e modernos que se debruçaram sobre o tema educação e ludicidade e que nos trouxeram luz sobre a educação das crianças, as brincadeiras e de jogos além da contação de histórias e do faz de conta como instrumento de educação no ensino fundamental visa refletir sobre a importância do lúdico na aprendizagem, principalmente durante a infância e algumas considerações sobre a relação do aprender e o brincar.

Palavras-chave: Ludicidade; Direitos da Criança, Educação Infantil.

ABSTRACT:

This article aims to bring a reflection on the importance of children's rights, through the vision of older and modern theorists who have focused on the theme education and playfulness and who have brought us light on children's education, games and games beyond storytelling and make-believe as an educational tool in elementary school aims to reflect on the importance of play in learning, especially during childhood, and some considerations about the relationship between learning and playing.

Keywords: Playfulness; Children's Rights , Early Childhood Education.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo discute a importância do lúdico e dos direitos das crianças com estratégia pedagógica lúdica a importância para o desenvolvimento da criança o significado da palavra lúdico é relativo a jogos, brinquedos e divertimentos e que a atividade lúdica é todo e qualquer movimento que tem como objetivo produzir prazer quando da sua execução, ou seja, divertir o praticante.

Assim, etimologicamente, o termo lúdico vem do latim *Ludus*, que significa jogo, divertimento e gracejo torna a ludicidade é processo inerente ao desenvolvimento humano, e de suma importância para o desenvolvimento psíquico, social e cultural da criança nas brincadeiras as crianças transformam os conhecimentos que já possuíam anteriormente em conceitos gerais com os quais brinca por exemplo, que nos fala da importância da criança ouvir muitas histórias dizendo que “...esta ação é que formará o bom leitor”. com todas essas teorias, me pergunto: será que as nossas escolas usam a contação de história como objeto lúdico?

O objeto de estudo é a abordagem lúdica através da contação de histórias, tem como objetivo discutir a estratégia pedagógica lúdica através das ideias de grandes teóricos da educação como Froebel, Piaget e Vygotsky e inserir a contação de histórias dentro dessa estratégia pedagógica baseando-nos nas ideias desses e de outros autores que discutem o tema amplamente.

O tema justifica-se, pois, sabemos através da literatura que, em tempos antigos, brincar não era valorizado hoje, com muitas teorias permeando a educação infantil, o brincar tomou o seu lugar de importância na educação das crianças.

porém, também sabemos que alguns pais e alguns pouco educadores não valorizam como deveriam as brincadeiras e principalmente a contação de histórias como atividade lúdica o brincar parece algo natural e inerente aos animais principalmente durante os primeiros dias e meses de vida.

O Estatuto da Criança e do adolescente garantem experiências que o preparem para o futuro, com a necessidade que toda criança tem de vivenciar e experimentar em sua infância as brincadeiras.

Infelizmente, nossas crianças brincam cada vez menos o jogo, por exemplo, facilita o processo educativo e pode permitir uma aprendizagem a vivencia no cotidiano para a realidade infantil as atividades lúdicas fazem parte na vida da criança, e as brincadeiras simbólicas, exercícios ou brincadeiras com regras, possibilitam uma situação favorável à qualidade lúdica e colaboraram para o desenvolvimento social.

Segundo Vygotsky (1984, p.74) escreve que o brincar possibilita às crianças um espaço para resolução dos problemas que as rodeiam a missão do professor é estar atualizado para ajudar através de aulas dinâmicas e atraentes, metodologias diversificadas para jogos e brincadeiras envolvendo todo o domínio corporal, desencadeando o desenvolvimento psicomotor do aluno e facilitando o processo de aprendizagem.

O jogo e a brincadeira oportunizam espaços para pensar, expressar e desenvolver as habilidades no processo educativo, proporciona uma ética da aprendizagem que satisfazem as necessidades básicas na educação infantil, ou seja, na escola mostrando também como influencia na socialização das crianças a brincadeira é uma reflexão nesse processo.

O brincar está contemplado na nossa legislação:

A Lei Federal 8069/90- Estatuto da Criança e do Adolescente, capítulo II, artigo 16 que diz o seguinte no inciso IV- Brincar, praticar esportes e divertir-se. Nota-se que o documento sugere que toda criança deve desfrutar de jogos e brincadeiras, os quais deverão estar dirigidos para a educação. Ficando toda pessoa, em especial pais e professores, responsáveis em promover o exercício desse direito. (MODESTO e RUBIO, 2014, p. 3)

O jogo no passado, já era visto como importante ferramenta de auxílio ao processo de educação das crianças. Infelizmente, hoje nossas crianças brincam cada vez menos a corrida dos pais, a pressa do dia-a-dia, os medos e inseguranças da sociedade moderna são barreiras às brincadeiras os autores que se debruçaram sobre o assunto e continuam a estudar o tema de forma ampla, refletir sobre a importância do lúdico na aprendizagem, principalmente durante a infância apresentando a visão de alguns teóricos sobre o assunto. Para tanto se elegeu como objetivos específicos: discutir sobre a importância do lúdico para as crianças; apresentar as visões de Vygotsky e Piaget sobre a importância do brincar para a aprendizagem e; refletir sobre a necessidade do lúdico na educação.

DESENVOLVIMENTO

Atualmente, se perguntarmos a qualquer pessoa sobre o que é a infância ou sobre sua importância, ou ainda o que é ser criança, facilmente surgirá muitas respostas. Mas nem sempre foi assim, pois muitas crianças não souberam o que era ser criança ou tiveram infância durante longo período da História da Humanidade. Na verdade, podemos até pensar que atualmente, mesmo com toda a evolução histórica, tecnológica e teórica, ainda muitos indivíduos pelo mundo não conseguem desfrutar desse período da vida, intitulado como infância. Esta é sim uma verdade bastante vergonhosa.

Visitando a História temos que primitivamente o homem sobrevivia das coletas e da caça. Nômade, não possuía uma moradia certa abrigava-se em cavernas ou copas de árvores. Entretanto com a descoberta do fogo, essa realidade extremamente hostil começa a transformar-se. Com o tempo e o desenvolvimento da agricultura e da pecuária, o homem fixa moradia e sedentariza-se, dando enorme salto na evolução humana.

E a humanidade desenvolveu-se a tal ponto que o processo de surgimento das comunidades torna-se uma necessidade os grupos instalados, cultivando a terra, e com os animais domesticados, os instrumentos de trabalho

se aperfeiçoam. O domínio da natureza torna-se um fato e o homem inicia realmente uma vida em comunidade, com as primeiras vilas e cidades.

No início da história humana, a família era o grande grupo. Ensinar e aprender eram uma relação quase que hereditária. Com o passar do tempo e o desenvolvimento tecnológico, e, principalmente com a invenção e desenvolvimento da escrita tudo ficou mais fácil. Quanto à criança, segundo Philippe Ariès, na Antiguidade, era considerado um adulto em miniatura por não haver distinção entre o mundo adulto e o mundo infantil.

A criança "ingressava na sociedade dos adultos na Idade Média, época de grande fertilidade, porém de grande mortalidade, poucos homens percorriam todas as etapas da vida era considerada adulta em miniatura, e isso ficava bem claro nas pinturas da época que retratavam as famílias.

Ariès (1981, p.17) relata que,

[...] até por volta do século XII, a arte medieval desconhecia a infância ou não tentava representá-la. É difícil crer que essa ausência se devesse à incompetência ou à falta de habilidade. É mais provável que não houvesse lugar para a infância nesse mundo. Uma miniatura otomana do séc. XI nos dá uma ideia impressionante da deformação que o artista impunha então aos corpos das crianças, num sentido que nos parece muito distante do nosso sentimento e da nossa visão.

Entre os séculos XIV e XVIII, os relatos nos mostram uma sociedade sem adolescentes. A vida é dividida em três grandes momentos: a infância considerada o período da dependência; a idade da guerra, em que os homens vão defender suas terras e seus países; e a idade sedentária, que compreende os homens da lei, adultos. (ARIÈS, 1981)

A Revolução Industrial iniciada na Inglaterra a partir de 1850 vem desfragmentar o universo das pessoas, instituindo pouco a pouco, o modo de produção capitalista. Então, grandes transformações ocorrem no modo de organização da sociedade. As mulheres, que estavam confinadas em suas casas, são "convocadas", juntamente com suas crianças, a trabalhar nas indústrias. Indo trabalhar fora de casa, fica com uma carga horária exorbitante (cerca de dezessete horas por dia)..

A família centrou-se em torno da criança onde o clima sentimental era agora completamente diferente mais próximo do nosso, como se a família

moderna tivesse nascido ao mesmo tempo em que a escola, ou, ao menos, que o hábito geral de educar as crianças na escola.

É verdade que essa escolarização, tão cheia de consequências para a formação do sentimento familiar, não foi imediatamente generalizada, ao contrário a extensão da escolaridade às meninas não se difundiria antes do século XVIII e início do XIX e no caso dos meninos, a escolarização estendeu-se primeiro à camada média da hierarquia social a criança tornou-se um elemento indispensável da vida cotidiana, e os adultos passaram a se preocupar com sua educação, carreira e futuro, desde o século XVIII, e até nossos dias, a infância tem sido estudada e priorizada. Hoje possui diversos significados e sentidos.

Podemos delimitar a infância cronologicamente como sendo o período entre zero e doze anos de idade, somente isso seria muito vago, por tratar-se de um período onde inúmeras transformações físicas, psíquicas, sociais e culturais, recorrendo a alguns teóricos, no capítulo seguinte, vamos apresentar algumas de suas visões sobre a infância e sobre a importância do brincar.

Conforme o dicionário Aurélio (2002, p. 433) o significado da palavra lúdico é relativo a jogos, brinquedos e divertimentos a atividade lúdica é todo e qualquer movimento que tem como objetivo produzir prazer quando da sua execução, ou seja, divertir o praticante. Etimologicamente, o termo lúdico vem do latim *Ludus*, que significa jogo, divertimento e gracejo.

Vivemos numa sociedade capitalista, estruturada no “ter” e não no “ser”, o que provoca consequências como o individualismo e o consumismo exacerbado as crianças possuem recursos tecnológicos cada vez mais avançados, mas que as afastam umas das outras. Vídeo games, computadores, celulares as fazem interagir com o outro apenas virtualmente.

A escola torna-se então um lugar chave para que elas estabeleçam contatos sociais e mesmo físicos, as brincadeiras devem estar presentes no âmbito escolar, pois não mais as crianças podem brincar na rua ou na casa dos vizinhos.

Infelizmente percebemos que com o passar do tempo os indivíduos deixam de brincar para assumir uma postura séria, muitas vezes introspectiva, como se as brincadeiras fizessem parte de um passado distante entretanto sabemos que uma atividade lúdica pode aliviar a tensão em momentos de stress e seriedade assim o lúdico não deveria estar presente apenas na educação infantil, mas em todo o processo de ensinagem.

De acordo com Roloff (2010, p.2):

[...] o lúdico pode trazer à aula um momento de felicidade, seja qual for a etapa de nossas vidas, acrescentando leveza a rotina escolar e fazendo com que o aluno registre melhor os ensinamentos que lhe chegam, de forma mais significativa.

Toda atividade escolar deveria ser tão prazerosa como as brincadeiras, assim a aprendizagem teria mais qualidade e importância para o aluno mas o que presenciamos em nossas escolas, está bastante longe do ideal o brincar são certamente, elementos considerados vitais no planejamento das atividades para educação infantil, e discutir sobre eles não significa desmerecer sua importância repensar como, por vezes, são utilizados também como poderes reguladores dos sujeitos infantis.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ludicidade é importante para o desenvolvimento psíquico e cognitivo das crianças. Infelizmente nossas crianças brincam cada vez menos nas ruas ou nos vizinhos; um pouco no playground e nas escolas durante o período da educação infantil ao adentrarem o ensino fundamental parece que a importância do lúdico acaba.

Como educadores sabemos que as brincadeiras ajudam no desenvolvimento social e intelectual a criança, devendo a brincadeira, os jogos e os brinquedos serem elementos fundamentais na educação infantil.

Através das pesquisas podemos constatar que diversos autores e teóricos da educação são favoráveis a ludicidade para o desenvolvimento completo das crianças dentre os autores pesquisados podemos citar Vygotsky e Piaget. Ambos acreditam que a criança deve participar ativamente do seu processo de aprendizagem.

Para Modesto e Rubio (2014, p. 14):

O brincar no sistema de ensino, ainda encontra-se pouco explorado, parte das escolas ainda persistem com a visão de que uma boa aula é a convencional, com alunos em fila, no seu lugar em silêncio realizando a atividade proposta. Sabe-se que para estimular o sujeito e promover seu desenvolvimento é preciso propor atividades desafiadoras, significativas, que desperte o interesse, e as atividades lúdicas podem ser uma excelente ferramenta pedagógica e psicopedagógica.

Pais e professores precisam compreender a necessidade infantil do brincar sozinhos ou em grupos; e precisam permitir e favorecer que as brincadeiras e jogos ocorram. Ainda utilizando Modesto e Rubio (2014, p. 14):

É perceptível que a abordagem lúdica seja integradora dos aspectos motores, cognitivos, afetivos e sociais, partindo do pressuposto de que é brincando e jogando que a criança aprende e ordena o mundo a sua volta, assimilando experiências e informações e, sobretudo, incorporando conceitos, atitudes e valores.

Assim, deste trabalho de pesquisa ressaltamos que **BRINCAR É PRECISO**. Não apenas na infância, mas principalmente nela, para sermos adolescentes e adultos mais felizes.

REFERÊNCIAS

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Trad. Dora Flaksman. 2ª edição. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

BRASIL. – Ministério da Educação E do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília, vol. 2, 1998. Acesso em: 12/01./2022

GUIMARÃES, A. F. **A importância do brincar no cotidiano das crianças na educação infantil**. Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Educação da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – UNESP. Bauru, 2008. Disponível em: www.fc.unesp.br/upload/aline_guimaraes.pdf. Acesso em: 10/01./2022

KISHIMOTO, T. M. **O brincar e suas teorias**. São Paulo: Pioneira 2002

KISHIMOTO, T. M.(Org.) **Jogo, brinquedo, brincadeira e educação**. São Paulo: Cortez, 2001.

LEAL, Francisca Ismênia. **A importância das brincadeiras infantis para o desenvolvimento da criança**: Uma construção a partir do brincar. Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 2011.

SANTOS, Jane Gapo de Lacerda dos. **A contribuição do psicopedagogo na aprendizagem infantil através de brincadeiras e jogos**. Trabalho de Monografia – Universidade Candido Mendes. Rio de Janeiro 2010

VYGOTSKY, L. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1984.



FAUESP

Paulista - Universidade da Grande São Paulo

UNIFICADA

REVISTA MULTIDISCIPLINAR DA FAUESP



SL EDITORA